



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO - PPGDSTU

ROBERTA MARIA DE MOURA SOUSA

**RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO NEGRO (AM) E
SUA RELAÇÃO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: Perspectivas de
Gestão Local na Amazônia e Percepção das comunidades**

Belém, PA
2017

ROBERTA MARIA DE MOURA SOUSA

**RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO NEGRO (AM) E
SUA RELAÇÃO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: Perspectivas de
Gestão Local na Amazônia e Percepção das comunidades**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, para obtenção do grau de Doutora em Ciências.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais.

Orientador: Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo.

Belém, PA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Sousa, Roberta Maria de Moura

Reserva de desenvolvimento sustentável Rio Negro (AM) e sua relação com o turismo de base comunitária: perspectivas de gestão local na Amazônia e percepção das comunidades / Roberta Maria de Moura Sousa; Orientador, Silvio José de Lima Figueiredo. - 2017.

213 f.: il.; 29 cm

Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017.

1. Turismo- - base. 2. Comunidades tradicionais. 3. Gestão. 4. RDS. 5. Rio Negro. 6. Saber tradicional. I. Figueiredo, Silvio José de Lima, Orientador. II. Título.

CDD 21. ed. 338.4791098115

Elaborada por
Rosângela Caldas Mourão
CRB-2/888

ROBERTA MARIA DE MOURA SOUSA

**RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO NEGRO (AM) E
SUA RELAÇÃO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: Perspectivas de
Gestão Local na Amazônia e Percepção das comunidades**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, para obtenção do grau de Doutora em Ciências.
Linha de Pesquisa: Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais.

Orientador: Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo.

Aprovada em: 30/10/2017

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo
Orientador – NAEA/UFPA

Prof^a. Dra. Mirleide Chaar Bahia
Examinadora Interna – NAEA/UFPA

Prof^a. Dra. Oriana Trindade de Almeida
Examinadora Interna – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega
Examinador Externo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN

Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro
Examinador Externo –PPGGP/UFPA

Belém, PA
2017

Dedico ao meu amado DEUS, pela sabedoria concebida a mim para realização desta Tese.

Em memória do meu pai (João Pereira de Sousa), que me deu forças para seguir em frente e nunca desistir de meus sonhos. À minha mãe Maria Neci de Moura Sousa pelo amor, companheirismo, amizade, dedicação e apoio constante.

[...] é o que me cinge de força nos momentos mais difíceis de minha vida e aperfeiçoa o meu caminho e representam para mim o meu porto seguro.

Expresso a minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado Deus por tudo.

Quero agradecer a minha família pelo amor incondicional concebido a mim, pelo apoio e compreensão nos momentos mais difíceis.

Agradeço em especial ao meu orientador Dr. Silvio Figueiredo pela amizade, paciência, competência, ética e principalmente pelo amadurecimento intelectual que me proporcionou com suas valiosíssimas contribuições.

À Profª Dra. Mirleide Char pela amizade, atenção, incentivo, discussões e instigações necessárias para o meu amadurecimento profissional.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão da bolsa de estudos, sem este apoio financeiro não seria possível à realização deste trabalho. Em especial à servidora Maria Iara Marialva Elisiário, sempre muito prestativa.

À Fundação Amazonas Sustentável (FAS) ao total apoio dado à realização deste trabalho, especialmente ao Dr. Virgílio Viana, Vitor Siviatti, Jousanete Silva, Marilson Silva, Benjamin, Josiani Silva, Andreza, Gracilete e dona Val.

À Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA) e ao Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DEMUC) em especial aos funcionários Pablo Pacheco, Ducan e Carol.

Ao Marco Antônio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), pelas contribuições valiosas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), pelos sábios ensinamentos e valiosa convivência.

Aos secretários do PPGDSTU/NAEA o Sr. José e a Sra. Josi pela amizade, eficiência e eficácia na prestação de serviço e em informações, ajudando-me com diversos documentos sempre que solicitado. E ao amigo Aldo por todo carinho, amizade, palavras de incentivos e apoio sempre que precisei.

Aos servidores do NAEA pela oportunidade de conviver ao longo desses quatro anos de doutoramento. Em especial, as bibliotecárias, Rosângela Mourão, Ruthane, Leila e Joselene, cuja nossa amizade se fortaleceu por meio a nossas divertidas e proveitosas conversas em minha passagem pela biblioteca, assim como, nos momentos de descontração nos corredores do NAEA. Não poderia deixar de agradecer a Roseany Caxias, uma amiga

admirável a qual tenho muito respeito e carinho. Sou grata, também, à Simone, Gabi e Sidney por contribuir para a finalização do trabalho.

A Profª Dra. Ivanir Faria pela amizade e pelo apoio que sempre me concedeu desde a época do mestrado e por permitir realizar um estágio doutoral na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A Profª Dra. Luciana Carvalho, Profª Dra. Lidiane e Prof. Dr. Jarsen Guimarães, pelo apoio e colaboração científica ao me conceder um estágio na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em especial, a Profª Dra. Inglea Goch pela amizade e apoio constante.

A Profª Susy Simoetti que gentilmente contribuiu com este trabalho e a Profª Marcela pelo fornecimento de material.

Estimo gratidão a Profª Erbena Costa pela amizade e ajuda sempre que precisei.

Aos meus amigos Jefferson Almeida e Júlio, pela amizade e por todo apoio principalmente nas horas mais difíceis de minha vida.

Agradeço aos colegas da turma de doutorado 2013 pela convivência fortalecida durante os quatro anos de curso, pelas experiências compartilhadas e pelos momentos alegres. Estendo agradecimentos especiais aos amigos Naianos, Amarildo, Jondison, Josimar, Pablo, Vânia Quadros, Fernanda, Lu e a baiana Daiana, que nos momentos mais difíceis que passei estiveram presente me confortando com uma palavra de carinho.

Em especial a minha amiga Fran, que mesmo distante posso contar com sua amizade sincera para qualquer situação, que sempre me ajudou com muita paciência e otimismo nas horas de dificuldades. E ao meu amigo Jorge Alberto pelo apoio constante desde a época do mestrado.

Ao meu primo José Osilenio Moura e família pela acolhida em sua casa com amor e carinho, dando-me o suporte necessário para que eu pudesse trilhar o caminho do sucesso com muita garra e determinação. E aos amados amigos Isac e Lúcia Dantas de Almeida pelo incentivo à minha carreira acadêmica e profissional.

Meu reconhecimento especial aos comunitários de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês, São Sebastião do Saracá, São Thomé, Santo Antônio do Tiririca do Lago do Acajatuba e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba pela acolhida em seus lares, apoio incondicional principalmente nas ações de campo com seus valiosíssimos relatos, experiências de vida, compartilhamentos de saberes e informações importantíssimas para construção desta tese.

Ao povo Amazonense, expresso minha gratidão, pela acolhida, amizade e carinho.

Sou eternamente grata.

[...] O turismo tem sido um dos aspectos mais marcantes da sociedade atual. O estudo das trocas e motivações dos turistas em regiões receptoras, do encontro entre visitante e visitado, traz interessantes contribuições para o entendimento do “espaço” e do “tempo” turístico, e principalmente da produção de relações (humanas), produzidas no seio da prática social que surge da viagem para o lazer, considerado também a produção de diversos tipos de práticas e representações.

Silvio Figueiredo

RESUMO

Esta tese teve como objetivo principal analisar o processo de gestão do Turismo de Base Comunitária (TBC) implantado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro (AM) e sua relação com as comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês, São Sebastião do Saracá, São Thomé, Santo Antônio do Lago do Tiririca e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba, localizadas na margem direita da RDS pertencentes ao município de Iranduba (AM) compondo o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, considerando a atuação da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e do Estado. Para responder os questionamentos que nos inquietara, foi necessário elaborar um referencial teórico-metodológico que nos possibilitasse um entendimento das observações feitas em campo mediante um diálogo com a teoria. Diante disso, buscamos alicerçar o estudo em teorias que tratam do turismo articulando com a noção de uso do território, do espaço e lugar como aspecto social. De cunho qualitativo, esta pesquisa foi realizada com base em estudos descritivos, exploratórios, por meio do levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo, com observação, entrevistas, narrativas orais, oficinas participativas para o planejamento do turismo e construção dos mapas mentais. Os resultados revelaram que em cada comunidade pesquisada há dificuldades em planejar o TBC e isso se perpetua principalmente pelas ações do Estado, no que diz respeito às políticas públicas em interpretar o turismo pela ótica econômica, distanciando-o de seus compromissos sociais e ambientais. Da mesma forma, foi possível observar que a FAS, atua suplementarmente ao Estado do Amazonas a implementação de políticas governamentais e projetos que contemplem o desenvolvimento turístico. Embora almeje novas práticas sustentáveis por meio do TBC, está atrelada a um processo político alheio aos princípios da sustentabilidade, e utiliza-se do discurso ambientalista para se integrar na sociedade e minimizar os conflitos e insatisfações das comunidades tradicionais, incutidas na gestão participativa. Nesse direcionamento, as instâncias decisórias no campo do planejamento e gestão do turismo promovem relações de poder e dependência sob a lógica da dominação do capital financeiro. Além disso, acredita-se que os moradores da RDS Rio Negro que se reconhecem e se identificam enquanto “povo do lugar”, se sente excluídos do processo de planejamento e gestão das atividades turísticas. Por outro lado, eles acreditam o TBC é um veículo potencial para transformação social e como alternativa de conservação da natureza, inclusão social, além de, ser capaz de gerar renda para a localidade. Finalmente, observou-se que a forma organizacional do turismo atende as preferências individuais, portanto não havendo a intenção de promover o desenvolvimento em uma perspectiva local.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Gestão. RDS Rio Negro. Comunidades tradicionais.

ABSTRACT

This thesis had as main objective to analyze the process of management of Community-Based Tourism (TBC) implanted in the Rio Negro Sustainable Development Reserve (RDS) and its relation with the communities of Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês, São Sebastião do Saracá, São Thomé, Santo Antônio do Lago do Tiririca and Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba, located on the right bank of the RDS belonging to the municipality of Iranduba (AM) composing the Mosaic of Protected Areas of Lower Rio Negro, considering the performance of the Amazonas Sustainable Foundation (FAS) and the State. In order to answer the questions that caused us concern, it was necessary to elaborate a theoretical-methodological reference that would enable us to understand the observations made in the field through a dialogue with the theory. Given this, we seek to base the study on theories that deal with tourism articulating with the notion of the use of territory, space and place as a social aspect. From a qualitative perspective, this research was carried out based on descriptive, exploratory studies, through bibliographical survey, documentary analysis and field research, with observation, interviews, oral narratives, participatory workshops for tourism planning and the construction of mental maps. The results revealed that in each community surveyed there are difficulties in planning the TBC and this is perpetuated mainly by the actions of the State, with regard to public policies in interpreting tourism from the economic point of view, distancing it from its social and environmental commitments. Likewise, it was possible to observe that the FAS, furthermore, acts to the State of Amazonas the implementation of governmental policies and projects that contemplate the tourist development. Although it seeks new sustainable practices through TBC, it is linked to a political process alien to the principles of sustainability, and uses environmental discourse to integrate into society and minimize the conflicts and dissatisfactions of traditional communities, embodied in participatory management. In this direction, decision-making bodies in the field of tourism planning and management promote relations of power and dependence under the logic of the domination of financial capital. In addition, it is believed that the residents of RDS Rio Negro who recognize and identify themselves as "local people" feel excluded from the process of planning and managing tourism activities. On the other hand, they believe TBC is a potential vehicle for social transformation and as an alternative to nature conservation, social inclusion, in addition to being able to generate income for the locality. Finally, it was observed that the organizational form of tourism meets individual preferences, so there is no intention to promote development from a local perspective.

Keywords: Community-based tourism. RDS-Rio Negro. Traditional communities. Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Núcleo de Conservação e Sustentabilidade da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, AM.....	43
Figura 2 -	Croqui dos atrativos elaborado com base nas percepções dos comunitários da comunidade São Thomé, AM.....	84
Figura 3 -	Organização do modelo de Gestão do TBC.....	154
Figura 4 -	Organograma das Instituições que são parceiras do Conselho Gestor da RDS Rio Negro.....	160
Figura 5 -	Organograma do campo de relações do Turismo de Base Comunitária..	161
Figura 6 -	Mapa Mental da Comunidade Santa Helena do Inglês.....	166
Figura 7 -	Mapa Mental da Comunidade São Sebastião do Saracá.....	169
Figura 8 -	Mapa Mental da Comunidade Thomé.....	172
Figura 9 -	Mapa Mental da Comunidade Santo Antônio do Lago do Tiririca.....	176
Figura 10 -	Mapa Mental da Comunidade Nossa Sra. do P. Socorro do Acajatuba...	179

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Atividade Lúdica na Virada Sustentável (2015).....	73
Fotografia 2 -	Vista da Comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira.....	85
Fotografia 3 -	Igreja Católica.....	86
Fotografia 4 -	Imagem da Santa Padroeira.....	86
Fotografia 5 -	Primeiros moradores do Tumbira.....	87
Fotografia 6 -	Comunitários se socializando em partidas de futebol.....	88
Fotografia 7 -	Crianças tomando banho de rio.....	89
Fotografia 8 -	Escola Municipal Santa Rita.....	90
Fotografia 9 -	Escola Estadual Thomas E. Lovejoy.....	91
Fotografia 10 -	Laboratório de Pesquisa.....	91
Fotografia 11 -	Núcleo Prof. Agnello Uchôa Bittencourt.....	91
Fotografia 12 -	Posto de saúde comunitário.....	92
Fotografia 13 -	Reservatórios de água.....	92
Fotografia 14 -	Pousada do Garrido.....	93
Fotografia 15 -	Turistas se socializando.....	93
Fotografia 16 -	Representação fotográfica da socialização comunitária em evento.....	94
Fotografia 17 -	Representação fotográfica do artesanato confeccionado pelo grupo de artesãos Raízes da Terra da comunidade Tumbira.....	95
Fotografia 18 -	Representação fotográfica da construção das trilhas ecológicas da Comunidade.....	103
Fotografia 19 -	Vista da comunidade Santa Helena do Inglês.....	107
Fotografia 20 -	Escola Municipal Santa Helena.....	108
Fotografia 21 -	Interação da ONG com as crianças.....	109
Fotografia 22 -	Igreja Católica.....	109
Fotografia 23 -	Comunitários em adoração.....	109
Fotografia 24 -	Pousada Vista Rio Negro.....	110
Fotografia 25 -	Painel de fotos da interação social entre as comunidades da RDS – Rio Negro.....	111
Fotografia 26 -	Vista da comunidade São Sebastião do Saracá.....	115
Fotografia 27 -	Escola Municipal São Sebastião.....	116
Fotografia 28 -	Centro Comunitário.....	117
Fotografia 29 -	Igreja Católica.....	117
Fotografia 30 -	Restaurante Recanto do Saracá.....	118
Fotografia 31 -	Parte interna do Restaurante.....	118
Fotografia 32 -	Artesãs.....	119
Fotografia 33 -	Artesanato em sementes de açaí.....	119

Fotografia 34 -	Vista da comunidade São Thomé.....	123
Fotografia 35 -	Representação fotográfica da organização espacial da comunidade São Thomé.....	125
Fotografia 36 -	Parque de diversão para crianças.....	126
Fotografia 37 -	Representação fotográfica do artesanato.....	129
Fotografia 38 -	Arquitetura das casas na comunidade Santo Antônio o Lago do Tiririca.....	132
Fotografia 39 -	Casa onde é produzida a farinha.....	133
Fotografia 40	Flutuante dos Botos.....	134
Fotografia 41 -	Turistas interagindo com os Botos.....	134
Fotografia 42 -	Artesanato.....	135
Fotografia 43 -	Vista da sede da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba.....	140
Fotografia 44 -	Igreja Católica.....	141
Fotografia 45 -	Quadrilha mirim Ciranda do Coração.....	142
Fotografia 46 -	Crianças tomando banho no rio.....	143
Fotografia 47 -	Escola.....	144
Fotografia 48 -	Posto de saúde.....	144
Fotografia 49-	Loja de artesanato.....	145
Fotografia 50 -	Artesã criando peças.....	145
Fotografia 51 -	Participantes da Oficina.....	150
Fotografia 52-	Reunião do Conselho Deliberativo da RDS-Rio Negro, AM.....	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Procedência dos entrevistados da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira.....	97
Gráfico 2 -	Procedência dos entrevistados da comunidade Santa Helena do Inglês..	112
Gráfico 3-	Procedência dos entrevistados da comunidade São Sebastião do Saracá.	120
Gráfico 4 -	Procedência dos entrevistados da comunidade São Thomé.....	127
Gráfico 5 -	Procedência dos entrevistados da comunidade Santo Antônio do Lago do Tiririca.....	136
Gráfico 6 -	Procedência dos entrevistados da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba.....	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Denominação das comunidades pesquisadas com número de famílias e pessoas na sede.....	74
Tabela 2 -	Comunidades pesquisadas e os atores sociais entrevistados.....	76
Tabela 3-	Gênero dos entrevistados da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira.....	97
Tabela 4 -	Gênero dos entrevistados na comunidade Santa Helena do Inglês.....	111
Tabela 5 -	Gênero dos entrevistados da comunidade São Sebastião do Saracá.....	120
Tabela 6 -	Gênero dos entrevistados da comunidade São Thomé.....	127
Tabela 7-	Gênero dos entrevistados da comunidade Santo Antônio do Lago do Tiririca.....	136
Tabela 8 -	Gênero dos entrevistados da comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Acajatuba.....	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas com iniciativas de TBC.....	50
Quadro 2 -	Projetos de TBC aprovados pelo Ministério do Turismo em 2008 nos estados do Amazonas e Pará.....	52
Quadro 3 -	Unidades de Conservações as quais a FAS atua.....	66
Quadro 4 -	Espécies madeireiras encontradas na comunidade Tumbira.....	103
Quadro 5 -	Espécies medicinais encontradas na comunidade Tumbira.....	104
Quadro 6 -	Elementos apontados pelos participantes da oficina de TBC.....	151
Quadro 7 -	Matriz de apresentação dos Parceiros do Turismo de Base Comunitária na RDS Rio Negro.....	162

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Área de Atuação da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) no estado do Amazonas.....	67
Mapa 2 -	Localização das comunidades tradicionais pesquisadas na RDS - Rio Negro margem direita, Estado do Amazonas, Brasil.....	75

LISTA DE SIGLAS

ABBTUR-AM	Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo
ABRAJET-AM	Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo
ACS	Associação das Comunidades Sustentáveis do Rio Negro
ACTURA	Associação Costarriquense de Turismo Rural Comunitário
AM	Amazonas
AMARU	Associação de Moradores da RDS de Uacari
AMAZONASTUR	Empresa Estadual de Turismo do Estado do Amazonas
APL	Arranjo Produtivo Local
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ASPROC	Associação de Produtores Rurais de Carauari
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPDA	Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
COOPRENA	Consórcio Cooperativo Rede Ecoturística Nacional
DEMUC	Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação do Estado do Amazonas
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ENTBL	Encontro Nacional de Turismo com Base Local
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
FNDO	Fundo Nacional de Desenvolvimento
FNRH	Ficha Nacional de Registro de Hóspede
FUMTUR/MANAUSTUR	Fundação Municipal de Turismo
GPS	Sistema de Posicionamento Global
GTZ	Agência Alemã de Desenvolvimento
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICRT	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDSMM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IECAM	Instituto Ecológico e Comunitário da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INGUAT	Instituto Guatemalteco de Turismo
INTECAP	Instituto Técnico de Formação e Produtividade
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
ISA	Instituto Socioambiental
MANAUSCULT	Fundação Municipal de Cultura e Artes
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento de Educação de Base
MICT	Ministério da Indústria, Comércio e Turismo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
NCS	Núcleos de Conservação e Sustentabilidade
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PBF	Programa Bolsa Floresta
PES	Programa de Educação e Saúde
PET	Plano de Turismo do Estado
PGT	Programa de Gestão e Transparência
PNPCT	Política Nacional dos Povos e Comunidade Tradicionais
PNT	Planos Nacionais de Turismo
PRODETUR-NE	Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste
PSA	Projeto Saúde e Alegria
PSI	Programa de Soluções Inovadoras
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro
REDTURS	Rede de instituições, profissionais e comunidades que desenvolve ações para com perspectivas sobre o desenvolvimento do turismo sustentável
SEBRAE (AM)	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SNV	Organização Holandesa de Desenvolvimento
STEP	Sustainable Tourism – Eliminating Poverty
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TBC	Turismo de Base Comunitária
UBPF	Unidade de Beneficiamento de Produtos Florestais
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
WWF	World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	23
2	CONCEITOS E PRÁTICAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC).....	28
2.1	O debate da Sustentabilidade nas RDS sob a perspectiva do TBC.....	36
2.2	Reflexões sobre comunidades tradicionais.....	44
2.3	Experiências de turismo de base comunitária na Amazônia Brasileira.....	50
3	ESTADO E O TERCEIRO SETOR NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PARA O TURISMO E SUAS TRANSFORMAÇÕES.....	55
3.1	O Papel do Estado na organização do espaço para a atividade turística.....	55
3.2	O espaço e sua apropriação pelo turismo.....	57
3.2.1	O Terceiro setor e o turismo.....	62
3.2.2	A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e sua atuação no estado do Amazonas.....	64
4	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.....	74
4.1	Área de Estudo.....	74
4.1.1	Amostragem da pesquisa.....	76
4.2	Os caminhos metodológicos percorridos.....	76
4.3	Procedimentos metodológicos.....	78
5	O CENÁRIO DO TBC EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DA MARGEM DIREITA DA RDS RIO NEGRO (AM).....	85
5.1	Processos históricos e socioambientais na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira.....	85
5.1.1	Entre rio, floresta e paisagem, do passado ao presente: as vozes tecidas do cotidiano Ribeirinho nas narrativas orais.....	98
5.2	A construção social da vida na comunidade Santa Helena do Inglês.....	107
5.2.1	Tecendo a voz no campo das relações Socioambientais e o Turismo.....	112
5.3	Comunidade São Sebastião do Saracá: diálogos entre saberes, fazeres e gestão.....	114
5.3.1	Entre lutas e resistências: outro olhar sobre a dinâmica do turismo.....	121
5.4	Comunidade São Thomé: histórias, memórias e implicações para o turismo de base comunitária.....	123
5.4.1	O turismo na minha comunidade: cenários, transformações e perspectivas de desenvolvimento local.....	129
5.5	Comunidade Santo Antônio do lago do Tiririca: a outra face do TBC.....	132
5.5.1	O Turismo de Base Comunitária (TBC) nos olhares dos comunitários da comunidade Santo Antônio do Lago do Tiririca.....	137
5.6	Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba: lugar de proximidade e de encontros.....	139
5.6.1	Dos rios, às matas, visita á casa do caboclo: o TBC na minha comunidade.....	146

6	GESTÃO DO TBC NA VISÃO DOS JOVENS PROTAGONISTAS DA RDS.....	150
6.1	Análise das fortalezas e fraquezas (fatores internos) e das oportunidades e ameaças (fatores externos).....	150
6.2	As formas de Organização Política nas comunidades da RDS Rio Negro.....	155
7	A CONSTRUÇÃO DO MAPA MENTAL NO IMAGINÁRIO DOS RIBEIRINHOS DA RDS RIO NEGRO NA DINÂMICA DA GESTÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC).....	164
8	CONCLUSÃO.....	182
	REFERÊNCIAS.....	191
	APÊNDICES.....	203
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	204
	APÊNDICE B – Formulário de Pesquisa Aplicado aos Comunitários.....	205
	APÊNDICE C – Diário de Campo.....	207
	APÊNDICE D – Certificado do Curso de Turismo de Base Comunitária (TBC)...	208
	ANEXOS.....	209
	ANEXO A - Parecer de Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Pará – UFPA.....	210
	ANEXO B - Parecer de Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação do Estado do Amazonas – DEMUC.....	213

1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno do turismo iniciou-se no século XIX na Inglaterra, com a sua comercialização, permitindo que uma grande massa da população tivesse acesso às viagens de férias. No entanto, um dos processos que influenciou muitas mudanças, com base neste contexto, foi à globalização, caracterizando uma nova sociedade induzindo-a ao consumo, com o surgimento de grandes indústrias ligadas ao desenvolvimento tecnológico, científico e dos transportes, fato que contribuiu para a expansão das viagens.

Com a lógica do desenvolvimento, aliada a uma nova atividade econômica, o turismo passou a ser objeto de reflexão e discussão sob os diversos campos do conhecimento, uma vez que suas atividades envolvem o uso de lugares e implantação de políticas públicas.

Diante disso, o poder público, juntamente com o terceiro setor, vem planejando e pensando estratégias em diferentes regiões, principalmente na Amazônia, e novos arranjos associados à melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, considerando os aspectos socioambientais, econômicos, culturais e o uso do espaço.

Sob esta perspectiva, foi criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro (AM) no dia 26 de dezembro de 2008 pela Lei Estadual 3.355, localizada na margem direita do Rio Negro, entre os municípios de Manacapuru, Iranduba e Novo Airão pertencente ao Mosaico do Baixo Rio Negro no estado do Amazonas, abrangendo uma área de 102.978,83 hectares e abrigoando 19 comunidades. A RDS Rio Negro tem como objetivo manter a floresta em pé e valorizar a cultura ribeirinha, seus modos de vida, as relações sociais e minimizar os impactos socioambientais e econômicos existentes causados pela extração de madeira, o uso indevido dos recursos naturais como à pesca e a agricultura, assim, como promover o lazer e o turismo de base comunitária.

A partir dessa compreensão, o espaço físico, foi reorganizado por meio das relações de poder dentro da nova dinâmica capitalista em favor do mercado, tendo o TBC em contraposição aos modelos estabelecidos pela globalização, inspirados em uma nova metodologia de gestão participativa, descentralizada e associativa, buscando inserir novos destinos no mercado turístico, no campo da socioeconomia e inclusão social de novos atores como protagonistas no planejamento e execução das atividades turísticas.

Por sua vez, o TBC foi implantado na RDS Rio Negro pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) no ano de 2012, por meio do Programa Bolsa Floresta (PBF), pelos componentes: geração de renda, destinado a apoiar a produção sustentável de peixes, óleos vegetais, frutas, mel, castanhas, dentre outros, cujo objetivo é agregar valor na economia

local. Já o social é para dar suporte à melhoria da infraestrutura básica como (saúde, educação, transportes e comunicação), assim, como proporcionar aos moradores cursos de capacitação para a prestação dos serviços turísticos, bem como valorizar o conhecimento tradicional, fortalecer a organização comunitária, agregar valor na economia local por meio de atividades de geração de renda como o artesanato e ações educativas de sensibilização ambiental, de modo a evitar o desmatamento e propiciar o associativismo na produção sustentável.

O interesse pelo tema surgiu a partir de leituras, as quais apontam que o TBC praticado em Unidade de Conservação é de suma importância para o desenvolvimento sustentável de regiões rurais particularmente desfavorecidas e com potencial turístico. Logo, surgiram às inquietações a respeito do papel do governo e do terceiro setor nas políticas governamentais de turismo no estado do Amazonas que com sua sociodiversidade vem ganhando visibilidade por estar localizado na Amazônia, e considerado como a porta de entrada de turistas internacionais e nacionais.

Conforme esta constatação surgem algumas preocupações relacionadas às implicações do turismo nas comunidades Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês, São Sebastião do Saracá, Santo Antônio do Lago do Tiririca e Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Acajatuba pertencentes ao município de Iranduba, objeto deste estudo, situadas à margem direita do Rio Negro (AM). Pois, assim como toda atividade, o TBC também pode gerar impactos tanto positivos, quanto negativos para as comunidades envolvidas, por ser um grande consumidor do espaço.

Assim sendo, é pertinente entender como estão organizadas as iniciativas de TBC nas seis comunidades citadas anteriormente e como os comunitários se adaptaram às mudanças socioeconômicas, ambientais e espaciais, uma vez que esta área era utilizada para a extração de madeira ilegal.

Diante do exposto, este modelo de desenvolvimento pensado para a Amazônia, chama a atenção pela forma como está sendo imposto no território, bem como os fatores que o têm impulsionado.

A relevância em estudar o TBC em comunidades tradicionais do Estado do Amazonas se deu por vários motivos, dentre eles a necessidade de compreender como funciona a gestão, quem são os responsáveis e as influências externas, ou seja, empreendimentos particulares, tais como: pousadas, hotéis, agências de viagens, devido a já ocorrência das atividades nesses locais.

Outro aspecto levado em consideração foi o fato de que nenhuma pesquisa desse cunho havia sido realizada junto aos moradores, levando em consideração os estudos socioambientais, culturais e econômicos em meio às diversidades de olhares sobre o lugar. Destacando que, alguns estudos foram realizados nessa por outros pesquisadores, mas, com perspectivas voltadas para a roteirização de destinos turísticos e representações sociais.

Daí se fez necessário, um estudo minucioso com o intuito de se obter um conhecimento mais detalhado visando uma constatação empírica a partir das transformações que regem o espaço.

Partindo-se da premissa que o TBC pode trazer mudanças significativas no que diz respeito à geração de renda e emprego, melhor qualidade de vida, implicações na infraestrutura básica melhorando os serviços prestados através das atividades, bem como, a inclusão das comunidades tradicionais tornando-as autogestoras do seu próprio negócio, além de, proporcionar o encontro entre visitante e visitado de diferentes culturas, foi que surgiu o interesse pessoal em se aprofundar sobre a temática.

Nesse debate instigante, o estudo do TBC tem despertado grande interesse da academia, e, mais ainda, observa-se uma preocupação constante no acompanhamento das ações das Organizações Não Governamentais, buscando melhorias na prestação de serviços, infraestrutura, enfim, melhoria da qualidade de vida das populações locais. É importante mencionar que dispomos de pouco material bibliográfico acerca de estudos que abordam a temática do TBC, principalmente no que concerne às publicações nacionais. Pesquisadores como Bursztyn (2009); Bartholo (2009); Coriolano (1999, 2003); Costa Novo (2011); Irving (2009); Maldonado (2009); Sansolo (2009); Tavares (2009); e Zaoual (2008) apontam algumas reflexões acerca da gestão do TBC no território brasileiro. Já no âmbito interacional citamos Ballesteros et al. (2007).

Além disso, presente tese focaliza as questões norteadoras que se constituíram como problema desta pesquisa foram em analisar como acontece a gestão do Turismo de Base Comunitária nas comunidades da margem direita do Rio Negro; Como se dá a relação do TBC com os atores sociais na organização e uso do espaço para o desenvolvimento das atividades turísticas?; e Quais as contribuições em termos de geração de renda para as populações locais e os impactos socioambientais e econômicos gerados por ele?

A partir da problematização foram levantadas duas hipóteses: A primeira, de que o turismo que é desenvolvido nas comunidades da RDS Rio Negro, mesmo que centrado na perspectiva de desenvolvimento local, tem um modelo diferente dos preceitos de base comunitária, devido algumas influências externas sobre suas práticas geradas a partir de atores

hegemônicos gerando uma relação de dependência, mas tenta construir o TBC na experiência do turismo convencional. E a segunda, de que, apesar da ausência de políticas públicas de turismo, as quais poderiam possibilitar a melhoria de infraestrutura básica e, conseqüentemente, interferir positivamente nas relações socioeconômicas e ambientais, há um protagonismo comunitário e o interesse dos comunitários em ampliar seus conhecimentos na busca de novas experiências mais inclusivas, a fim de garantir sua sustentabilidade enquanto atividade socioeconômica e ambiental.

Nesse sentido, a pesquisa teve por objetivo principal analisar o processo de gestão do Turismo de Base Comunitária na RDS Rio Negro (AM) e sua relação com as comunidades locais, a Fundação Amazonas Sustentável, o Estado e uso do território. E como objetivos específicos, optou-se por: Entender como funciona a gestão e organização do turismo e o papel dos atores sociais (comunitários, Estado e FAS) e, conseqüentemente, como eles se relacionam; Verificar e analisar as contribuições socioeconômicas, ambientais e espaciais geradas pelo TBC; e por fim, Descrever as percepções que os moradores têm do turismo desenvolvido em seu território por meio de mapas mentais.

Para responder os questionamentos que nos inquietaram, foi necessário elaborar um referencial teórico-metodológico que nos possibilitasse um entendimento das observações realizadas em campo mediante um diálogo com a teoria.

Para tanto, a tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro é apresentado o marco teórico-conceitual sobre os conceitos gerais que nortearam a relação existente entre turismo, TBC e suas experiências, desenvolvimento local, gestão e comunidades tradicionais na Amazônia, onde se utilizou os estudos de Figueiredo (1999; 2008; 2009; 2012; 2013); Beni (1999, 2002, 2003, 2004); Nóbrega (2012); Costa (2005; 2006) e Almeida (2006).

No segundo capítulo é discutida a teoria do espaço e lugar como aspecto social dos autores Santos (1991; 2006; 2009; 2012b); Rodrigues (2001) e Nogueira (2001).

O terceiro capítulo descreve detalhadamente o percurso metodológico, a caracterização da área de estudo, as estratégias adotadas para se alcançar os objetivos e os procedimentos e técnicas de coletas e análises de dados.

No quarto e último capítulo, discorremos sobre as observações empíricas, onde foi apresentado o potencial turístico da região, bem como uma análise crítica da gestão do TBC e sua relação em seis comunidades da margem direita da RDS Rio Negro.

E por fim, apresenta-se a conclusão, os anexos, os quais se configuram como o Parecer de Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFPA), o Parecer de Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Departamento de Mudanças

Climáticas e Unidades de Conservação do Estado do Amazonas (DEMUC), assim como também, os apêndices tais como, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido destinados aos atores sociais da pesquisa, o formulário de entrevista e o diário de campo contendo as observações dos locais pesquisados.

É importante enfatizar que esta tese de doutorado contém informações para o desenvolvimento do turismo, principalmente quando se trata de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Bem como servir de reflexões para comunidade científica, dada à necessidade de se entender os fatores limitantes que impedem as populações tradicionais de serem autogestoras ficando sob a dependência de uma Organização Não Governamental (ONG), assim como, o Estado de efetivar e contribuir para a implementação de políticas públicas de turismo para a Região Amazônica.

2 CONCEITOS E PRÁTICAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC)

O conceito de Turismo de Base Comunitária (TBC) aparece pela primeira vez no livro *TOURISM: a communit approach* do autor Petter E. Murphy no ano de 1985, o qual aborda as questões relativas aos impactos que a atividade turística pode gerar nas comunidades locais, especificamente nas áreas em desenvolvimento (GUZMÁN; CAÑIZARES, 2009).

Porém, as discussões sobre o TBC ganharam força a partir do debate sobre a atividade turística como alternativa de contribuir para a radicalização da pobreza no mundo.

No ano de 2002, em Johannesburgo, na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Organização Mundial do Turismo (OMT) lançou o Programa de Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza (*Sustainable Tourism – Eliminating Poverty* ou STEP) com o objetivo de erradicar a pobreza, estabelecido pelas Nações Unidas como um dos principais *Objetivos do Milênio*¹. No rastro da ideia de que o turismo é uma das atividades econômicas que mais gera empregos no mundo, a OMT começou a discutir sobre o potencial da atividade em todo o planeta (OMT, 2016)².

Anos depois, o *Sustainable Tourism – Eliminating Poverty* (STEP), adotou como estratégias para discutir sobre a redução da pobreza, seminários nos países como África, Ásia e América Latina, cujo principal objetivo era sensibilizar os governos regionais para a adoção de ações de alívio da pobreza (OMT, 2002, 2004, 2005 e 2006). Em razão disso a OMT promoveu tentativas de captação de recursos para financiar projetos de TBC em prol do desenvolvimento local em países menos desenvolvidos. Foram selecionados 51 projetos, dentre eles são: 24 na África, 16 nas Américas, 10 na Ásia e Pacífico e um na Europa³.

Nesse contexto, muitas Organizações Não Governamentais, com o intuito de promover o TBC em prol de beneficiar as comunidades locais com as receitas geradas pelo turismo, têm recebido apoio de países ricos. Dentre estas se destacam na Holanda, a Organização Holandesa de Desenvolvimento (SNV), uma instituição sem fins lucrativos, que atua em 33 países e possui cerca de 960 colaboradores; e na Inglaterra o *World Wide Fund for Nature* (WWF) que visa conservar, investigar e recuperar o meio ambiente, dentre outras, vêm fomentando o TBC no mundo.

O TBC tem sido pesquisado em diversos centros de pesquisas no mundo. O *International Centre for Responsible Tourism (ICRT)*, da *Leeds O, International Centre for*

¹ Informações retiradas do site. Disponível em: < <http://www.objetivosdomilenio.org.br/>>

² Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/tu000017.pdf>

³ Disponível em: < <http://www.unwto.org/step>>.

Responsible Tourism (ICRT), da *Leeds Metropolitan University* (Inglaterra), coordenado pelos professores e pesquisadores Harold Goodwin e Xavier Font vem desenvolvendo pesquisas de avaliação de impacto e monitoramento (BURSZTYN, 2012, p. 52).

Goodwin e Santilli (2009, p. 6) desenvolveram um estudo acerca da melhoria na qualidade de vida, conservação ambiental, turismo e desenvolvimento econômico local com o apoio da Agência Alemã de Desenvolvimento (GTZ), no qual foram analisadas 28 iniciativas de TBC. Nesta pesquisa concluiu-se que a falta de clareza sobre o conceito de TBC, de transparência na divulgação dos resultados, a falta de acesso ao mercado e a alta dependência de financiamento externo, são uns dos indicadores que contribuem para o insucesso das atividades turísticas (GOODWIN; SANTILLI, 2009).

As pesquisas desenvolvidas por Murphy (2002, p. 194) propõem um modelo ecológico de pesquisa e desenvolvimento do turismo, influenciado pelos ambientalistas, focado na sustentabilidade com ênfase nas comunidades, turistas e empresas. Essas discussões começam a despertar o interesse em outros países e ganhar êxito em seus estudos.

Na América Latina as iniciativas de TBC datam de meados da década de 1980 e praticamente todos os países estão inseridos. Os fatores que contribuíram para o seu fortalecimento foram de ordem econômica, social, cultural e política.

Segundo Ballesteros et al. (2007), na América Latina, o Equador é o país pioneiro nas iniciativas de TBC, e desde 2002 discute-o no Conselho Consultivo de Turismo, órgão vinculado ao Ministério do Turismo. O Conselho vem atuando em diferentes processos, tais como:

La promoción socioeconómica de comunidades em situación muy vulnerable desde los puntos de vista social, económico y cultural, constituyendo un motor estratégico para el desarrollo local de las mismas.

La apertura de posibilidades de autogestión y desarrollo endógeno de las comunidades (indígenas o mestizas) en virtud de los índices de participación, acción, y control comunitario que promociona esta actividad (BALLESTEROS et al., 2007, p. 6).

A partir desse entendimento, o TBC é de suma importância para as populações tradicionais por ocasionar inúmeras transformações, principalmente para o desenvolvimento da economia local.

Já o Peru, nos últimos anos, tem investido na incorporação do turismo comunitário como estratégia de diversificação da oferta da captação de novos segmentos e nichos de mercado, de acordo com os objetivos do Plano Estratégico Nacional de turismo (PENTUR)⁴.

⁴ Disponível em: < http://www.mincetur.gob.pe/TURISMO/Legal/LINEAMIENTOS_TURISMO_RURAL.pdf

O plano objetiva alcançar a sustentabilidade do turismo como uma ferramenta para o desenvolvimento sócio-econômico do país, a saber: (PENTUR, 2008, p. 14).

- a) *Promover la cultura turística y la seguridad para el visitante;*
- b) *Desarrollar una oferta turística competitiva y sostenible;*
- c) *Promocionar una demanda sostenida del turismo;*
- d) *Fortalecer las instituciones vinculadas con la actividad turística.*

Na América Central, outros países que se destacaram nos últimos anos foram a Guatemala, a Costa Rica e a Nicarágua. A Guatemala, por meio do Instituto Guatemalteco de Turismo (INGUAT) que tem desempenhado um papel fundamental nas articulações entre as iniciativas locais e o poder público, apoiando projetos e atuando na organização de eventos nacionais e internacionais. Regulamentou o Guia Comunitário através do Instituto Técnico de Formação e Produtividade (INTECAP) no ano de 2007. No ano consecutivo, criou a Secretaria de Turismo Comunitário com o objetivo de coordenar os setores públicos, privado e comunitário na consolidação do turismo rural comunitário no país (REDTURS, 2003).

A Costa Rica também tem se destacado devido a sua ligação com movimentos de conservação ambiental, atraindo projetos de cooperação internacional. Lá o TBC é fundamentado no cooperativismo, por meio do Consórcio Cooperativo Rede Ecoturística Nacional (COOPRENA), e na ação de grupos familiares, representados na Associação Costarricense de Turismo Rural Comunitário (ACTURA). Em 2009, foi aprovada uma Lei de incentivo ao TBC pela Comissão Permanente de Turismo da Assembleia Legislativa, propondo sua divulgação em todo o país (REDTURS, 2017, não paginado)⁵.

Nessa perspectiva Timothy e White (1999) estudaram o turismo desenvolvido na periferia de Belize e concluíram que a atividade turística, quando bem planejada, é capaz de gerar benefícios econômicos para as populações locais.

Ruiz-Ballesteros (2011) em um de seus estudos sobre o TBC, mais especificamente na comunidade de *Água Blanca*, no Equador, apontou o modelo adotado como exemplar para garantir a sustentabilidade da localidade.

Para Bursztyn (2012), a inserção dessas comunidades no mercado turístico, cujas correntes são o turismo cultural e o turismo de natureza, mostra-se um assunto complexo e

⁵ REDTURS (Portal de Las Culturas Vivas da América Latina) é uma rede de instituições, profissionais e comunidades que desenvolve ações para com perspectivas sobre o desenvolvimento do turismo sustentável, cujo foco é a preservação socioambiental e cultural, a autogestão das comunidades de modo que elas assumam o protagonismo na gestão, planejamento e operação de seus negócios.

delicado. No que diz respeito ao mercado turístico internacional, as ONGs são consideradas como um elemento fundamental na busca pela diversificação dos produtos e a inserção das comunidades rurais no turismo, apontado como uma alternativa econômica para a preservação dos recursos naturais (MALDONADO, 2009, p. 26).

Outro fator relevante é a busca pela erradicação da pobreza nas comunidades tradicionais, que por sinal, é um problema agravante. Contudo, elas têm sido motivadas a buscar outras fontes alternativas de renda para suprir suas necessidades básicas, dentre elas se destaca o turismo pautado no discurso da sustentabilidade e valorização do patrimônio ambiental e dos acervos culturais pode significar vantagens competitivas para os negócios comunitários (MALDONADO, 2009, p. 27).

Por fim, as comunidades tradicionais, têm adotado como estratégias para a preservação de seus territórios em prol de seu patrimônio cultural, as políticas pautadas na sustentabilidade e inclusão social, devido à influência da globalização sob a cobiça dos recursos naturais. A exemplo disso podemos citar os planos de desenvolvimento postos em prática por governos de países latino-americanos, durante as décadas de 1980 e 1990, que violaram o direito de propriedade desses povos em benefício de consórcios multinacionais voltados para a extração do petróleo, minério, recursos florestais e a exploração agrícola e pecuária em geral (MALDONADO, 2009).

O TBC considerado como uma prática social, e que vem se fortalecendo e ganhando espaço enquanto atividade econômica surge como uma alternativa para promover o desenvolvimento econômico de regiões com grande potencial turístico, como é o caso da Amazônia brasileira que vem sofrendo transformações socioespaciais, mais precisamente a partir da década de 1960, após a abertura de rodovias, e de da instalação de diversos grandes projetos agroextrativistas e vem sendo vista também como uma “última fronteira”, onde parece existir uma natureza intocada, não restando dúvida que essa imagem perpassa o imaginário de muitos, às vezes estimulada, principalmente pelo turismo que se apoia na venda de imagens idealizadas (GONÇALVES, 2008).

Apesar das ações articuladas nesses países por meio das redes, federações e associações, dando às comunidades maior poder de barganha junto às organizações públicas de fomento ao turismo e propiciando a formulação de políticas públicas específicas para a atividade, ainda precisam muitas coisas para que o turismo se potencialize como transformador. No entanto, se compararmos esses países com o Brasil, percebe-se que estão em um estágio bem mais avançado, haja vista a temática, apesar de ser bastante debatida no cenário científico, ressaltou que a região Norte carece de pesquisas que aprofundem o

entendimento sobre a importância de políticas de desenvolvimento local voltada para Amazônia que valorize o modo de vida tradicional, oportunizando o contato e a troca de experiências entre comunitários e visitantes.

No Brasil, as iniciativas de TBC surgiram no final da década de 1980 e se fortaleceram por meio das discussões no primeiro Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL) em 1997, o qual se configurou como um importante fórum de debates baseado nas pesquisas empíricas.

Os trabalhos dos pesquisadores Rodrigues (1997a, 1997b, 1997c), Ferreira, (2001); Tamanini; Barreto; (2002); Souza (2002), entre outros têm contribuído de forma positiva para o avanço científico e fortalecimento da atividade, envolvendo pesquisadores, representantes dos movimentos sociais e ONGs.

O TBC em um primeiro momento representaria um instrumento importante para o fortalecimento das comunidades e sua organização social, valorização cultural e identitária, espacial, econômica e política, por meio da participação, gestão, protagonismo, além do desenvolvimento local. Essa visão é defendida conceitualmente por quem está diretamente ligado com tais práticas, pelo lado das comunidades, e pelos teóricos e investigadores sobre o tema, interpretando-o como alternativa ao turismo convencional. Essa ideia tem inclusive contribuído para a criação de novas políticas públicas de turismo criadas por diversos países, inclusive o Brasil e seus estados federados.

Irving (2006, p. 145), entende que é necessária “a construção de poder endógeno para que uma determinada comunidade possa se autogerir, desenvolvendo o seu potencial socioeconômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando suas limitações na busca contínua da qualidade de vida de seus indivíduos”. Nesse sentido, o desenvolvimento local seria o principal objetivo do incentivo ao TBC.

Mas, afinal o que é desenvolvimento e para quem? Na etimologia da palavra é o ato ou efeito de se desenvolver, em processo contínuo e constante. Ávila et al. (2000) reforçam que desenvolvimento implica também, e essencialmente, dimensões concernentes à qualidade do processo de evolução econômico-social e à amplitude participativo-beneficiária de toda a população por ela abrangida e que no contexto do processo o alvo central é o ser humano, como artesão do seu êxito ou fracasso, pois, se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo próprio progresso, de toda ordem e em todas as direções, influencie o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de dinamização tecnológica e de equilíbrio ambiental.

Buarque (2002, p. 30), afirma que “o desenvolvimento de uma localidade - município, microrregião, bacia, ou mesmo espaço urbano - deve ter um claro componente endógeno, principalmente no que se refere ao papel dos atores sociais, mas também em relação às potencialidades locais”.

De acordo com Beni (2006, p. 36), o desenvolvimento endógeno:

[...] visa atender às necessidades e demanda da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em relação à posição do sistema produtivo local na divisão nacional ou internacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local, o que leva a diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e capacidades de cada economia e sociedades locais.

Diante da perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento que respeite a base ecológica e os aspectos culturais de cada lugar, surge o TBC, visto como alternativa econômica para comunidades que se preocupam com a conservação da biodiversidade e dos aspectos culturais que as compõem. Ainda, pode-se citar o turismo comunitário como aquele "socialmente responsável", ou seja, de base comunitária, pois é o resultado de um processo de conscientização da comunidade, onde a união, a cooperação e o espírito de cooperação são apresentados pelos moradores como elementos fundamentais para a construção deste modelo "diferenciado" de turismo (IRVING; AZEVEDO, 2002).

Dentro dessas ideias, o TBC deveria se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trataria, apenas, de percorrer rotas exóticas, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de outro modo de visita e hospitalidade, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que porventura se dirija a um mesmo destino (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

Esse tipo de turismo converge com a proposta de um desenvolvimento situado, que enfatiza a dimensão simbólica dos padrões relacionais e afirma a pluralidade. Dar sentido à coordenação e à atuação dos atores da sociedade civil requer afirmar seus vínculos com espaços vividos, onde a racionalidade se constrói *in situ*, tendo por horizonte a constituição de novos saberes e for, mas de ação que considerem as contingências qualitativas de cada meio (ZAOUAL, 1998, p. 64).

Gontijo et al. (2003 apud BENEVIDES, 1996) defendem que o turismo para o desenvolvimento local se contrapõe ao modelo de “desenvolvimento” dominante em países como o Brasil, que se encontram conectados com o processo de globalização e que causa

sérios problemas ambientais, frequentemente ignorando os interesses da população da área que se torna alvo do “desenvolvimento”. E assim inúmeras experiências ligadas ao campo e à cidade propiciam práticas de desenvolvimento local incentivadas pelo turismo. Por exemplo, as comunidades podem se organizar para entrar no mercado oferecendo serviços turísticos, recuperando o patrimônio histórico, gerando emprego e renda para a comunidade (CORIOLANO, 2003).

Assim sendo, o turismo passa a depender dos níveis de crescimento econômico, fazendo do capitalismo o seu maior promotor. E com base no atual contexto da economia, o processo de globalização impõe que se faça uma formulação de políticas de desenvolvimento na busca de novas formas de pensar a organização produtiva. Santos (2000), afirma que a globalização ocasiona exclusão social devido o modelo globalista não inserir o local e é nele que a união entre as pessoas acontece.

Para os autores Costa e Cunha (2004), as desigualdades acontecem pelo livre jogo das forças de mercado e sua persistência implica disfunção sistêmica que pode ameaçar o equilíbrio socioeconômico como um todo, e salientam ainda que, a eficácia é alcançada por meio de um conhecimento mais acurado das demandas dos diferentes grupos sociais e da percepção destes quanto aos melhores meios de satisfazê-las. Contudo, o desenvolvimento local seria responsável por proporcionar oportunidades e iniciativas empreendedoras individuais ou coletivas que possibilitem alcançar resultados positivos como o aumento da renda e de ocupação da população de um determinado lugar.

Nessa concepção, o desenvolvimento turístico devidamente planejado, quando alcança um elevado nível de implementação, pode alavancar a economia de uma região ou do local no qual é implementado, observando sempre os impactos ambientais que dele advêm, dentro de uma determinada visão sobre turismo que privilegia seus efeitos econômicos nas comunidades (BISSOLI, 2002).

Nessa visão de turismo e de desenvolvimento, para alcançar o desenvolvimento de um segmento turístico, é necessário a articulação entre o poder público, iniciativa privada e terceiro setor e principalmente no envolvimento da comunidade, representando ainda uma das premissas para o desenvolvimento sustentável de qualquer segmento turístico. Portanto, deve-se considerar a vocação do destino, de forma a envolver a comunidade para que ela participe verdadeiramente do processo e possa usufruir de seus resultados, a interpretação e a educação patrimonial como instrumentos adequados para promover essa integração e oferecer aos moradores a possibilidade de (re) descobrir novas formas de olhar e apreciar o lugar onde vivem.

Para Tavares (2006), a participação da população local é de fundamental importância para a atividade turística, pois, sem ela o processo de autonomia político-administrativa não promoverá o desenvolvimento local. Afirma ainda que, o reconhecimento e inserção das lideranças locais devem se pautar na elaboração de ações pelo poder público, direcionadas para a integração do “capital natural e sociocultural”, respeito à diversidade social, econômica e cultural.

Contudo, uma série de fatores influencia a demanda turística, devido à variedade de condicionantes a serem consideradas no processo de decisão de compra de determinado produto ou serviço. Um dos principais aspectos é o conceito de valor, pois na concepção do turista, o destino escolhido deverá apresentar maior valor para si, em relação a outros lugares (ZAMIGNAN; SAMPAIO, 2010). Essa percepção ou valor percebido pelo turista é caracterizado pela personalidade e valores sociais relacionados ao conjunto de características que variam de indivíduo para indivíduo (DIAS; CASSAR, 2005).

No caso específico da Amazônia brasileira, os fundamentos de uma regionalização ecológica e econômica do universo espacial regional, equivalem a um estudo básico para determinar a vocação e as potencialidades de todos os subespaços inclusos no mosaico total da região. Procedimento esse que, em face da natureza regional, exige critérios basicamente ecodesenvolventistas. Fato que, por sua vez, obriga a uma busca desesperada de modelos de auto sustentabilidade, adaptáveis às especificidades de cada subárea da imensa região amazônica (AB’SÁBER, 2009, p. 76).

Dá a razão de estimular e desenvolver o TBC em Reservas de Desenvolvimento Sustentável no estado do Amazonas, por ser considerado como prática sustentável em uma lógica de transversalidade em políticas públicas e estratégias de planejamento, capazes de avaliar não apenas os benefícios econômicos gerados pela atividade turística, mas também os possíveis riscos socioambientais e culturais de uma determinada região. E ao mesmo tempo por contrapor-se ao modelo do turismo tradicional, por mudar as formas de relação capital-trabalho.

Certamente, o fortalecimento e êxito do TBC para melhoria na qualidade de vida das populações locais com a geração de emprego e renda, depende de um processo permanente de auto avaliação que permita o redirecionamento das ações propostas. Alguns desses desafios dizem respeito, principalmente, à necessidade de mobilização dos comunitários, à captação de recursos financeiros para custear os projetos, a organização social das comunidades, capacidade gerencial dos residentes locais para gerir os empreendimentos comunitários, o protagonismo no processo e manter um bom diálogo com o poder público, setor privado e as

instituições de ensino e pesquisa, sensibilizando-os sobre a relevância das iniciativas de novas práticas sustentáveis capazes de envolver, efetivamente, os diferentes segmentos da sociedade.

Pelas razões expostas, ficam evidentes os obstáculos a serem superados para que sejam internalizadas de fato, as peculiaridades de cada localidade considerando todos os aspectos (sociais, econômicos, ambientais, culturais, e políticos).

2.1 O debate da Sustentabilidade nas RDS sob a perspectiva do TBC

As áreas protegidas integrais ou de uso sustentável trazem a ideia de que é possível refletir sobre temas de economia ecológica e de sustentabilidade dos recursos naturais. Nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) as possibilidades de criação de alternativas econômicas e de reprodução das comunidades se ampliam e nesse modelo está baseada a criação dessas Reservas.

Algumas ideias fomentaram a centralidade do meio ambiente nos debates teóricos da segunda metade do século XX, ideias fundamentais para a criação de Reservas Sustentáveis como áreas de proteção da natureza.

A valorização da natureza não aparece somente como preocupação com o desenvolvimento, com a poluição, e com a sustentabilidade da experiência antrópica no planeta, mas também “[...] a natureza passou a ser vista como mercadoria e é vendida como mito na sociedade na condição de trazer tranquilidade e paz interior, muitas vezes, ausentes devido o stress do cotidiano” (ALMEIDA, 2001, p. 184).

As interpretações conceituais sobre o tema em questão possibilitaram identificar o papel da ciência econômica na tomada de decisão do homem nas suas atividades do dia-a-dia, abrangendo a produção, distribuição e consumo de riquezas, interagindo com a natureza em prol de sua reprodução.

Como tentativa de se repensar a economia no cenário tanto empresarial como na política e na sociedade, destacou-se a “economia verde” como conceito que poderia ajustar as ideias de desenvolvimento e de sustentabilidade, pois é vista como aquela que se preocupa com questões ambientais e é comprometida em solucionar os problemas ambientais, repensando o próprio saber econômico e por conciliar um crescimento sustentável com a erradicação de pobreza (PNUMA, 2011).

Neste direcionamento, essas novas ideias que relacionam desenvolvimento e sustentabilidade em seus pressupostos ressaltam a inclusão social, a minimização da pobreza e

a eficiência dos recursos naturais, que por serem escassos, quando mal administrados, podem ameaçar a própria continuidade das atividades produtivas.

Por outro lado, a economia verde exigiria do meio empresarial competitividade entre empresas no mercado global, focando sempre nas vantagens financeiras exigindo resultados positivos. Assim sendo, ela deixa de ter compromisso com o meio ambiente, pois, este deixa de ser prioridade, continuando o capital como o centro como evidencia Makower (2009, p. 1) ao afirmar que as empresas tem necessidade de se manterem competitivas por meio de uma estratégia de economia verde voltada aos desafios ambientais e sociais do mundo, com inovação e tecnologia limpas.

Na perspectiva da economia ecológica, fica evidente que para haver desenvolvimento sustentável é necessário a sustentação da capacidade do ecossistema evitando a destruição de regeneração e de assimilação do ecossistema (HOLDGATE, 1990, p. 5).

Em se tratando de Desenvolvimento Sustentável, este vem ganhando centralidade no campo de debate científico mundial desde a segunda metade do século passado por fazer uma ligação com o crescimento econômico.

Inicialmente a expressão Desenvolvimento Sustentável tornou-se conhecida internacionalmente no Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum, definida como “a solução para satisfazer as necessidades da sociedade atual, sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1991).

É nesse sentido que a sustentabilidade passou a ser incorporada e assumida como paradigma nos discursos acadêmicos e práticas sociais.

O conceito de ecodesenvolvimento foi elaborado na década de 1970 pelo sociólogo e economista Sachs (1986), que se referiu ao crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente.

A concepção de Desenvolvimento Sustentável adotou como premissas o respeito aos limites e as restrições da natureza em três dimensões (econômica, social e ambiental), em um espaço de resistências, contradições e conflitos (BUARQUE, 2002). Entretanto, o atual conceito de desenvolvimento tem sido bastante criticado tanto ao se referir à natureza ecológica, quanto à economia.

Michael Redclift (2006), em seu livro *Sustainability Life chances and live lihoods* considera que o uso simplificado obscurece as complexidades e contradições, sobre quem decide, a quem interessam as decisões e em que base elas são tomadas. Pontua como relevante os estudos sobre práticas de sustentabilidade que são produtos das relações sociedade e natureza de diversos grupos sócio étnicos.

O discurso globalizado em torno do desenvolvimento sustentável é talvez porque este foi eficiente em recuperar o crescimento econômico de novos setores, mas, por outro lado, não foi capaz de controlar e reduzir as mudanças ambientais globais, segundo Fenzl (1997b).

Neste sentido, a principal corrente do debate sobre a sustentabilidade foram os grupos ambientalistas e as populações tradicionais por se distanciarem das soluções neoliberais para os problemas ambientais, por exemplo: o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, por terem seus babaçuais destruídos e ficaram impedidos de produzir o carvão e plantar pastos, como destaca (MARIN; CASTRO, 2006, p. 20).

A sociedade contemporânea e o sistema mundial são caracterizados por uma complexidade, logo, os problemas de ordem social, econômica, e natureza são difíceis de resolver, pois, dependem de uma nova ordem política, ou seja, possibilidades e alternativas inovadoras (SANTOS, 1995).

Ora, é nesse campo de forças que vivenciamos o dilema da sustentabilidade, numa sociedade de classes sociais desiguais, na qual há escassez de recursos, consequência da má distribuição, da cobiça e do consumismo.

É neste sentido que o turismo é considerado uma atividade abrangente no que diz respeito ao conceito, e talvez com possibilidades de equacionar desigualdades, principalmente se fizer parte de preceitos do TBC. O turismo como prática social vincula-se ao tempo livre de cada pessoa que sai do seu local de origem com finalidades diferentes, deslocamento temporário com retorno ao local de partida sejam elas recreativas profissionais e outros motivos de caráter turístico, sem fins lucrativos, que, na maioria das conceituações sobre o turismo é descartada a vinculação do deslocamento da viagem voltada para obtenção financeira.

Para Figueiredo (1999); Figueiredo et al. (2012) o produto turístico requer muitos fatores, dentre eles, a informação do núcleo receptor (local que recebe os turistas), a infraestrutura básica, a história do lugar, são elementos motivadores da viagem.

Para Maccannell (2003, p. 3) “o turista é um dos melhores modelos disponíveis para o homem-moderno-em-geral”. É nesse sentido que o turismo se caracteriza como possibilidade de representar o homem em suas experiências de viagem, contribui para uma melhor qualidade de vida, além de exercer o poder de cura para o stress devido à vida agitada do cotidiano moderno. Além disso, pode ser visto como uma forma de concretização do desejo de circulação, mudança e de mobilidade nas pessoas, como bem menciona Maffesoli, em sua obra Sobre o nomadismo (2001), sobre a noção de “errância”.

Conforme o estudo das trocas e motivações dos turistas em regiões receptoras, do encontro entre visitante e visitado, é possível encontrar interessantes contribuições para o entendimento do “espaço” e do “tempo” turístico, e principalmente da produção de relações humanas, produzidas no seio da prática social que surge da viagem para o lazer (URBAIN, 2011; FIGUEIREDO, 2012).

Ademais da convivencialidade, outro atrativo é o de vivenciar a dimensão espaço-tempo, regulado pelo ciclo natural de um modo de vida mais conectado com a natureza (SAMPAIO; ZECHNER; HENRÍQUEZ, 2008). Essa associação é feita tomando como pressuposto que a atividade tem potencial para corrigir desigualdades sociais, com geração de emprego e renda e efeito multiplicador da receita gerada e valorização do lugar (LOPES; TINÔCO; ARAÚJO, 2012).

Se por um lado, o turismo apresenta impactos positivos, conforme os estudos de Arrones (1992) que destacaram as contradições do desenvolvimento turístico nas regiões do México, Caribe e Espanha, por outro, gera impactos negativos como apontam Archer e Cooper (2002). Beni (2000), Coriolano (1999) e Lage e Milone (2000) têm identificado problemas diretamente ou não, gerados ou agravados pelo turismo nos âmbitos social e ambiental, notadamente quando este é desenvolvido de forma a desconsiderar as necessidades da população e governo local e sem respeitar os limites de capacidade de carga.

Para Ruschmann (1997), conseqüentemente, a oferta turística, e as facilidades para as viagens tornaram o mundo acessível aos viajantes ávidos por novas e emocionantes experiências em regiões com recursos naturais e culturais consideráveis. Isto faz com que o planejamento dos espaços, dos equipamentos e das atividades turísticas se apresente como fundamental para evitar os danos sobre os ambientes visitados e manter a atividade dos recursos para as gerações futuras.

No que tange ao planejamento da atividade turística, a autogestão das comunidades é fundamental na organização, já que os recursos como natureza, cultura e modos de vida estão vinculados ao local (MACEDO et al., 2011). Portanto, o TBC deve ser realizado de maneira associada com os locais ou mesmo por eles e necessita haver participação entre todos os atores sociais.

A gestão do desenvolvimento local é discutida por meio de estratégias adotadas pelos agentes sociais que permitem avaliar os resultados socioeconômicos, visando compreender as formas de ocupação e utilização do espaço.

Barquero (1993) sugere o Modelo Pentágono para avaliação das ações de desenvolvimento local, considerando como fatores: a infraestrutura, capacidade

empreendedora e a informação acumulada nas organizações e empresas como um fator imaterial, capacitação dos agentes sociais, investimentos e parcerias (públicas e privadas), e o uso adequado dos recursos naturais e culturais em prol da sustentabilidade local.

Além disso, o desenvolvimento hoje em dia é tratado por alguns pesquisadores como “crença” ocidental, presente no mundo como um ideário a ser perseguido, conforme Rist (1990 apud FIGUEIREDO, 2012).

Os países considerados desenvolvidos passaram a financiar programas e projetos (como por exemplo, o PPG7) com o objetivo de promover ações direta e indiretamente, de desenvolvimento sustentável, por meio de cooperação técnica internacional, para os países do então chamado terceiro mundo, para conter crises ambientais futuras. Concomitante às interpretações preservacionistas, a discussão da sustentabilidade social abarcou os chamados povos tradicionais enquanto agentes de proteção ambiental, mas que nem sempre estão nas mesas de construção destas discussões (CASTRO, 2000).

Diante deste cenário, configuram-se novos processos desagregadores na articulação do envolvimento do local com o global, ou seja, os efeitos desta relação podem ora impulsionar, ora imobilizar as dinâmicas socioculturais das populações locais, não só geograficamente, mas alterando ritmos de vida, dos recursos e das escolhas. Neste sentido, as famílias rurais das UC no Estado do Amazonas podem ser as primeiras a sofrerem com os danos ao ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental (ARRUDA, 1999).

Neste sentido, as Unidades de Conservação (UC)⁶ têm um papel importante, seja na inclusão dos debates das mudanças climáticas, como também passaram a encontrar lugar nas ações e propostas de planos de desenvolvimento.

Em se tratando da gestão dessas “áreas protegidas, o processo incluiria o planejamento equilibrado, coordenação e controle dos componentes políticos, técnicos e operacionais e os atores sociais que incidem sobre o desenvolvimento da área, de maneira a obter-se a eficácia requerida para serem atendidos os objetivos que norteiam a existência da unidade de conservação” Faria 2004 apud FARIA; PIRES, 2007, p. 17).

O Plano de Manejo, considerado como o principal instrumento de gestão de uma UC é definido como um documento técnico, baseado nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, que estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o

⁶ Unidades de Conservação (UC) é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 1).

manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

Faria e Pires (2007) afirmam que o Plano é necessário para uma gestão eficiente, uma vez que estabelece os diversos “afazeres” para se alcançar os objetivos de manejo das UCs. Ele traduz ideias que, apesar de não serem permanentes, persistem mais que pessoas, e podem direcionar os encaminhamentos da UC. Além disso, o plano é dinâmico e deve ser sistematicamente revisto a fim de se adequar a novas realidades.

Ainda que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) indique que todas UC disponham de um Plano de Manejo, o qual deve ser elaborado no prazo de cinco anos após a criação da UC, a maioria das UC não dispõe dessa ferramenta. Segundo Irving et al. (2006, p. 54) “na atualidade, menos da metade dos parques nacionais, dispõe de planos de manejo e muitos, estão desatualizados ou obsoletos”. Castro (2004) acrescenta que a ausência de investimentos nas UC é constatada pela baixa incidência de planos de manejo e até mesmo de UC que conseguiram implementá-los.

Segundo Dourojeanni (2002), um plano de manejo é um instrumento indispensável para a gestão de uma UC. Tal ação fortalece a gestão da UC, pois dá subsídios para que os seus objetivos sejam de fato alcançados.

Na Amazônia, as comunidades tradicionais da RDS Rio Negro exercem um papel importante na preservação dos recursos naturais e culturais. Suas principais atividades são: agricultura, o manejo florestal madeireiro, pesca e o turismo. A área é formada lagos, praias, igarapés, igapós, fauna endêmica interflúvio Negro/Solimões. A principal via de acesso é a fluvial através de barcos de pequeno porte, voadeira ou recreio que fazem linha Manaus/Novo Airão.

A água é oriunda de poços artesianos, a energia é fornecida através de motor a diesel ou gasolina. A forte sazonalidade dos regimes hídricos da região também influenciam diretamente as formas de uso dos recursos pela população moradora da região. O período chuvoso ocorre de janeiro a abril, sendo março e abril os meses mais intensos, com médias de 294,7 e 289 mm. Já o período seco ocorre entre junho e setembro, sendo o pico da estação seca o mês de agosto, com média de 63,3 mm.

Da Reserva fazem parte ecossistemas associados às águas pretas como campinas, igapós e matas-de-terra-firme sobre solos oligotróficos⁷. Apresenta Floresta Ombrófila Densa, com as matas-de-terra-firme e igapós de inundações. As bacias dos rios de águas pretas são

⁷ SOLOS oligotróficos é a designação dada a um ecossistema pobre em nutrientes. Disponível em:<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Oligotrofia>>.

caracterizadas por apresentarem solos bastante ácidos e pobres em nutrientes Goulding (1988 apud KURIHARA, 2011). As águas ditas pretas, originadas nos escudos das Guianas e do Brasil Central, apresentam pouco material sólido em suspensão e dissolvido, pH ácido e alta concentração de ácidos húmicos e naturalmente pouco férteis. A cor da água varia de marrom-oliváceo até tons de café, e o pH é menor que 4,3. A oligotrofia (deficiência de nutrientes) dos solos e rios de água preta não só influenciou a composição da paisagem vegetativa – com sua alta diversidade florística, contrastando com a homogeneidade isionômica Ipê (apud KURIHARA, 2011) – como também influenciou as populações locais a obterem conhecimentos distintos de apropriação e manejo da agrobiodiversidade.

De acordo o Radam Brasil⁸, a vegetação da RDS Rio Negro é composta por dois tipos de fitofisionomias⁹, a Floresta Ombrófila Aberta e a Floresta Ombrófila Densa.

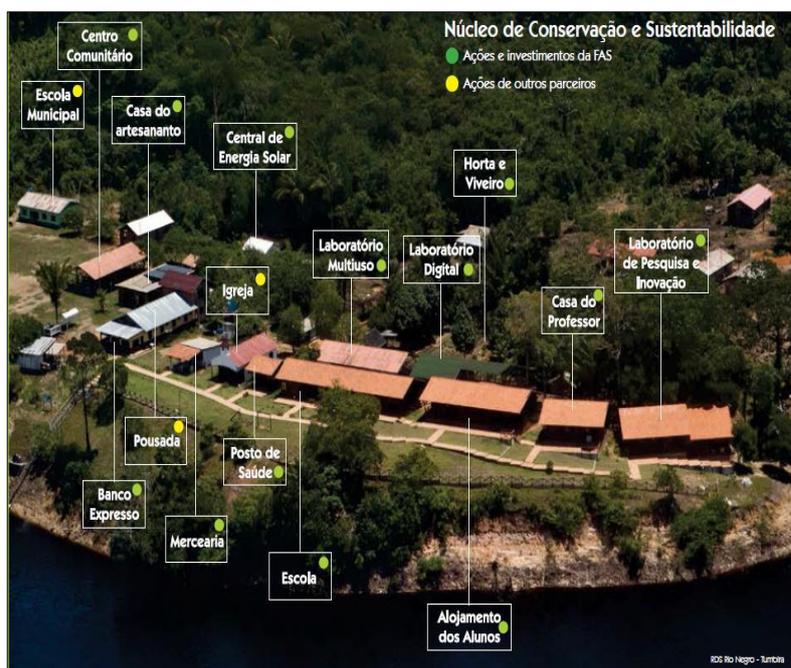
Na região do baixo Rio Negro, é possível observar cinco ordens de solos predominantes: os Latossolos, ocupando os interflúvios ou as porções mais elevadas da paisagem; os Argissolos, ocupando as vertentes ou áreas de interflúvios; os Espodossolos, presentes nas áreas de acumulação secundária de perfis arenosos; os Neossolos e Gleissolos, que se localizam sobre os solos anfíbios e em formação das planícies de inundação (IPÊ, 2008). Encontram-se também manchas de solo antropogênico, conhecido com a Terra Preta de Índio (IPÊ, 2008). A vegetação do Baixo Rio Negro está relacionada com os tipos de solos.

Dentre as comunidades, a que mais se destaca em termos de infraestrutura e serve como base para todas as demais é a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, onde existe um Núcleo de Conservação e Sustentabilidade da Fundação Amazonas Sustentável (Figura 1).

⁸ Projeto de levantamento e mapeamento de recursos naturais do Brasil, solo, geologia, geomorfologia, vegetação e uso da terra, utilizando como base imagens geradas por Radar, desenvolvido pelo governo brasileiro durante as décadas de 1970 e 1980. Disponível em <http://www.siglas.com.br/s-RADAM.htm>

⁹ Aspecto da vegetação de um lugar. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fitofisionomia/>

Figura 1- Núcleo de Conservação e Sustentabilidade da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, AM.



Fonte: Fundação Amazonas Sustentável (FAZ) (2013).

Essas populações ocupam as áreas protegidas, e fizeram parte de inúmeros conflitos com implicações sociais, políticas, econômicas e ambientais. E a partir da década de 1990, adotaram os princípios ecológicos em luta pela garantia de suas terras e do acesso ao uso dos recursos naturais, apoiado pelos movimentos sociais.

Viabilizar e estimular a participação das comunidades no processo de gestão, de fato, é tarefa distinta e exige esforço entre aspectos técnicos e políticos da gestão participativa.

Sem dúvida, o protagonismo social mediante a valorização socioambiental e cultural destaca-se como princípio norteador através da organização social, no qual as comunidades assumem um papel ativo no planejamento e gestão da atividade, visando o bem-estar e a geração de benefícios em prol da coletividade. A gestão participativa é resultado do engajamento de indivíduos em ações coletivas, onde diferentes atores sociais visam atingir um objetivo comum e ao mesmo tempo manter as particularidades e interesses pessoais, segundo Burgos et al. (2015, p. 58).

Portanto, é premente a interação política e social como estratégias relacionadas ao planejamento, fortalecimento e gestão das Unidades de Conservação.

Pois, a prática do turismo, em RDS na Amazônia é um desafio, partindo da premissa em que há um envolvimento comunitário participativo e implementação de políticas públicas que contemple as comunidades tradicionais, sobretudo como protagonistas e gestoras da

atividade turística. Pois, essas populações ocupam as áreas protegidas, e a partir da década de 1990, adotaram os princípios ecológicos em luta pela garantia de suas terras e do acesso ao uso dos recursos naturais, apoiado pelos movimentos sociais.

A partir daí, é pertinente fazer uma reflexão sobre o conceito de “populações tradicionais” e como elas vivem nessas reservas.

2.2 Reflexões sobre comunidades tradicionais

O termo Comunidade possui uma vasta literatura, o qual está associado á diversas áreas do conhecimento podendo ser interpretado por diversos olhares.

O dicionário Aurélio diz o seguinte sobre o conceito de comunidade: “1. Qualidade de comum. 2. O corpo social; a sociedade. 3. Grupos de pessoas submetidas a uma mesma regra religiosa. 4. Local por elas habitado”.

Destas definições, as que melhor exprimem o sentido de comunidade é local por elas habitado e o corpo social; a sociedade.

Para Weber (1972, p. 25, apud SILVA; ARNS, 1972), comunidade se refere “a uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social [...] repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”.

Em se tratando de fóruns coletivos de discussão dos diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, aí se vive um dilema, onde cada um traz uma bagagem conceitual específica, partindo de formações díspares.

Embora haja uma ampla variedade na compreensão do conceito, a maioria dos autores que discorrem sobre o tema, acredita na teoria da relação social, mesmo que as comunidades não sejam homogêneas ou harmônicas e possam conter divisões internas, o sentimento internalizado em cada grupo as caracteriza e lhes proporciona uma identidade social múltipla.

Nesse sentido, identidade é definida como “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais relacionados [...]” (CASTELLS, 1999, p. 22). Isto ocorre quando os atores sociais se reconhecem enquanto pertencentes do lugar onde vivem (auto reconhecimento), se socializam e interagem em seu ambiente local formando laços de parentesco e vizinhança, e ao mesmo tempo exigem serem reconhecidos pelos outros de maneira específica, seja por sua forma de organização comunitária.

Dessa forma, o conceito de território tomado como um lugar privilegiado de produção da ação pública se apresenta por parte das chamadas populações tradicionais, como objeto de

reivindicação socioambiental, permitindo-lhes valorizar os saberes nativos, de afirmar uma identidade política e de assegurar com toda legitimidade o controle de seu destino coletivo (TEISSERENC, 2010(b)).

Agora a reflexão dirige-se ao conceito de “populações tradicionais”, cujo é considerado é muito amplo e na visão de Arruda (1999):

são aquelas que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável. Em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal da propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente (apud CAÑETE, 2009 et al., p. 10).

No entendimento de Cunha e Almeida (2001), são considerados povos tradicionais os extrativistas, seringueiros, castanheiros, quebradoras de coco babaçu, ribeirinhos, pescadores artesanais, varjeiros, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, pomeranos, ciganos, geraizeiros, vazanteiros, piaçabeiros, pantaneiros, dentre tantos outros que já identificam-se como populações tradicionais, ademais daquelas que ainda surgirão.

Para Diegues (1993, 1997, 2001), as populações tradicionais são aquelas que desenvolvem um modo de vida de integração com a natureza, percebendo nesta o seu *modus vivendis*, diferentemente da relação que a sociedade ocidental pós-industrial demonstra para com a biodiversidade, em virtude da forma como se posiciona diante da natureza, pois esta é pensada enquanto um instrumento a ser dominado, privatizado e explorado pela espécie humana.

Logo, fica evidente o mito de que existem áreas *wilderness* e intocadas pelo ser humano, como enfatiza o autor supracitado em seu livro “O mito moderno da natureza intocada”, devido à natureza e à cultura manterem uma relação de não oposição e por não terem significados excludentes.

Assim, as populações tradicionais são conhecidas como “grupos sociais que se constituem sob o rótulo de povos tradicionais na luta para conquistar territórios e que incorporaram novas identidades em uma situação de mobilização acionadas em contexto de conflito (ALMEIDA, 2007, p. 29).

Nas discussões da Assembleia Nacional Constituinte, Almeida (2004) afirma que a expressão “terras tradicionalmente ocupadas” só preponderou pela derrota dos partidários da noção de “terras imemoriais”, cujo sentido historicista, remontando ao período pré-

colombiano, permitiria identificar os chamados “povos autóctones”¹⁰ com direitos apoiados tão somente numa naturalidade que não poderia ser datada com exatidão. Um dos resultados mais visíveis deste embate consiste no parágrafo 1º do Art. 231 da Constituição Federal de 1988:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (BRASIL, 1988, não paginado).

O reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação dos recursos naturais, que caracterizam as denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, o uso comum dos recursos aparece combinado tanto com a propriedade quanto com a posse, de maneira perene ou temporária, e envolve diferentes atividades produtivas: extrativismo, agricultura, pesca e pecuária. Notadamente na Amazônia, outras atividades sustentáveis tem ganhado destaque, o caso do TBC por causar menos impactos negativos, incluir as comunidades tradicionais, usar os recursos naturais de forma sustentável e possuir formas próprias de organização social.

Essas formas próprias mencionadas incluem os planos, programas e suas ações para “práticas comunitárias” e o uso comum dos recursos naturais. No Amazonas o capítulo XIII da Constituição Estadual é denominado “da população ribeirinha e do povo da floresta”. Contempla os direitos das famílias que habitam as terras firmes e “terras de várzeas” e garante o meio de sobrevivência (ARTS. 250 e 251 DA CONSTITUIÇÃO DO AMAZONAS, 1989 apud ALMEIDA, 2008).

As comunidades tradicionais, portanto seria os principais atores do TBC, principalmente por apresentarem em suas estruturas organizacionais elementos diferentes das relações sociais que são encontradas no meio urbano industrial, isso quer dizer que o elemento tradicional, suas características, conflitos e ações devem ser incorporados a estudos sobre o gerenciamento do TBC por essas populações, com ou sem a ajuda de Organizações Não-Governamentais como intermediadoras dos processos de gestão.

A expressão “tradicional” possui muitos significados, portanto, é considerada polissêmica. Pode-se dizer que o termo “tradicional” está associado à ideia de “costume” e/ou a característica de ser transmitido de geração a geração (FOUCAULT, 1970 apud DOURADO, 2010).

¹⁰ São nativos da região em que habita. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/autoctone/>>.

Na interpretação antropológica de Sahlins (2004, p. 506), rompe com todas as alusões à continuidade, evidenciando que todas as tradições são “inventadas” independentes de um tempo linear e de uma “história”.

Para Shiraishi Neto (2007), a expressão “tradicional” rompe com o tempo linear, os costumes culturais, o dualismo geográfico e as abordagens evolucionistas e positivistas, uma vez que, o conhecimento tradicional é posto como uma figura do presente apoiado em estágios de desenvolvimento.

Na literatura de análise de TBC, essas relações são comumente centradas em debates sobre o pertencimento e aos locais desse pertencimento. Assim aparecem os sítios simbólicos como categoria importante para a compreensão da relação entre populações tradicionais, TBC e Unidades de Conservação.

Apesar de muitos conceitos relacionados ao TBC estarem pautados sob a perspectiva econômica, na qual o mercado, e apenas ele, dita as regras e a dinâmica das relações “pessoais” e institucionais, o *como fazer e por que fazer*, a categoria de sítios simbólicos procura dar respostas alternativas ao modelo único de desenvolvimento a partir de um novo paradigma. Zaoual (2006) discute a questão do desenvolvimento das economias locais, na ótica do sítio simbólico de pertencimento, propondo uma diversidade de caminhos para os autores sociais organizarem e dirigirem seus próprios destinos, respeitando a diversidade cultural.

O raciocínio econômico tradicional abriu caminho para outras formulações nas quais submergiram teorias como a dos jogos, ou o teorema do dilema do prisioneiro em face da escolha de uma estratégia cooperativa (SEN, 1993, p. 79).

Vale ressaltar que neste sentido, o comportamento visto como uma questão social deveria ser “nossa” estratégia podendo traduzir um sentido de identidade que admite os objetivos de outrem e as interdependências mútuas que eles supõem.

Dessa forma, a teoria dos sítios sob o olhar de Zaoaul (2008, p. 2) questiona as concepções estritamente econômicas que não levam em consideração a complexidade, a diversidade e a contingências dos contextos dos atores da situação.

O sítio integraria, assimilaria e se sobreporia a toda contribuição vinda de fora, sendo defino como:

o espaço vivido, é cada vez mais único e singular e, ao mesmo tempo, universal, uma vez que está aberto à diversidade local, regional, nacional e mundial. Essas escalas são mescladas. A restituição das práticas humanas não remete ao culturalismo estático e nem ao economicismo precipitado. Em seu funcionamento cotidiano, o sítio impede tanto o retraimento quanto a abertura cega (ZAOUAL, 2003, p. 95).

A teoria dos sítios, proposta por Zaoual, apoiada na interdisciplinaridade e na interculturalidade, daria sentido à coordenação e à atuação dos atores da sociedade civil, requerendo afirmar seus vínculos com espaços vividos. Assim, a racionalidade situada se constrói localmente (*in situ*), e o *homo situs* tem no seu enraizamento numa localidade determinada, a condição de possibilidade para o exercício de sua liberdade e criatividade. Ambas são cerceadas por uma ditadura do saber desenraizado imposta por especialistas que procuram manter seu domínio nos processos de tomada de decisão.

No Brasil, desde a época da colonização no século XVI, as populações rurais ficaram conhecidas como “Tradicionais”, por se adaptarem ao meio, malgrado suas diferenças regionais e com características comuns, como menciona Arruda (1997).

Vale enfatizar que, na Amazônia, além da vasta riqueza e heterogeneidade em termos de fauna, flora, hidrografia, minerais, clima, encontra-se também uma diversidade de etnias e grupos sociais (índios, remanescentes de quilombo, seringueiros, castanheiros, babaqueiros, roceiros, vazanteiros, vaqueiros, pescadores, ribeirinhos) que são importantes segmentos de camponeses que souberam usar a floresta amazônica sem destruí-la (BENATTI, 2005).

Ocupar um lugar é delimitar um espaço com as marcas do seu trabalho. Nesse direcionamento (ALENCAR, 2002), o espaço é entendido como território onde se constroem suas identidades a partir dos vínculos simbólicos com a paisagem.

De acordo com Lima (1992); Alencar (2002); Almeida (2006a), as áreas são de uso comum, mas não de livre acesso, ou seja, os limites territoriais são estabelecidos sob a ordem político-organizacional das relações entre os moradores do lugar, e entre os outros lugares nos limites territoriais estabelecidos pelas formas de ocupação.

E com a discussão ambiental em pauta nos últimos anos, evidenciou positivamente nos modelos de uso e manejo sustentado dos recursos naturais.

A ideia que fundamenta este modelo é a de que a alteração e domesticação de toda a biosfera pelo ser humano é inevitável, sendo necessário e possível conservar pedaços do mundo natural em seu estado originário, antes da intervenção humana (ARRUDA, 1997).

Estas áreas precisam ser protegidas, no Brasil adotou-se a criação das Unidades de Conservação como estratégia para a conservação da natureza. Desta forma, esse modelo possui uma dicotomia conflitante entre o ser humano e natureza, por colocar em julgamento a capacidade das populações locais em desenvolver um manejo sustentável em suas atividades.

Conforme o pensamento de Diegues (1996b, p. 97), o mundo moderno necessita de exemplos de relações mais adequadas entre homem e natureza. As unidades de conservação devem oferecer condições para que os enfoques tradicionais de manejo do mundo natural

sejam valorizados, renovados e até reinterpretados, para torná-los mais adaptados a novas situações emergentes.

O autor supracitado faz uma crítica ao modelo de UC implantado no Brasil, ao dizer que a Política Ambiental brasileira está fadada ao insucesso ao ignorar o potencial conservacionista das populações tradicionais que ao longo da história preservaram as áreas que as ocupam.

Observa-se que essas políticas públicas seguem um modelo que prioriza os aspectos econômicos que resultam em atividades com possibilidades de gerar lucros como é o caso do turismo, trazendo em seu bojo a ideologia da valorização da cultura local. Mas, é importante ressaltar que nem sempre isto acontece, principalmente na região amazônica.

A relevância dessa discussão está no fato de que a conotação da palavra “sustentável” aliada ao modo de vida do cabloco¹¹ amazônico, embutida numa visão conservacionista de estilo de “vida harmoniosa” com o meio ambiente, tornando o cabloco como “peça-chave” no que diz respeito à preservação da Amazônia.

Com isso, as comunidades tradicionais Amazônicas foram estimuladas a trabalhar com o TBC, o qual se apropriou dos recursos naturais e culturais passando por uma reorganização do seu território, assim como, também, o “*modus vivendi*” e o “*modus operandi*” do local.

Este capítulo permitiu-nos refletir sobre a noção dos *sítios* simbólicos de pertencimento associado ao TBC como veículo de desenvolvimento das comunidades tradicionais tomando como referência base de nossas análises a categoria de economias locais proposta por Zaoual (2006, 2008).

Enfatizando o apresentado pelo autor supracitado, essas relações derivam dos laços de sangue, de parentesco, da vizinhança, crenças e de sentimentos partilhados, além de associações com o lugar.

¹¹ É um termo utilizado especificamente na região norte do Brasil como uma categoria de classificação social (LIMA, 1999, p. 5). E segundo Costa Pereira (1975, p. 12), afirma que caboclo deriva do tupi *caa-boc*, que quer dizer “o que vem da floresta”.

2.3 Experiências de turismo de base comunitária na Amazônia Brasileira

As discussões sobre o TBC se inicia no Brasil a partir de 1997, no primeiro encontro científico denominado I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL) realizado em São Paulo.

A partir daí, iniciou-se a trajetória do TBC no Brasil e reflexões teóricas acerca das iniciativas, principalmente na Amazônia em contraponto ao turismo convencional.

Segundo Costa (2011, p. 50), o Brasil ganha destaque por ser:

O segundo país a possuir mais experiências no que diz respeito às iniciativas de TBC, com trinta e sete cadastradas na REDTURS, ficando atrás apenas do Equador. Destas, oito está na região Norte do país.

Assim como o Brasil, o Estado do Amazonas em meados de 1990 recebeu o título de “Estado Referência”, possuindo várias experiências de TBC, dentre elas estão:

Quadro 1- Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas com iniciativas de TBC.

Comunidades	Municípios
Comunidade Tatulândia - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé.	Manaus
Comunidade Julião - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé.	Manaus
Comunidade Colônia Central - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé.	Manaus
Comunidade Livramento - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé.	Manaus
Comunidade Agrovila - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé.	Manaus
Comunidade Indígena Nova Esperança - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé ¹² .	Manaus
Comunidade Indígena Três Unidos - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé.	Manaus
Comunidade Igarapé da Floresta - Lago do Puraquequara ¹³ .	Manaus
Comunidade Santa Luzia – Lago do Puraquequara.	Manaus
Comunidade São Francisco do Mainã.	Manaus
Comunidade Vila da Felicidade.	Manaus
Comunidade Tarumã.	Manaus
Comunidade São Sebastião do Rio Cuieiras.	Iranduba
Comunidade Lago do Catalão.	Iranduba
Comunidade Paraná do Xiborena.	Iranduba
Comunidade São Thomé.	Iranduba
Comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira.	Iranduba

¹² O mapeamento das comunidades indígenas foi baseado nas informações da Empresa de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR, 2014).

¹³ Informação obtida da Dissertação de mestrado de OLIVEIRA, F. T. Ecoturismo no rio Puraquequara: alternativa para inclusão social e proteção ambiental. UFAM, 2009.

Comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Acajatuba.	Irاندوبا
Comunidade São Sebastião do Saracá.	Irاندوبا
Comunidade Santa Helena do Inglês.	Irاندوبا
Comunidade Santo Antônio do Lago do Tiririca.	Irاندوبا
Comunidade Indígena Sahu-Apé.	Irاندوبا
Comunidade Janauari.	Irاندوبا
Comunidade Paricatuba.	Irاندوبا
Comunidade Lago das Pedras - Reserva Extrativista do Rio Unini.	Barcelos
Comunidade Terra Nova - Reserva Extrativista do Rio Unini.	Barcelos
Comunidade Patauí - Reserva Extrativista do Rio Unini.	Barcelos
Comunidade Vila Nunes - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã.	Barcelos
Comunidade Braga - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piranha.	Manacapuru
Comunidade Betel - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piranha.	Manacapuru
Comunidade Boa União - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piranha.	Manacapuru
Comunidade Nossa Senhora do Bom Parto ¹⁴ .	Silves
Comunidade São João.	Silves
Comunidade Santa Luzia do Sanabani.	Silves
Comunidade São João do Miriti ¹⁵ .	Rio Preto da Eva
Comunidade São José.	Rio Preto da Eva
Comunidade Ramal do Banco.	Rio Preto da Eva
Comunidade Beija-Flor	Rio Preto da Eva
Comunidade Airão Velho	Novo Airão
Comunidade Sobrado	Novo Airão
Comunidade Madadá	Novo Airão
Comunidade Seringalzinho	Novo Airão
Comunidade Indígena Pacatuba	Novo Airão
Comunidade Vila de Balbina	Presidente Figueiredo
Comunidade Boa União	Presidente Figueiredo
Comunidade Ramal da Morena	Presidente Figueiredo
Comunidade do Assentamento Canoas e Rio Pardo	Presidente Figueiredo
Comunidade Cristo Rei	Careiro da Várzea
Comunidade São José	Careiro da Várzea
Comunidade Boca do Mamirauá - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	Tefé
Comunidade São João - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.	Tefé

Fonte: Sousa (2016) conforme informações das Secretarias Municipais de Turismo do estado do Amazonas (2015).

¹⁴ Informação obtida da Dissertação de mestrado em Ciências Florestais e Ambientais de SOUSA, Roberta Maria de Moura. Ecoturismo e Desenvolvimento Comunitário em Silves (AM): A Experiência da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC. UFAM, 2011. Essas comunidades são geridas pela Pousada Aldeia dos Lagos.

¹⁵ Disponível em: <COSTA NOVO, C. B. M. Turismo de Base Comunitária a Região Metropolitana de Manaus (AM): caracterização e análise crítica. Dissertação de mestrado em Ciências (Geografia Humana). SP, 2011.

Vale ressaltar que dessas iniciativas citadas anteriormente, dez recebem apoio da Amazonastur, a saber: comunidade São José (Careiro da Várzea), comunidades apoiadas pela pousada Aldeia dos Lagos no município de Silves (Nossa Senhora do Bom Parto, São João e Santa Luzia do Sanabani), Comunidade Indígena Sahu-Apé (Iranduba), comunidade Lago do Catalão (Iranduba) Comunidade Paraná do Xiborena (Iranduba), Comunidade Paricatuba (Iranduba), Comunidade Vila da Felicidade (Manaus) e Comunidade Indígena Beija-Flor (Rio Preto da Eva).

Percebe-se que apesar da existência da prática de TBC ocorrer no Brasil desde a década de 1990, essa atividade só ganhou visibilidade por parte do poder público federal no ano de 2008, por meio do Edital N°001/2008 do Ministério do Turismo, o qual foi contemplado 50 projetos em 19 estados brasileiros sendo eles: o Rio de Janeiro, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Pará e Amazonas.

Nesta tese optamos por apresentar somente às experiências de TBC na Amazônia, mas, precisamente nos estados do Amazonas e Pará, conforme o (Quadro 2).

Quadro 2- Projetos de TBC aprovados pelo Ministério do Turismo em 2008 nos estados do Amazonas e Pará.

Projetos	Estados	Parceiro
Turismo de base comunitária o baixo rio Negro, desenvolvido a comunidade São Sebastião e a comunidade indígena Nova Esperança ¹⁶ .	Amazonas	Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)
TBC na comunidade Julião ¹⁷ .	Amazonas	Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)
TBC na RESEX do rio Unini	Amazonas	Fundação Vitória Amazônica (FVA)
Projeto VEM: Viagem Encontrando Marajó.	Pará	Associação das Mulheres do Pesqueiro
Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá.	Pará	Instituto Peabiru e Instituto Tapiaim (IT) ¹⁸
Ecoturismo de base comunitária no Polo Tapajós.	Pará	Projeto Saúde e Alegria (PSA)

Fonte: Sousa (2016).

¹⁶ Comunidades localizadas o rio Cuieiras (AM).

¹⁷ Comunidade inserida na RDS do Tupé (AM), parte pertencente ao município de novo Airão e parte em Manaus.

¹⁸ Organização formada por filhos de agricultores, pescadores e educadores residentes locais (SOUSA; PEREIRA, et al., 2014).

Essas iniciativas comunitárias demonstram a resistência das comunidades em serem tratadas pelos agentes externos, encontrando no TBC uma forma de gerir o seu próprio negócio sem depender de atores hegemônicos que atuam no setor turístico.

Para Bartholo et al. (2009, p. 15), embora esse seja os primeiros passos do governo federal em apoiar uma nova modalidade de turismo, não podemos definir como uma política pública, onde as populações tradicionais, os trabalhadores rurais, os pescadores, os representantes das culturas indígenas são os principais protagonistas.

Contudo, nota-se o interesse de estudiosos em se aprofundar sobre a temática, afim de, fortalecer o debate, construir vínculos e estabelecer relações.

Nesta perspectiva, será apresentado um marco conceitual do TBC a partir das pesquisas de estudiosos tais como: Sousa (2011) o qual se dedicou aos estudos do Ecoturismo de base comunitária no município de Silves (AM), dentro de uma perspectiva interdisciplinar, em busca de analisar a experiência da gestão do ecoturismo, tomando como referência a ASPAC e a Pousada Aldeia dos Lagos em Silves (AM).

Já no Estado do Pará, tomamos como referência os projetos “Vem: Viagem encontrando Marajó” deu-se destaque os trabalhos desenvolvidos pela professora Dra. Maria Goretti Tavares, o qual a pesquisadora fez uma caracterização do TBC no Pará e como ele se relaciona com o espaço. Convém ressaltar ainda os trabalhos de Angelim (2013) desenvolveu pesquisa sobre o “Projeto VEM: Viagem Encontrando Marajó” busca analisar o TBC como fator de desenvolvimento sócio-espacial sob o olhar da geografia e Barreto (2015) que estuda o “Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós” procurando identificar e analisar o papel do Estado e dos agentes ligados a essa atividade e suas respectivas funções, apontando o TBC como possível vetor desenvolvimento sócio-espacial. Assim como, também as experiências do Projeto Saúde e Alegria (PSA)¹⁹, uma instituição sem fins lucrativos, que atua na Amazônia desde 1987, mais precisamente nos municípios do Oeste do Pará, como, Santarém, Belterra, Juruti e Aveiro com projetos cujo objetivo é contribuir com o bem-estar das comunidades tradicionais na busca de políticas públicas que contemple uma melhor qualidade de vida, gestão participativa nas atividades, em prol da autogestão comunitária e da sustentabilidade.

No ano de 2002 em parceria com o projeto Bagagem²⁰ passou a planejar o roteiro denominado “Amazônia Ribeirinha” nas comunidades. O PSA adotou como modelo de

¹⁹ Informações obtidas do site. Disponível em<: <http://www.saudeealegria.org.br/>>.

²⁰ É uma ONG cujo objetivo principal é a criação de uma Rede de Economia Solidária de Turismo Comunitário O Brasil. Informações obtidas do site. Disponível em<: <http://www.projotobagaem.org/>>.

desenvolvimento comunitário tais como: Desenvolvimento Territorial, Integração Institucional, Saúde, Educação, Cultura e Comunicação. A partir dessa parceria, surgiram outras, que passaram a organizar expedições anuais com pequenos grupos de turistas com aproximadamente (entre 10 a 15 pessoas).

A ONG PSA atualmente atua em quatro comunidades ribeirinhas do município de Santarém, dentre elas: Anã, Atodi, Arimun e Vila Amazonas²¹. A seleção das comunidades para participação no projeto foi feita pela ONG PSA de forma democrática com as comunidades. Contudo, era uma escolha que dependia principalmente do próprio interesse das comunidades em participar do mesmo, e este foi um dos pontos avaliados pela ONG no momento em que esta levava a proposta às comunidades.

As experiências nos dois Estados apresentam aspectos comuns, tais como, o TBC se configura no território como uma complementação de renda para as comunidades envolvidas; há uma forte relação de pertencimento com o lugar; os roteiros são elaborados de acordo com o que a comunidade considera como atrativo, principalmente voltados para a contemplação da natureza e visitação à casa dos comunitários e venda de artesanato; há um protagonismo comunitário e ao mesmo tempo empreendedorismo ribeirinho, e por fim, as comunidades são assessoradas por ONG, principalmente na comercialização dos pacotes turísticos.

O TBC é uma atividade rentável que gera benefícios para as comunidades envolvidas, e que, portanto, não pode ser encarada como assistencialismo. Exige uma série de cuidados, para não impactar de forma negativa a região.

A atividade permite uma nova forma de desenvolvimento econômico, social e ambiental, pautados nos princípios da sustentabilidade. Promove também, singularidades culturais, laços de proximidade, o fortalecimento da identidade e o encontro com o “outro” onde o receptor dessa atividade é o principal protagonista.

²¹ Comunidades que fazem parte do Roteiro Tapajós Arapiuns.

3 ESTADO E O TERCEIRO SETOR NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PARA O TURISMO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

3.1 O Papel do Estado na organização do espaço para a atividade turística

A discussão sobre o papel do Estado ganhou força na Alemanha com a obra “Geografia Política” de Friedrich Ratzel no século XIX, com as disputas territoriais cuja finalidade era estabelecer a unificação dos Estados germânicos (CASTRO, 2009).

O Estado passou a ser considerado um organismo capaz de reforçar a relação e articular a vida do povo sobre a fixidez do solo, ao ponto de formarem um único ser interligado um ao outro (RATZEL, 1987, p. 61, tradução PFRIMER, 2011, p. 52).

Independente das diferentes posturas do ponto de vista interpretativo convém ressaltar, que o Estado e o território estão ligados um ao outro, portanto, se faz necessário falar dos dois, conforme mencionam Santos e Silveira (2008, p. 19) “é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território”. Pois, o Estado tem no território seu espaço de autoafirmação.

Essa relação é vista como o sentimento de pertencimento do povo pelo lugar, repercutindo na herança cultural e histórica dos indivíduos, além, das motivações que os levam ao fortalecimento do Estado-Nação.

Segundo Arrighi (2006) a história dos Estados mostra uma sucessão de hegemonias no centro do sistema capitalista. O poder de um Estado passa a ser calculado a partir de seu poder de acumulação e pelas suas conquistas e posses territoriais.

Sendo assim, o Estado, assume um novo papel, com o advento da globalização, passando a atuar de forma dialética com novos atores e não mais como detentor do “poder” como no passado, embora ainda seja o ditador das regras.

É pertinente enfatizar que o Estado se aproveitando da sua autonomia em cada território, assim como os atores hegemônicos buscam se beneficiar e ao mesmo tempo se fortalecer. Com isso, a organização do espaço é afetada ficando alheios a tais decisões.

Diante disso, as mudanças no sistema estatal são entendidas por Harvey (2005, p. 84) como consequências do crescimento e amadurecimento do capitalismo, no qual o Estado nunca deixou de ser agente central para o seu funcionalismo.

Todavia, o Estado não se tornou desnecessário, afirma Santos (2002, p. 245), pois, as políticas de liberalização e desregulamentação não significam que o Estado fique ausente das questões econômicas, tendo o mercado como dependente.

O mercado depende do Estado para produção e circulação dos bens tangíveis e intangíveis no território.

Portanto, para compreender como se dá a organização do espaço é importante a atuação do Estado para legitimar as formas de uso do território, independente de suas ações e “não-ações”.

O conceito de território elaborado por Santos (2012a, p. 138) vai além do exposto por Ratzel, ao pensa-lo a partir de sua apropriação e de seu uso, enquanto “sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Assim, levando-nos a pensar o espaço enquanto um direito de todos, um espaço de todos os homens, de todas as instituições, de todas as empresas (SANTOS, 2012b).

Desta forma, o papel do Estado no contexto atual é, sobretudo de expansão do modo de produção capitalista e novos espaços para consolidar-se. Tal expressão convém frisar o pensamento de Harvey (2013, p. 79):

[...] “a formação do Estado em associação com o surgimento da constitucionalidade burguesa tem sido, por conseguinte características cruciais da longa geografia histórica do capitalismo”.

Contudo, o papel do Estado diante do momento histórico atual é satisfazer os interesses políticos e empresariais.

Conquanto, a partir da década de 1980, surgiram às privatizações das empresas públicas, e conseqüentemente o fortalecimento do mercado internacional por meio das políticas estatais. Percebe-se cada vez mais, que a ausência do Estado na elaboração e implementação de políticas públicas que atenda as necessidades da população.

Por outro lado, as ações do Estado se dão de forma efetiva por estarem voltadas para a organização do espaço afim de, atender conforme já enfatizamos, aos interesses de uma lógica global.

Diante disso, é possível concordar com as afirmativas de Santos (2009c, p. 68) ao se referir que os recursos para fins sociais são mínimos, ou seja, o Estado se omite para não atender aos interesses das populações.

De acordo com Dallari (1984, apud NÓBREGA, 2012), em se tratando das questões de ordem social, aponta que, quando são afetados os interesses fundamentais de um indivíduo ou de um grupo social, todo conjunto da sociedade sofre conseqüências de alguma espécie, em menor ou maior escala.

Nesse sentido, podemos considerar o exemplo dos estudos de Todesco (2007; 2013) sobre o papel do Estado na organização do espaço para o turismo no Vale do Ribeira, detectou duas formas de atuação: a primeira Ele se mostra presente por meio dos planos, programas e projetos ineficientes. E a segunda: se configura como ausente, por não mais implementar ações diretas sobre o território, passando a responsabilidade para o terceiro setor. Assim, o Estado vai se configurando no território, mostrando-se por um lado ausente e ao mesmo tempo presente, apoiando algumas instituições não públicas com financiamento de projetos.

Seguindo essa lógica, o Estado mostra-se cada vez mais eficiente no sentido de dar suporte ao mercado e ao mesmo tempo fortalece-lo. Esse jogo de forças é determinante no que diz respeito ao uso do território, dependendo do período e dos interesses externos ao território.

Em se tratando modernização do espaço, é importante destacar que:

O território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas a produção. As novas vocações regionais são amiúde produtoras de alienação, pela pressão da ordem global sobre as populações locais (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 106).

Assim, o território é dividido em frações, que podem ser valorizadas ou não dependendo da lógica do mercado internacional que se sobrepõem a lógica do lugar. Diante disso, o turismo foi imposto ao território brasileiro, seguindo a lógica do mercado a qual divide o território em frações a serem valorizadas.

Contudo, o mercado continua sendo o principal responsável por estimular e desenvolver novos destinos turísticos, visando à transformação do lugar, a partir do uso do espaço para consumo do turismo.

3.2 O espaço e sua apropriação pelo turismo

O turismo vem se configurando no espaço de várias maneiras. Para entendermos melhor, optamos por trabalhar com a categoria de Santos e Silveira (2008), os quais considera o espaço geográfico, enquanto um direito adquirido por todos os cidadãos, Instituições e Empresas.

Para Santos (1985) o espaço é considerado como:

Uma totalidade a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Nele estão contidos os seguintes elementos: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas. (SANTOS, 1985, p. 5).

O autor acima mencionado compreende o espaço como um conjunto de relações e não simplesmente como materialidade. A respeito disso, Moraes (2013, p. 112) conceitua como uma relação da sociedade, considerando seu uso de forma particular devido seu contexto histórico, necessitando ser redefinido periodicamente.

Lefebvre (2000) afirma que o espaço é um produto social pautado na materialidade e no conjunto de relações que o produzem, não podendo ser concebido como passivo ou vazio, pois ele atua como produto, podendo ser trocado ou consumido, e como produtor, interferindo na própria produção.

Contudo, atualmente, faz-se necessário adequar o espaço as suas novas formas de uso e instancia social, dentre elas o turismo.

Sobre este aspecto, Figueiredo (2008, apud NÓBREGA 2012) afirma que:

o espaço relacional e cidadão, para ser “do cidadão”, deve se referir não só ao acesso físico, pois, para demonstrar apenas o uso, e para se transfigurar o usuário em cidadão é necessário que os espaços façam parte da vida cotidiana e sagrada de uma sociedade (NÓBREGA 2012, p. 50).

Partindo desse pressuposto, será possível entender a relação do turismo com os demais usos do espaço principalmente na região Amazônica, objeto de estudo desta tese.

Conforme menciona Trigo (1995, p. 14) o crescimento do turismo se deu após a Segunda Guerra Mundial, com a mudança dos hábitos de consumo nas sociedades, com o direito às férias e o direito ao tempo livre.

Cabe aqui ressaltar, que essas transformações privilegiaram apenas parte da burguesia comercial e industrial, possuidora de tempo e dinheiro.

Segundo Roque (2001, p. 4), “o turismo era uma atividade voltada para a elite, símbolo de status social e produto do desejo da maioria da população”.

No Brasil o turismo surgiu sob o viés do consumo de massa, alicerçado a uma política econômica mundial e diferentes interesses dos sujeitos que organizam o espaço para o consumo (BOYER, p. 15).

No que tange ao uso do espaço pelo turismo, observa-se que a atividade turística se apresenta como uma atividade econômica, utilizando os elementos naturais, transformando-as em atrativos turísticos, ou ainda, em mercadoria (MENDES et al., 2004, apud CIRINO, 2006).

Observa-se que no espaço geográfico é modificado pelo os agentes hegemônicos (Estado, ONGs, agentes imobiliários, etc.) para atender as demandas turísticas, ou seja, cria-se uma imagem do lugar que seja atrativa para o turista.

De acordo com Cruz (2002) as paisagens artificiais criadas para compor o cenário turístico, são resultantes de projetos, de planos ou de outros tipos de intervenção planejada sobre o espaço, movidas pelo objetivo de (re)criar formas ou conjuntos de formas reconhecidamente atrativos para o turista.

Desta forma o turismo intervém na paisagem natural para criando e recriando uma paisagem para ser contemplada e ao mesmo tempo ser utilizada em forma de lazer.

No caso da Amazônia, especificamente, no Estado do Amazonas, observa-se que o Poder Público em sua instância de governança tem desempenhado o papel na formulação e implementação de políticas públicas, que contribuiu, de certo modo, para o desenvolvimento do turismo em áreas rurais. Por outro lado, ele recebe apoio das ONGs, em diversos lugares, principalmente em comunidades tradicionais, corroborando nesse sentido como agente hegemônico predominante no território amazônico, que muitas das vezes assume o papel do Estado.

Contudo, acredita-se que não basta apenas formular e implementar tais políticas, é necessário fazer o monitoramento e avaliação dos resultados. Em razão disso, o papel desempenhado pelos agentes hegemônicos nas formulações das políticas públicas estaduais de turismo, merece um tratamento mais aprofundado e detalhado.

Nascimento (2015) fez uma análise das políticas públicas de turismo no Estado do Amazonas e concluiu que o turismo não é considerado um problema e sim uma oportunidade, ele não é tido como prioritário. É possível diante disso, afirmar que:

O turismo pode até ascender à agenda de um estado, mas surgindo uma questão identificada como problema premente, esta se torna prioridade e o turismo perde o *status* alcançado. Isto, pois, enquanto oportunidade é como se tudo estivesse bem, não houvesse falha ou algo a ser corrigido, mesmo o turismo sendo uma atividade com potencial para geração de emprego e renda, e isso não é prioridade (NASCIMENTO, 2015, p. 364).

Agindo desta forma, o Estado fortalece cada vez mais o mercado e restringe os recursos para tudo o que é social, contribuindo assim, para um desenvolvimento desigual. E isso é algo visível, pois, observa-se pelas diferenças territoriais, um agravo em se tratando dos interesses externos ao valorizar uma dada porção do território para o turismo que se organiza

para economia estimulando cada vez mais ao consumo de produtos e serviços, deixando de lado os interesses da sociedade.

Para Cruz (2009), os agentes hegemônicos que conduzem o processo dinâmico do turismo, ainda são o Estado e o Mercado, os quais buscam o desenvolvimento do turismo sob outra perspectiva. O que o mercado não leva em consideração, é que o mesmo é materialização da vida. A coisificação do homem e a humanização das coisas fazem com que a sociedade seja cada vez mais descartável, servindo de massa de manobra para o mercado, que só visa o lucro e a reprodução capitalista. O espaço turístico é produzido de forma social e historicamente construído, dotado de intencionalidade por agentes que disputam, controlam e o regulamentam, ou simplesmente fazem dele o locus de sua manifestação cultural como forma de territorializá-lo.

Santos (1996, p. 106, apud CRUZ, 2009) afirmam que, não há produção do espaço que se possa compreender apartada de um entendimento de que o mundo é regido por uma Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e que esta não é apenas uma divisão social do trabalho, mas também e, fundamentalmente territorial do trabalho.

Isto acontece porque o espaço utilizado para o turismo obedece à lógica do capital marcada pelo consumo, exploração e apropriação. E o momento em que o espaço é tomado como campo de relações, lutas, cultura e poder, é que emerge a discussão do território e territorialidade no turismo (DIAS, 2010).

É sobre esse prisma que a reflexão sobre o uso do espaço para turismo de base comunitária emerge, uma vez que, esta atividade também contribui consideravelmente para uma transformação do espaço visando um desenvolvimento local. O turismo de base comunitária apesar de ser uma atividade econômica, não pode ficar subordinado à lógica do mercado, ou ser visto somente pelo viés econômico, bem como ficar desvinculadas das relações com o mundo. Pois, ele é capaz de promover alterações positivas no espaço, tais como, melhoria da qualidade de vida, infraestrutura básica, dentre outras, desde que as comunidades sejam protagonistas do processo de gestão e autogestoras.

Segundo Souza (1996), para se alcançar o desenvolvimento sócio-espacial, é necessário ter autonomia, justiça social e qualidade de vida. Pois, uma comunidade tem que ter autonomia para administrar seu território e lutar pelos seus anseios e desejos.

Trazendo essa discussão para um plano operacional, ou seja, partindo da premissa que se devem estabelecer parâmetros, regras e diretrizes, que visem atender o direito da coletividade, entendemos que deveria haver o mínimo de instrução possível para que se conduzissem as relações de poder entre os envolvidos no processo para não se sentirem lesados

em relação a outros. Pensar na gestão do turismo sob esta ótica é permitir a inclusão das populações locais, nas tomadas de decisões, ter maior autonomia sobre seu território, principalmente na formulação de políticas públicas voltadas para o turismo, vislumbrando no fomento de uma atividade sustentável.

Alguns rótulos são criados com a finalidade de ampliar o leque de discussões sobre a eficácia e consistência do desenvolvimento do turismo, como por exemplo, o Estado investe consideravelmente suas ações de políticas no chamado “turismo sustentável”, numa tentativa de associar harmonicamente a questão da geração de renda com a preservação da natureza.

O discurso legitimador das políticas públicas de turismo não difere, essencialmente, dos outros relativos a diferentes setores econômicos. Geração de renda, geração de divisas e de riqueza, geração de empregos, enfim, tudo o que um país em desenvolvimento pode almejar (CRUZ, 2005, p. 37).

Cruz (2005) ressalta ainda que o turismo, não é uma mola propulsora de desenvolvimento, ao contrário é uma atividade econômica carregada de perversidade, e menciona:

1. Somente faz turismo quem tem condições para isto; assim sendo, o turismo expressa didaticamente as diferenças sociais entre indivíduos e grupos de indivíduos;
2. Se o capital é essencialmente seletivo do ponto de vista espacial, o capital atrelado ao setor turismo o é de forma ainda mais evidente, já que é o espaço o seu principal objeto de consumo;
3. O turismo elege para o seu acontecer, porções de espaço cujas vantagens comparativas são maiores frente a outras possibilidades espaciais. Não por acaso, o turismo se apropria de praias e muitas vezes as privatiza; se apropria dos espaços nobres das cidades, impondo-lhes sua lógica de organização espacial; se apropria de áreas protegidas e não protegidas de natureza preservada e instala a exploração de mercado desses recursos naturais e assim por diante (CRUZ, 2005, p. 38).

Partido desse pressuposto, o turismo além de ser um grande consumidor do espaço, atrelado ao capital em prol do desenvolvimento, tem o poder de exclusão social, ao se tratar da participação das populações locais no processo de gestão, planejamento, monitoramento e execução da atividade.

Diante disso, Santos (2012a), ressalta que tais ações, não consideram as particularidades de cada região, bem como atua no território de forma pontual, desarticulando e enfraquecendo as forças locais.

Essa lógica perversa da adotada pela sociedade atual, movida pelo capital tem violado os direitos do cidadão, em se tratando do turismo como prática social interferindo no modo de vida de populações.

Por outro lado, existem os movimentos sociais que são contra a esta lógica mercadológica resistente, como as associações ou Organizações Não-Governamentais, os quais exercem o papel de gerir o turismo, principalmente em comunidades rurais, sob o prisma de desenvolver o turismo sob outra perspectiva, que considera princípios que possibilitem o desenvolvimento local, contemplando ainda a organização social, que repercute na reprodução da própria vida (CRUZ, 2009).

A relevância da atuação desses agentes hegemônicos no processo do turismo que caminha na contramão dos interesses do Mercado e buscam estratégias que os fortaleça em seu território, expressa-se pela necessidade de aprofundar e ampliar a reflexão acerca das mobilizações sócio-políticas existentes no contexto rural Amazônico, tendo em vista que neste às diversas modalidades de manifestações se interpõem e se correlacionam em uma rede complexa de organização, cujas alianças políticas estão presentes no plano local em articulação aos movimentos sociais de alcance globais.

É nesse sentido, que Santos (2012a, p. 147) ressalta que é de suma importância “dar voz” as populações tradicionais locais, ou seja, o direito à palavra, sobretudo considerar o conhecimento regional, revelador de sua própria essência enquanto cidadão, de um conhecimento que corresponde a sua própria existência enquanto ser no mundo.

Acredita-se que é importante pensar e planejar o turismo de acordo com a realidade de cada região, tornando-se imprescindível refletirmos sobre esses movimentos sociais que têm atuado como agentes hegemônicos dotados de autonomia, verificando a forma como eles inserem, que no caso deste estudo, trata-se do turismo de base comunitária, principalmente na Amazônia, se de fato estão caminhando na contramão dos interesses do mercado.

3.2.1 O Terceiro setor e o turismo

O terceiro setor é um espaço institucional constituído, por iniciativas privadas sem fins lucrativos que atuam na esfera pública, assumido as reponsabilidades sociais realizadas pelo Estado.

O termo terceiro setor surgiu na década de 1970 nos Estados Unidos, por pesquisadores americanos e se expandiu pela Europa no ano de 1980, com o intuito de contribuir de modo significativo em defesa dos direitos sociais. Assim como, expressaria uma alternativa para as desvantagens do mercado e do governo, com sua burocracia (COELHO, 2000, p. 58).

A discussão a cerca do papel do terceiro setor nos leva a refletir algumas necessidades da sociedade que em muitos casos, a gestão pública não consegue suprir.

No Brasil começou a ser formalmente reconhecido a partir de 1995, com o processo de reforma do Estado (Presidência da República), quando o Estado já não conseguia atender com eficiência as demandas a ele dirigidas, sobretudo na área social (MARE, 1998a).

Desta forma, este novo segmento da sociedade, ganhou força institucionalmente para colaborar de forma cada vez mais ativa na produção de bens públicos.

Apesar de o Terceiro Setor incorporar algumas características do Primeiro Setor (Estado) e do Segundo Setor (Mercado), seus objetivos são públicos cuja importância está na capacidade de gerar dividendos sociais.

Landim (1999) critica o uso do termo Terceiro Setor como um elemento que oculta dinâmicas da sociedade.

[...] evocando não o conflito, mas a colaboração e a positividade da interação, o termo terceiro setor tende a esvaziar as dinâmicas politizadas que marcam, pela força das circunstâncias, a tradição associativista das últimas décadas e talvez da história do Brasil” (LANDIM, 1999, p. 9).

Ainda sobre a questão de nomenclaturas relacionadas ao terceiro setor, é importante elencar as Organizações Não Governamentais (ONG), a qual repercutiu no cenário nacional.

Para Gardner e Lewis (1996) o termo ONG é muito utilizado nos países em desenvolvimento, para designar organizações que se dedicam a promover o desenvolvimento econômico e social, tipicamente no nível comunitário.

Já para Landim (1993), esse termo foi usado pela 1ª vez no ano de 1940, pelas Nações Unidas - ONU, nos documentos para estabelecer consultorias.

No Brasil, as ONGs surgiram enquanto movimento social ligada às organizações de cooperação internacional (COUTINHO 2005), formadas geralmente pelas Igrejas católicas e protestantes, organizações de solidariedade, ou governo de vários países, as quais direcionavam suas ações a organizações e movimentos sociais, visando à democratização do país.

Aparecem como alternativa eficaz de contribuir para a “auto-organização e emancipação da sociedade, ambos os movimentos necessários a um reordenamento das relações sociais frente à natureza” Ferreira (1996, p. 271 apud RABINOVICI, 2009).

As ONGs sob o contexto ambiental unem-se aos desafios locais e globais na defesa da biodiversidade e resgate cultural.

As organizações ambientalistas têm como esfera de atuação a defesa do ambiente, a melhoria da qualidade de vida e o incentivo à sustentabilidade e se diferenciam das outras organizações não governamentais, por tratarem de questões globais, difusas, cuja solução parte de todos os atores sociais, sejam eles locais, regionais, federais ou internacionais e por trabalharem com assuntos coletivos e não individuais (SVIRSKY; CAPOBIANCO, 1997; LE PRESTRE, 2000).

Nesse cenário, as ONGs aparecem como defensoras do meio ambiente, pautadas no discurso da sustentabilidade supostamente contrária aos interesses do mercado, o qual visa o lucro e logros políticos. Elas se apresentam a público geralmente associadas às boas causas e intensões e cheias de romantismo.

Na arena ambiental, curiosamente, autores como Diegues (2008), Dewar (2007) e Rabinovici (2009), entre outros, recomendam uma melhor reflexão sobre o debate atentando para os possíveis impactos que podem acarretar nas mãos de militares, nacionalistas, empresários e políticos interessados em desarticular poderes em ascensão.

Assim, as ONGs se colocaram em evidência, atraindo para si responsabilidades, se autoproclamando guardiãs da natureza, apostando na crença generalizada de que representam a sociedade na luta pela sua sobrevivência. A elas a sociedade dá carta branca, filia-se, doa dinheiro, trabalha e divulga seus projetos voluntariamente. Grande parte dos militantes, numa adesão superficial, dificilmente saberá avaliar a atuação das entidades com as quais está envolvido (RABINOVICI, 2009, p. 52).

Na opinião de Thompson (2000), o terceiro setor deve instituir relações com o setor público e o privado mesmo que as lógicas e metodologias de ações desses setores ocorram de maneiras diferentes, ele não pode ser substituto da função do Estado.

Diante disso, é preciso fazer uma reflexão sobre o verdadeiro papel das ONGs, uma vez que, este não é governo, nem mercado e sim uma esfera pública não estatal sem lucro e com objetivos distintos num universo complexo (ABONG, 2010).

O posicionamento das ONGs varia conforme o contexto histórico, as diferentes realidades, e as discussões, e por fim, de acordo com o perfil de cada uma.

3.2.2 A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e sua atuação no estado do Amazonas

A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) é uma organização brasileira não governamental, sem fins lucrativos, de utilidade pública estadual e federal, tendo como Superintendente Geral o Dr. Virgílio Viana e como Presidente do Conselho de Administração Luiz Fernando Furlan. Fundada em 20 de dezembro de 2007, pelo Banco Bradesco em parceria com o Governo do Estado do Amazonas. Posteriormente, passou a contar com o

apoio da Coca-Cola Brasil, do Fundo Amazônia/BNDES e da Samsung, além de outras parcerias em programas e projetos desenvolvidos (FAS, 2013).

É importante destacar que a missão da FAS é promover o envolvimento sustentável, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas, no sentido de emponderá-las e lhes auxiliar a serem autogestoras e protagonistas (FAS, 2013).

Suas principais iniciativas são implementadas por meio do Programa Bolsa Floresta (PBF), Programa de Educação e Saúde (PES), Programa de Soluções Inovadoras (PSI) e Programa de Gestão e Transparência.

A partir de então, começaram a desenvolver ações que pudessem contribuir, sobretudo, na melhoria da educação, saúde dessas populações. Além disso, no ano de 2012, implementaram o TBC em seis comunidades Tradicionais denominadas: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês, São Sebastião do Saracá, São Thomé, Santo Antônio do Lago do Tiririca e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba (*locus* da pesquisa), ambas pertencentes à Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro, localizada no Município de Iranduba, AM.

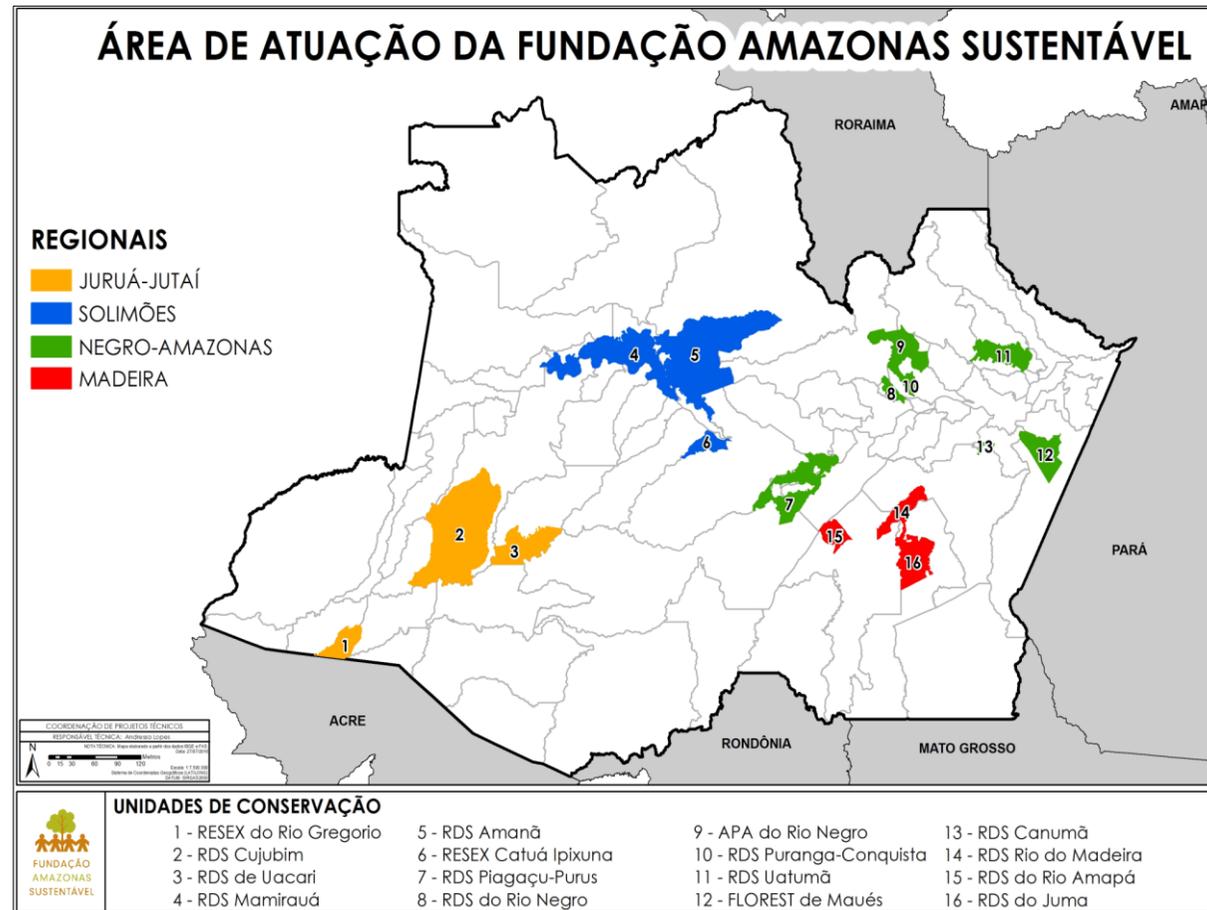
Sua área de atuação (Mapa 1) em regionais como, Juruá, Jutai, Solimões, Rio Negro, Rio Amazonas e Rio Madeira. Evolvendo 16 Unidades de Conservações totalizado 10,8 milhões de hectares, conforme o (Quadro 3):

Quadro 3- Unidades de Conservações as quais a FAS atua.

Unidade de Conservação	Área (ha)	Famílias	Comunidades
RESEX do Rio Gregório	308.859	192	27
RDS Cujubim	2.450.380	53	2
RDS de Uacari	632.949	332	30
RDS Mamirauá	1.124.000	2.312	177
RDS Amanã	2.350.000	868	64
RESEX Catuá Ipixuna	217.486	255	13
RDS Piagaçu-Purus	1.008.167	1.032	65
RDS do Rio Negro	103.086	559	19
APA do Rio Negro	611.008	135	8
RDS Puranga-Conquista	76.936	201	8
RDS Uatumã	424.430	393	20
FLOREST de Maués	438.440	800	21
RDS Canumã	22.355	322	16
RDS do Rio Madeira	283.117	1.027	56
RDS do Rio Amapá	216.109	436	10
RDS do Juma	589.611	494	38
Total	10.856.933	9.411	574

Fonte: FAS (2016).

Mapa 1- Área de Atuação da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) no estado do Amazonas.



Fonte: FAS (2016).

É importante destacar que a FAS busca apoiar as comunidades tradicionais da Amazônia nos projetos de desenvolvimento local, promovendo a participação social, de forma a contribuir para o alcance da sustentabilidade no aprimoramento de políticas públicas, que vise uma melhor qualidade de vida. Para tal, desenvolve metodologias participativas e tecnologias sociais, primando assim desenvolver valores como o respeito à diversidade cultural e ambiental, ética e a transparência.

Desde o início de sua criação, suas ações foram direcionadas para as populações ribeirinhas, considerada de certa forma, “esquecidas” pelo poder público, uma vez que os serviços básicos como saúde, educação, comunicação, dentre outros, são precários ou até mesmo inexistentes.

Nesse sentido, vale destacar que são 574 comunidades atendidas, 9.421 famílias beneficiadas, um total de 40.106 pessoas. Além de, possuir 9 núcleos de conservação e sustentabilidade com escolas instaladas em seu interior com 545 alunos.

Sem dúvidas, um dos maiores desafios que a FAS enfrenta é a respeito da logística, devido à distância entre a sede da Instituição localizada na cidade de Manaus e as comunidades inseridas no meio rural. A precariedade dos serviços prestados pelo poder público municipal e estadual no local, bem como, comunicação (sistema de telefonia e internet) limitam o contato com os gestores. É nesse contexto, que a FAS passa a desenvolver suas atividades, agindo como uma intermediária entre Instituições públicas e privadas e as comunidades, nesta última de forma pontual e assistencialista.

Assim, a FAS torna-se um elo entre as populações envolvidas nos projetos, bem como mediadora aos órgãos públicos para ter acesso a tais serviços.

E a partir da elaboração de um planejamento estratégico anualmente desenvolvem suas ações em 4 programas essenciais conforme iremos detalhar melhor para que possamos conhecer e compreendermos as ações da FAS.

a) Programa Bolsa Floresta

O Programa Bolsa Floresta é uma iniciativa inovadora que busca recompensar e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais do Amazonas, responsáveis pela manutenção dos serviços ambientais prestados pelas florestas tropicais (FAS, 2015)²².

²²Informações obtidas no site da Disponível em:<FAS: file:///C:/Users/User/Desktop/Destaques_-_Relato%CC%81rio-2016-V.9.5.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2015.

É sem dúvida um desafio diário, devido os vários interesses divergentes, assim, como os conflitos que são predominantes em todas as comunidades.

É uma política pública estadual instituída pelo Governo do Amazonas em 2007, por intermédio da Lei 3.135, sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e da Lei Complementar 53, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), ambas promulgadas em 5 de junho de 2007.

O Programa busca fortalecer a organização social comunitária por meio da participação em oficinas, capacitação em mudanças climáticas e serviços ambientais, não abertura de novas áreas de roçado em áreas nativas e a permanência ou ingresso dos filhos na escola (FAS, 2016).

Dentro desta perspectiva o PBF atua por meio de quatro subprogramas (componentes): Geração de Renda (PBF Renda), Apoio à Infraestrutura Social (PBF Social), Empoderamento Comunitário (PBF Associação), e o componente Familiar (PBF Familiar) que compõem o programa de pagamento por serviços ambientais.

No que se refere à Geração de Renda, está relacionado a produção sustentável como incremento a geração de renda dos ribeirinhos e ao mesmo tempo “fazer a floresta valer mais em pé do que derrubada”. Além, de contribuir em atividades econômicas já existentes e cocriar outras dentro da perspectiva da inovação e do desenvolvimento sustentável. O programa é realizado em parceria com o Banco Bradesco e o Fundo Amazônia.

O Apoio à Infraestrutura Social se direciona aos investimentos para potencializar e apoiar o desenvolvimento da educação, da saúde, da comunicação e do transporte nas comunidades ribeirinhas. Os projetos são implementados tanto de forma direta quanto por meio de diversas parcerias. Assim como nos demais componentes, todas as ações são formatadas a partir das demandas das comunidades, definidas em oficinas participativas, com patrocínio do Instituto TIM e EMS, e apoio do Banco Bradesco e Coca-Cola Brasil.

Para que de fato estes projetos se desenvolvam a FAS, disponibiliza cursos de capacitação aos comunitários, oficinas participativas e o uso de tecnologias inovadoras, com o apoio do poder Municipal local, do Estado e Instituições parceiras como a Universidade do Estado do Amazonas.

O projeto Empoderamento Comunitário busca fortalecer a organização das comunidades de Unidades de Conservação (UC), apoiando as associações e estimulando a formação de novas lideranças ribeirinhas. Associações que representam as comunidades de cada unidade de conservação, chamadas associações-mãe, lideradas por comunitários,

recebem apoio para infraestrutura (sedes, computadores, botes etc.), recursos operacionais (gasolina, alimentação etc.) e programas de capacitação para as diretorias.

São desenvolvidas atividades tais como, oficinas de formação, encontros de lideranças, apoio às assembleias e reuniões de diretoria, palestras e seminários, com o objetivo de possibilitar às lideranças o acesso a conhecimentos, meios, recursos e metodologias direcionadas ao aumento do empoderamento nas reivindicações dos direitos de cidadania e serviços públicos de qualidade.

De acordo com a FAS (2016), o componente Familiar foi implementado em cada Unidade de Conservação pelo pagamento por serviços ambientais, com a finalidade doar R\$ 600,00 por ano, divididos em R\$ 50,00 mensalmente no cartão das famílias. Para que essas famílias possam ter direito a este pagamento, elas assinam um Termo de Compromisso de não-desmatamento de matas primárias, participação em oficinas de gestão participativa, medidas para prevenir incêndios florestais e presença dos filhos na escola. O Programa promove também capacitações sobre mudanças climáticas e a importância do pagamento por Serviços Ambientais²³.

A fim de assegurar ganhos diretos, benefícios sociais em nível comunitário, apoio ao associativismo, atividades de produção e geração de renda sustentável às famílias engajadas dentro e no entorno de unidades de conservação (UC) estaduais, a FAS desenvolve esses projetos.

b) Programa de Educação e Saúde

Um dos projetos estratégicos da FAS na busca por investimento na área de educação e saúde. O Programa de Educação e Saúde (PES) visa à ampliação e a qualificação da oferta de serviços públicos de saúde e educação em comunidades ribeirinhas.

Para tal, foram desenvolvidos vários projetos de inovação, com o objetivo de subsidiar mudanças de políticas públicas relacionadas com saúde e educação em áreas negligenciadas de atendimento, especialmente a Amazônia.

Foram construídos oito Núcleos de Conservação e Sustentabilidade (NCS), situados nas UC aonde a FAS atua. Neles são implementadas atividades de educação, apoio à saúde, empreendedorismo ribeirinho, pesquisa, desenvolvimento e inovação. Os núcleos são frutos

²³ Informações obtidas no site da Disponível em:<FAS. file:///C:/Users/User/Desktop/Destaques_-_Relato%CC%81rio-2016-V.9.5.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2015.

da parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), prefeituras municipais, organizações não-governamentais e empresas privadas.

Possui atualmente, 545 alunos matriculados no ensino regular, nos níveis fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos.

As atividades desenvolvidas pela FAS são:

a) Repórteres da Floresta - este projeto foi criado em 2014, com o objetivo de levar o olhar dos jovens da floresta para o mundo e para as próprias comunidades ribeirinhas. Tem como o Bradesco e a Samsung. Para isso, os jovens recebem capacitação para retratar a realidade ribeirinha por diferentes meios de comunicação;

b) Intercâmbio de Saberes - tem como foco despertar nos jovens o engajamento com as causas ambientais e com o desenvolvimento sustentável;

c) Gerenciamento de Resíduos Sólidos – tem como objetivo evitar o descarte de resíduos diretamente nos rios e quintais, considerado como uma prática frequente nas comunidades. Assim como, promover o consumo consciente e a destinação adequada dos resíduos sólidos produzidos nas comunidades ribeirinhas. Este projeto tem como principais parceiros a Tetra Pak e Samsung;

d) Proposta pedagógica alfabetizando para o Desenvolvimento Sustentável na Floresta e Observatório de Educação nas Unidades de Conservação – é um método de ensino voltado para o processo de ensino-aprendizagem com atividades lúdico-educativas, realizadas dentro e fora da sala de aula. A ação é uma realização conjunta da FAS com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria técnica com o Instituto PROBEM, a Universidade Federal do Ceará (UFC) e conta com o apoio da Samsung.

c) Programa Soluções Inovadoras

O Programa de Soluções Inovadoras (PSI) fomenta, acompanha e avalia soluções transformadoras para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, mais precisamente no Estado do Amazonas.

Em 2015, foram implementados dois projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), financiados com recursos da VIDEOLAR/INNOVA, disponibilizados no âmbito do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA) para atuação nas cadeias produtivas do açaí e óleo vegetal da andiroba.

Para tal, foram efetuadas capacitações focadas no desenvolvimento de novas tecnologias e com dispositivos e equipamentos inovadores para o aumento da segurança dos

produtores e da qualidade da produção. Dentre elas, o uso de baladeiras (estilingues) utilizadas na seleção de cachos de açaí maduros, e prensa projetada para maximizar a capacidade de extração do óleo de andiroba.

Outra iniciativa é a Unidade de Beneficiamento de Produtos Florestais (UBPF), na comunidade Bauana, RDS de Uacari. O espaço compreende uma área de 90m², distribuída entre local de armazenagem de andiroba e açaí, e de beneficiamento da produção. A unidade conta com um poço artesiano para captação de água potável, freezers doados pelo Instituto Consulado da Mulher, um extrator de óleo, além de escritório e vestiário para funcionários, construídos com mão de obra comunitária (FAS, 2016).

Foi feita também uma Incubadora de negócios sustentáveis, para de consultorias especializadas e elaboração do plano de negócios. A incubadora acompanha a gestão financeira dos empreendimentos e estuda possíveis novos meios de acesso ao mercado, voltadas à melhoria da gestão de pequenos negócios em cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), a saber: RDS do Rio Negro, RDS Uacari, RDS do Juma, RDS do Rio Madeira e RDS do Rio Amapá.

Assim como, também foi feito um Laboratório de Gestão e Práticas de Negócios na RDS de Uacari. Conta com a participação de 27 empreendedores ribeirinhos, e tem como objetivo acompanhar os planos de negócios liderados pelos egressos do Curso Técnico em Produção Sustentável, ministrado em 2014 no Núcleo de Conservação e Sustentabilidade (NCS) Pe. João Derickx, em parceria com o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE-AM), Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), Associação de Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), Associação de Moradores da RDS de Uacari (AMARU), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Prefeitura Municipal de Carauari, Coca-Cola Brasil e Natura (FAS, 2016).

d) Programa de Gestão e Transparência

Este Programa visa dar suporte necessário para as áreas técnicas da instituição, buscando maior celeridade possível nas ações, respeitando as normas, procedimentos, legislações e demais obrigações.

Vale destacar também a “Virada Sustentável” realizada em Manaus, um evento realizado em parceria com a iniciativa Virada Sustentável em São Paulo e cocriado por diferentes organizações que fizeram parte do Conselho Criativo. A Virada Sustentável

Manaus ocorreu nos dias 25 e 26 de julho de 2015, reunindo mais de oito mil pessoas em diversos espaços públicos da cidade, com o apoio de mais de 500 voluntários. Foram mais de 150 iniciativas realizadas no sábado e domingo, incluindo oficinas de tiro com arco, mutirão de limpeza no igarapé do Mindu e concertos gratuitos ao público, como o da abertura no Teatro Amazonas, com a Amazonas Jazz Band. Como um dos resultados da ação, mais de três toneladas de material reciclável que seriam descartados de maneira incorreta foram recolhidos durante o evento. No Centro de Esporte e Lazer do Bairro Redenção, uma iniciativa propôs aos moradores da Zona Oeste de Manaus a troca de materiais recicláveis por alimentos como farinha, ovos, macarrão, óleo e leite. Cada item era pesado e o valor final, convertido em itens da cesta básica. Centenas de sacos de lixo também foram retirados do Parque do Mindu, em uma caminhada sustentável que contou com envolvimento de quase 200 voluntários. A ação teve apoio de militares do Exército Brasileiro, e buscou reunir crianças, jovens e adultos para recolher resíduos das trilhas e igarapés que compõem o corredor ecológico. O material compôs um monumento erguido na frente do parque, o “pescador de resíduos” (FAS, 2016).

Fotografia 1- Atividade Lúdica na Virada Sustentável (2015).



Fonte: Sousa (2015).

4 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

4.1 Área de Estudo

O estudo foi realizado em seis comunidades que foram integradas a uma Unidade de Conservação no estado do Amazonas, pertencente à região norte do Brasil. A pesquisa se deu nas comunidades da margem direita do rio Negro, em função de analisar o processo de gestão do Turismo de Base Comunitária implantado na RDS Rio Negro (AM) e sua relação com as comunidades locais, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), o Estado e uso do território.

A RDS - Rio Negro foi criada pela Lei Estadual nº 3.355 de 26 de dezembro de 2008 sob a gestão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC) e administrada pela Associação das Comunidades Sustentáveis do Rio Negro (ACS), cujo objetivo é tratar das questões sociais, econômicas, ambientais e políticas, assim como, fortalecer o poder de decisão e implementação de políticas públicas por meio do Conselho Deliberativo, Organizações Não-Governamentais e sociedade civil.

Possui uma área de 103. 086 hectares, constituída por Floresta Ombrófila, nascentes de corpos d'água; lagos, praias, igarapés, igapós, fauna e flora endêmica interflúvio Negro/Solimões (CEUC; ARPA, 2013) e formada por 19 comunidades, com aproximadamente 600 famílias (ISA, 2009), que têm como principais atividades a agricultura, o turismo e o manejo florestal madeireiro (SISUC, 2015). Além de fazer parte do corredor central da Amazônia e do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro.

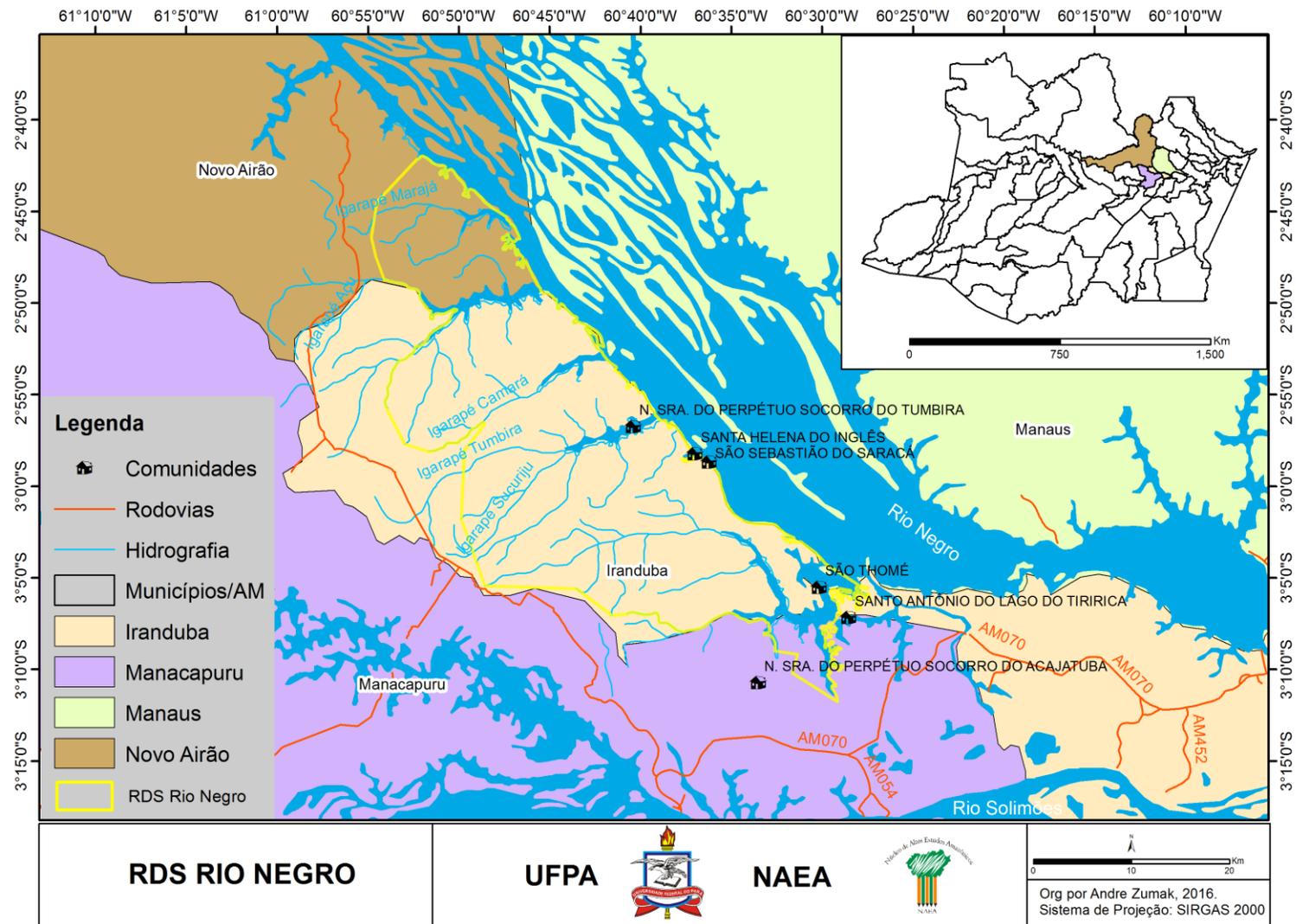
O acesso às localidades é realizado somente por via fluvial em barco comercial ou em uma lancha expressa, saindo do porto São Raimundo na cidade de Manaus. As comunidades selecionadas para a pesquisa de campo fazem parte do município de Iranduba localizado no sudoeste da capital amazonense, pertencente à região metropolitana de Manaus. De acordo com Sousa (2016), a população das comunidades está assim distribuída (Tabela 1):

Tabela 1- Denominação das comunidades pesquisadas com número de famílias e pessoas na sede.

COMUNIDADES	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE PESSOAS
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira	34	121
Santa Helena do Inglês	20	78
São Sebastião do Saracá	23	83
São Thomé	13	35
Santo Antônio do Tiririca do Lago do Acajatuba	7	17
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba	41	220
Total	138	554

Fonte: Sousa (2016).

Mapa 2 - Localização das comunidades tradicionais pesquisadas na RDS - Rio Negro margem direita, estado do Amazonas, Brasil.



Fonte: Organizado por Sousa (2016).

4.1.1 Amostragem da pesquisa

Tabela 2 - Comunidades pesquisadas e os atores sociais entrevistados²⁴.

COMUNIDADES PESQUISADAS	NÚMERO DE ATORES SOCIAIS
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira	13
Santa Helena do Inglês	10
São Sebastião do Saracá	13
São Thomé	13
Santo Antônio do Tiririca do Lago do Acajatuba	7
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba	15
Total	71

Fonte: Sousa (2016).

A amostragem acima foi investigada durante a pesquisa e optou-se em não mencionar os atores, salvo algumas exceções, como os presidentes de associações e algumas lideranças comunitárias, além dos jovens que participaram da oficina de TBC. Os informantes foram distribuídos dentre as comunidades, embora nem todos tenham sido citados no texto.

4.2 Os caminhos metodológicos percorridos

A metodologia configura-se de suma importância para o trabalho científico, por orientar o pesquisador na investigação da tese. Para Gil (2002) e Thiollent (2000) é o momento de avaliar as técnicas e métodos adotados para captar e analisar as informações.

Nesta tese foi necessário adotar um olhar interdisciplinar para analisar os fenômenos, por entender a importância de produzir saberes críticos, e que nem sempre a realidade está atrelada aos paradigmas disciplinares (ALVARENGA et al., 2011). Além, da abordagem do Campo Social, utilizado por Pierre Bourdieu (2010), necessário à compreensão da relação da gestão do Turismo de Base Comunitária (TBC) com os atores da pesquisa, a partir de, sua organização, interação e o sistema turístico. E o de *habitus* retomando o conceito segundo uma ótica original e o define como “[...] sistemas de disposições duráveis que integrando as experiências passadas se manifesta como a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade [...]” (BOURDIEU, 1983b, p. 65).

²⁴ Total de 71 famílias entrevistadas.

Seguindo essa corrente de pensamento, o *habitus* é a maneira de agir de cada indivíduo, ou seja, são as experiências vividas, as quais permitem que este possa atuar num determinado campo social.

Para o autor o *habitus* “é a ação social nas relações entre as estruturas incorporadas de ação. E as estruturas objetivas são as regras de ação, educação formal, gostos e relação de produção de cada espaço social” (BOURDIEU, 1994, p. 47). Assim, entendemos que o *habitus* produz estilos de vida determinado por cada indivíduo.

Há mais de um século, o turismo tem sido discutido por vários estudiosos, por estar alicerçado a geração de renda, impactos no meio ambiente e autogestão da atividade, originando assim, uma visão fragmentada. Concorda-se com Castillo Nechar (2011) ao afirmar que a investigação turística está encapsulada numa terminologia disciplinar das ciências por estudar o turismo somente como uma área temática.

Segundo os pesquisadores Figueiredo e Nóbrega (2015, p. 11), “o turismo desde sua gênese se configura nas dimensões inter, multi e trans disciplinares e se caracteriza como fenômeno social de múltiplos aspectos”. O campo científico do turismo foi concebido na relação dos aspectos econômicos e administrativos do turismo como atividade econômica.

Desta forma, concluem os autores supracitados que o debate é pertinente e ao mesmo tempo desafiador devido os dois campos se sobreporem e ao mesmo tempo se interconectarem e interferirem indubitavelmente na prática (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015, p. 12).

Nesse sentido, “é importante pensar no fortalecimento do turismo como ciência, mas, para isso, precisa de uma discussão filosófica e científica para elevar o status e a qualidade dos estudos turísticos ao patamar científico” (PANOSSO NETTO, 2011, p. 25).

Tribe (1997) defende a ideia de que o conhecimento em turismo não é produzido apenas na universidade, mas, sim, em qualquer lugar dentre as empresas de turismo. Com isso, o autor propõe um modelo dividido em Campo do Turismo 1, que é o campo dos aspectos comerciais do turismo e Campo do Turismo 2, que é produzido conhecimento pelos aspectos não-comerciais do turismo. Além de, incluir os possíveis impactos sociais e ambientais que a atividade possa gerar (TRIBE, 2004).

Para entender a dinâmica do TBC, utilizaram-se as teorias de Silvio Figueiredo, Mário Carlos Beni, Maria Goretti da Costa Tavares, Ivan Bursztyn, Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo, Maurício Delamaro, Carlos Maldonado, Hassan Zaoual, Alexandre Panosso Neto, Guilherme Lohmann, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Marta de Azevedo Irving, dentre outros.

Sobre a temática relacionada às questões de comunidades tradicionais no Brasil e na Amazônia, buscou-se apoio nas literaturas de Rosa Acevedo Marin, Edna Castro, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Paul E. Little, Henri Acselrad, dentre outros.

Em se tratando do turismo como consumidor do espaço e do lugar, alicerçou-se nos estudos de Rita de Cássia Ariza da Cruz, Milton Santos, Marcelo L. Souza, Yi-fu Tuan, dentre outros.

Assim, buscou-se centrar esta tese na dialética apontada como fundamental na identificação dos processos sociais envolvidos na conservação dos recursos naturais, culturais e do espaço para o desenvolvimento do TBC. Assim como, também se utilizou a teoria de Fuller (2008, p. 2) e Rocha et al. (2005, p. 4) para descrever a cultura ou o modo de vida dos moradores locais, pois, de acordo com seus estudos apontam a antropologia cultural para estudar as pessoas e as culturas por meio dos registros do passado.

Em todo caso, o pesquisador deve sempre estar apto às informações, em prol das descobertas em vez de apenas constatá-las. Ou seja, aprende com o grupo com que convive, além de, partilhar a sua realidade. No método etnográfico, o pesquisador interage com o informante, diferentemente de um questionar baseado em hipóteses, o diálogo etnográfico se constrói por meio da atuação do informante (RODRIGUES, 2008).

Desta forma, desenvolveram-se como categorias de análises imprescindíveis nesta pesquisa: Turismo de Base Comunitária, sustentabilidade, comunidades tradicionais, as experiências de TBC na Amazônia e espaços e lugar.

4.3 Procedimentos metodológicos

No primeiro momento, para darmos início à pesquisa, o projeto de tese foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFPA), obtendo registro CAAE: 52274215.3.0000.0018 e parecer favorável 1.455.021 (ANEXO A) e ao Comitê do Departamento de Mudanças Climáticas e Unidade de Conservação do Estado do Amazonas (DEMUC), e a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), por envolver informações fornecidas pelos moradores sobre suas histórias de vida e conhecimento sobre os recursos naturais e histórico-culturais locais.

Para atender aos objetivos da pesquisa, estruturar o trabalho e operacionalizar, foram estabelecidas quatro fases apresentadas a seguir:

Primeira fase foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de gabinete buscando elementos teóricos que explicitassem o problema a ser investigado, com bases em livros,

artigos científicos, teses, sites oficiais, análise de documentos, relatórios, atas de reuniões, manuais, planos e programas de turismo, revistas, relatos de experiência em projetos, recortes de jornais e dados históricos das comunidades por meio de visitas junto aos órgãos Públicos do Estado do Amazonas, denominados Empresa Estadual de Turismo do Estado do Amazonas (AMAZONASTUR), Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA) e uma Instituição sem fins lucrativos que é a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), no ano de 2014 e 2015.

Ainda para compor o *locus* da pesquisa, foi realizado um *survey* na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro margem direita, que nos permitiu conhecer melhor a área de estudo durante os meses de maio e junho de 2014.

Assim, iniciou-se o primeiro trabalho de campo nas comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês, São Sebastião do Saracá e São Thomé em maio de 2014, quando se fizeram os primeiros contatos com os moradores, as primeiras entrevistas e observações *in loco*, os quais foram de suma importância para compreensão da realidade do lugar.

Segundo Babbie (2003), *survey* é um “mecanismo de busca”, para auxiliar numa investigação sobre determinado tema e principalmente quando não se conhecem as áreas a serem pesquisadas.

O segundo *survey* foi realizado nas comunidades Santo Antônio do Lago do Tiririca e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba durante os meses de junho e julho de 2015.

Foi realizado também um pré-teste do roteiro de entrevistas junto às famílias na área de estudo, para testar as técnicas e instrumentos a serem utilizados na pesquisa de campo, identificando e corrigindo suas limitações e imperfeições para melhor atender aos objetivos da pesquisa.

Seguida foi feita a pesquisa exploratória na qual se buscou caracterizar a gestão do TBC e sua relação e interação com os moradores da RDS - Rio Negro na margem direita, afim de compreender seus anseios em relação ao turismo. Pois, esse tipo de pesquisa proporciona maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou com vistas a constituir hipóteses (GIL, 2011).

Também foi realizada uma pesquisa qualitativa, por fazer uma relação dinâmica entre o real e o sujeito, o que não pode ser traduzido em números, na qual o pesquisador é peça chave, podendo analisar os dados indutivamente, e por se trabalhar num universo de significados, crenças, valores e atitudes (BECKER, 2004). E ao mesmo tempo quantitativa, por traduzir em números opiniões e informações para posteriormente analisa-las.

A segunda fase consistiu-se na pesquisa de campo com início no mês de junho de 2015 e nos permitiu conhecer os atores sociais, as especificidades turísticas dos destinos investigados, conversas com líderes comunitários etc., para podermos então, iniciar as coletas de dados primários com o uso da técnica de entrevista não diretiva, que consiste em captar as identificações através da fala dos indivíduos, mediante a superação das censuras que nelas se manifestam (THIOLLENT, 1987, p. 89), assim, como a aplicação para os atores participantes de interesse do estudo.

No roteiro de entrevista continham as seguintes indagações: como se dá a relação do Turismo de Base Comunitária (TBC) com a comunidade? Como ela está inserida ou não no processo de gestão? O formulário também trouxe solicitação de informações sobre infraestrutura local, atividades desenvolvidas, serviços oferecidos aos turistas, sistema de transportes, dinâmica econômica e social das comunidades em prol do desenvolvimento do TBC, contribuição do poder público e das ONGs, existência de projetos e ou/ programas turísticos, assim como os impactos causados pela atividade turística, dentre outras.

As entrevistas aconteceram em dois momentos. Na realização do primeiro e segundo *survey*, quando foi estabelecido o seguinte critério: visitas às casas dos atores sociais (proprietários de pousadas particulares, gestores de restaurantes e pousadas comunitárias) e com os líderes comunitários. No segundo momento, foram aplicadas durante a estadia da pesquisadora na RDS juntos aos comunitários. Foram entrevistados os artesãos e artesãs, guias de turismo das comunidades e moradores. As entrevistas duravam em média 1 hora.

Cabe aqui mencionar que os meios de transporte utilizados para as idas às comunidades e casas dos moradores foram voadeiras 15 Hp e 25 Hp e barco de linha comercial.

A amostra foi composta pelos donos de pousadas particulares, gestores de pousadas e restaurantes comunitários, líderes comunitários, moradores das comunidades, guias de turismo, artesãos, no universo de moradores envolvidos com a atividade turística e/ou que tenham interesse em trabalhar, sendo selecionada de forma aleatória mediante critérios de expressividade e representatividade no interior da população foco do estudo (GIL, 2011; THIOLLENT, 1987).

A partir daí, no trabalho de campo, a pesquisadora vivenciou o dia-a-dia dos moradores das seis comunidades, participando do convívio familiar por morar na RDS por alguns meses durante o ano de 2015. Assim, utilizou-se da técnica da observação direta que não consiste apenas em ver e ouvir, mas, também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar (LAKATOS; MARCONI, 2006, p. 192).

Foi realizado também um registro fotográfico do local e utilizado um diário de campo que, conforme Barros (2000) é um instrumento útil na contextualização dos dados levantados e na reconstrução dos fatos observados.

A convivência e os diálogos com os moradores da RDS permitiram maior proximidade juntos aos atores sociais e contribuíram para o entendimento da realidade do local. Além de garantir acompanhar práticas sociais como as atividades turísticas, eleição para presidente da RDS, reuniões do Conselho Deliberativo, seminários sobre Visões do Rio Negro (que mobilizaram as 19 comunidades pertencentes à RDS), representantes de órgãos governamentais e não-governamentais.

Na terceira fase procedeu-se a análise dos dados obtidos durante as entrevistas e as observações efetuadas pela pesquisadora. Os dados obtidos foram analisados de duas formas, primeiro no Programa Excel, a fim de, representar graficamente a dinâmica relacional dos atores sociais e as diferentes formas de organização social e segundo em forma de narrativas orais como base as teorias de Santos (2008) no tocante às questões relacionadas ao lugar nas relações sociais, Barbosa (2011) como um processo agregativo por retratar o passado e o presente, e conseqüentemente, refletir nas relações humanas, seu valor na construção de saberes e troca de experiências e Cascudo (1978) nos seus estudos sobre literatura oral traça as características próprias do narrador.

O objetivo de se trabalhar com as narrativas é entender a importância que estas têm na vida dos narradores, assim, como destacar o valor memorável no ato de contar.

Na quarta fase foram desenvolvidas oficinas participativas sobre o TBC com grupos focais de moradores, onde foram construídos mapas mentais de cada comunidade investigada no período de 22 de julho de 2016 no centro comunitário da comunidade São Thomé. Foram 10 participantes, dentre eles homens e mulheres de diferentes faixas etárias e que fazem parte do Projeto “*Jovens Protagonistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro*”, gerido pelo Departamento de Mudanças Climáticas e Unidade de Conservação do Estado do Amazonas (DEMUC) e parceria com a Fundação Amazonas Sustentável (FAS).

Ressaltando que dentre os participantes da oficina, estavam presentes uma turista Colombiana e uma funcionária da Fundação Amazonas Sustentável (FAS).

Os grupos focais são definidos como uma técnica de pesquisa de coleta de dados por meio das interações grupais, cuja finalidade é discutir o que lhe foi proposto na dinâmica pelo pesquisador (MORGAN, 1997).

Nas oficinas participativas, propomos pensar as comunidades em estudo a partir da representação dos jovens moradores da RDS – Rio Negro através dos mapas mentais, por

acreditar que cada indivíduo possui uma visão diferente do lugar onde mora como bem elucidada a pesquisadora Higuchi et al. (2011), ao afirmar que os mapas mentais têm significados diferentes uns dos outros.

Os mapas mentais objetivam a compreensão do lugar por meio da relação existencial experimentada por cada ser humano (NOGUEIRA, 2001), quando nos diz que todos construímos verdadeiros mapas dos lugares a partir da nossa própria experiência com eles.

Para facilitar a compressão do estudo, os mapas mentais foram utilizados nesta tese para saber quais as percepções que os moradores têm do lugar que vivem, evidenciando o passado e as comparações com o presente e o que este lugar representa para eles.

Os instrumentos e materiais utilizados para apoio na oficina de TBC coordenadas pela pesquisadora foram:

- a) Máquina Fotográfica Digital para registros nas comunidades investigadas;
- b) GPS (*Garmin*) para se localizar e marcar os pontos nas trilhas;
- c) Gravador Panasonic para gravar os relatos orais dos grupos;
- d) Folhas de papel A4, cartolinas (brancas, amarelas, verdes, azuis e rosas), lápis de cor, giz de cera, lápis para desenhar, borracha, régua, hidrocor, apontador, canetas, pincel, compasso, dentre outros.

Os participantes foram os jovens e lideranças políticas da RDS, associações comunitárias, de artesanato, guias de turismo e outros.

Na oficina foi utilizada a Matriz SWOT (*Strengthsand Weaknesses; Opportunities and Threats*) para identificar e analisar os fatores internos e externos que influenciam na gestão do turismo (KOTLER, 1986), assim como, definir estratégias para manter os pontos fortes, reduzir a intensidade de pontos fracos, aproveitando as oportunidades e protegendo-se das ameaças, pois a oficina objetivava o debate sobre gestões de TBC nas comunidades (VANA; MONTEIRO; VOLOCH, 2006).

A construção da Matriz SWOT foi elaborada em várias etapas. Primeiramente foi explicado aos participantes o objetivo da pesquisa de tese e da oficina, em seguida foram distribuídas tarjetas de cores diferentes. Cada cor representava um elemento da matriz. Por exemplo, o verde referia-se as fortalezas, o amarelo as fraquezas, o rosa as ameaças e o azul as oportunidades. A estratégia de utilização de cores diferentes nos permitiu uma melhor visualização dos elementos pelos participantes da oficina.

Após a listagem de cada elemento das tarjetas, foi realizada uma roda de conversas para discutirmos a respeito das questões listadas pelos participantes. Assim cada participante pôde contribuir com suas diversidades de olhares sobre o TBC.

Para uma melhor compreensão a respeito do local investigado e auxílio na gestão das atividades turísticas, adotou-se como estratégia as propostas pelas diretrizes de Boo (2001):

Primeira Etapa: Analisar a situação atual do TBC;

Segunda Etapa: Verificar e analisar a relação e interação entre comunidade e o turismo e suas contribuições;

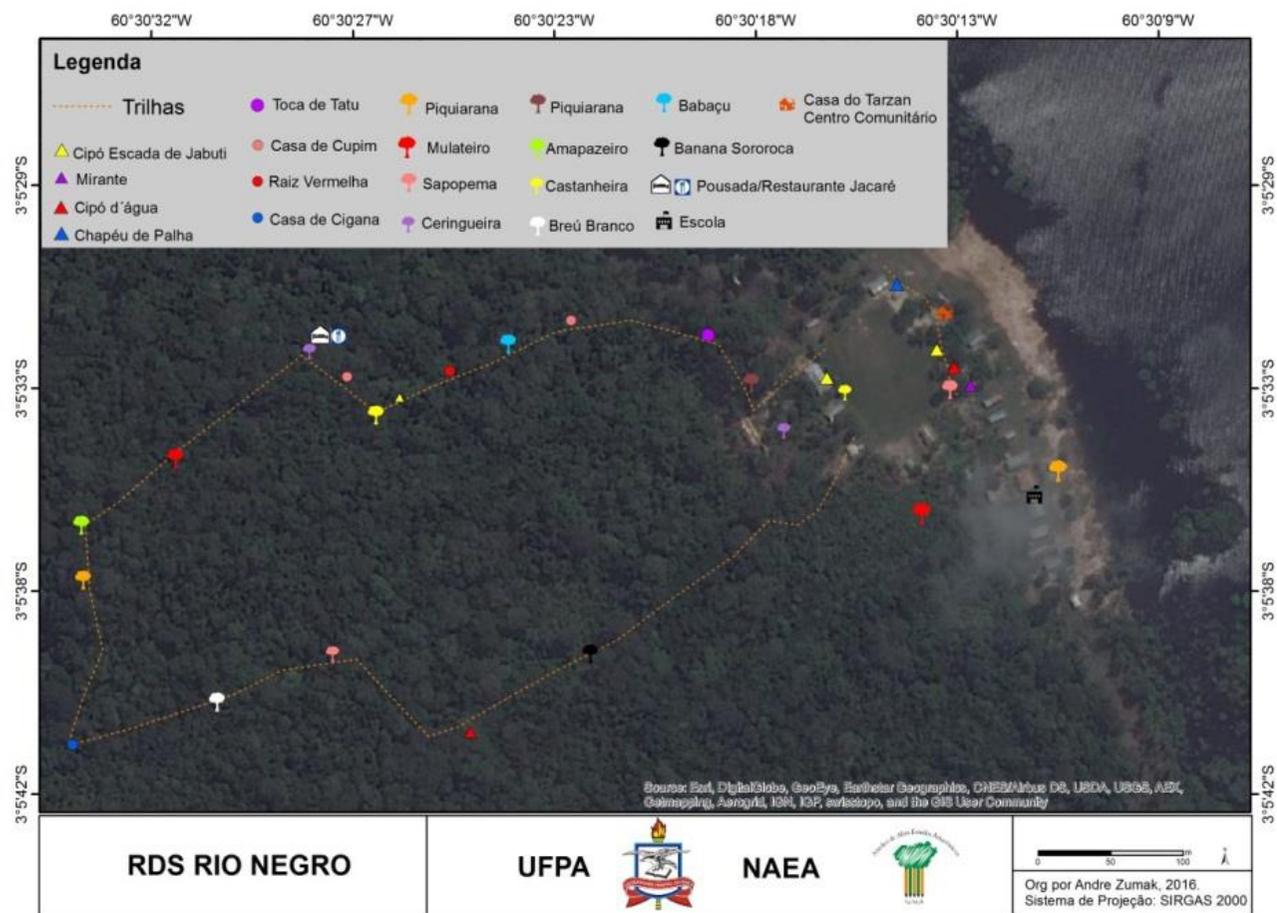
Terceira Etapa: Mapear os roteiros turísticos necessários para o planejamento e gestão do TBC.

Nos dias 23 e 24 de julho de 2016 a pesquisadora ministrou um curso de curta duração com direito a certificados para os participantes sobre Turismo de Base Comunitária e “Noções de Geoprocessamento – o Sistema de Posicionamento Global (GPS) como ferramenta útil para caminhada nas trilhas ecológicas”.

Neste curso, os participantes tiveram os primeiros contatos com GPS, onde, além de, serem apresentadas as teorias, foi efetuada uma caminhada na trilha da comunidade São Thomé para marcação dos pontos (atrativos turísticos, identificação de árvores e da paisagem, roteirização de novos atrativos) e assim aliar a teoria à prática.

Após essa ação, foi construído um croqui desta localidade, destacando as respectivas áreas: casa de artesanato, Igreja, escola, trilhas, rio, casas dos comunitários, caixa d'água, casa do seringueiro, chapéu de palha, centro comunitário, pousadas, restaurantes e espécies vegetais dentro das trilhas (Figura 2).

Figura 2- Croqui dos atrativos elaborado com base nas percepções dos comunitários da comunidade São Thomé, AM.



Fonte: Org. por Sousa (2016).

5 O CENÁRIO DO TBC EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DA MARGEM DIREITA DA RDS RIO NEGRO (AM)

5.1 Processos históricos e socioambientais na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira

Fundada em 05 de setembro de 1986, pelo movimento social da Igreja Católica e escola pelo Sr. Raimundo Mesquita dos Santos nomeado o primeiro presidente da comunidade e pela Sra. Maria Lúcia da Silva Garrido vice-presidente na época. Até meados de 1998, não existia infraestrutura básica nesta localidade.

Tumbira (Fotografia 2) como é popularmente conhecida, fica aproximadamente 2 horas da capital amazonense. Seu acesso é realizado somente por via fluvial em embarcação comercial como a lancha expresso Sharlotte VI e o barco Novo Zanys, saindo do porto São Raimundo em Manaus.

Sua população é de aproximadamente 34 famílias, totalizando 122 pessoas residentes na localidade, em sua maioria são adultos e adolescentes, apresentando o mínimo de crianças. Ressaltando que destas, 13 foram entrevistadas como atores da pesquisa, sendo 10 atuantes no turismo e 3 que não trabalham.

Fotografia 2- Vista da Comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira.



Fonte: Sousa (2015).

Quanto à organização espacial é bastante coesa, no sentido das casas em gerais serem próximas umas das outras e na sua grande maioria de madeira, favorecendo assim, a sociabilidade entre os moradores. É também organizada socialmente pela Associação Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira nome concebido em homenagem a Santa padroeira do local, com 48 associados.

É de denominação Católica (Fotografia 3 e 4) e no mês de junho, geralmente no 2º sábado se comemora a festa religiosa em homenagem à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira da comunidade com novenas e procissão, onde se reuni todas as comunidades da RDS, assim como, de outros locais. Durante os festejos são realizados bingos, leilões, brincadeiras, pescarias, vendas de comidas típicas, tais, como: bolo de milho, bolo de macaxeira, bolo podre, pé-de-moleque, pudim, galinha caipira, pato no tucupi, churrasco, peixe, sucos de frutas, mungunzá, mingau de banana, vatapá, dentre outros.

Fotografia 3- Igreja Católica.



Fonte: Sousa (2015).

Fotografia 4- Imagem da Santa Padroeira.



Fonte: Sousa (2015).

Destarte, os moradores sofreram influência da Igreja Católica que assume um papel importante não somente na vida espiritual, mas, principalmente nas lideranças sociopolítica das comunidades que vivem às margens dos rios, onde a religiosidade está imbricada ao poder como elenca Raposo (2014) e Bloch (1974) os grupos sociais são mobilizados pela religião em prol da luta pela reivindicação de seus direitos.

A vida associativa no Tumbira não foge a essas características, pois, sua organização enquanto povos tradicionais estão representados por meio de suas histórias de vida, seus hábitos, costumes, práticas culturais, econômicas, relação com a natureza e sua forma de

apropriação de seus recursos, trabalho comunitário, tudo isto, são reflexos de uma vida cotidiana do lugar.

As famílias que atualmente vivem às margens do Rio Negro são descendentes dos primeiros moradores. E se auto-afirmam como ribeirinhos tradicionais e caboclos (Fotografia 5).

Fotografia 5- Primeiros moradores do Tumbira.



Fonte: Sousa (2015).

Mas afinal o que significa comunidade tradicional? O renomado sociólogo Zygmunt Bauman (2003) e Maffesoli (1997), acreditam ser o lugar onde há socialização, de partilha onde as pessoas se reúnem para celebrar a vida e ao mesmo tempo dar sentido à ela com seus gestos. É também um lugar de escolhas em meio a um mundo como o da grande cidade, complementa (BRANDÃO et al., 2014).

Almeida (2004) emprega o termo “*populações tradicionais*”, para além do sentido demográfico, por se representar como coletividades reunidas diferentes modalidades de comunidades justificando que:

O processo de territorialização tem-se a construção de uma nova “fisionomia étnica”, através da autodefinição do recenseado, e de um redesenho da sociedade que lhes possam permitir uma compreensão mais precisa das modalidades de uso comum vigentes. Os movimentos sociais apresentam-se como um fator de existência coletiva que contesta nos procedimentos operativos de ação sem sujeito. É deste prisma que pretendo chamar a atenção para a relevância de se abrir uma discussão ampla sobre as “terras tradicionalmente ocupadas” e sobre os processos de territorialização que lhes são correspondentes no momento atual. (ALMEIDA, 2004, p. 28).

Reportando-se no que diz respeito ao reconhecimento dos territórios das comunidades tradicionais no Brasil, há inúmeras reflexões. No entanto, a Constituição Federal de 1998, garante e ampara este reconhecimento por meio do artigo 68 e legitima em 2007, através do Decreto nº 6.040 a Política Nacional dos Povos e Comunidade Tradicionais (PNPCT), com ênfase ao fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais respeitando e valorizando à sua identidade e formas de organização e instituições.

Mas, conforme Almeida (2004), a efetivação legal dos direitos básicos das comunidades tradicionais, ainda não se deu devido às inúmeras dificuldades referentes às tensões imbricadas ao seu reconhecimento jurídico-formal, sobretudo, porque há um rompimento com a invisibilidade social.

Com relação às atividades coletivas que envolvem os moradores, todos os dias nos finais de tarde os moradores se reúnem usando o seu tempo livre para desfrutar do lazer com os tradicionais jogos de dominó, futebol e os banhos de rios (Fotografia 6).

Fotografia 6- Comunitários se socializando em partidas de futebol.



Fonte: Sousa (2015).

Adorno (2002) acredita que o uso do tempo livre pelos indivíduos, possibilita a sua liberdade. Marcelino (1983) complementa que o lazer proporciona a busca pelo prazer.

Bahia (2012, p. 57) afirma que “o lazer como cultura vivenciada no tempo disponível da vida humana, pode criar situações e possibilidades de contestação, de mudança de atitudes, transformação dos olhares, que, expresso através de ações culturais, pode possibilitar um

redimensionamento no estilo de vida das pessoas, haja vista se interrelacionar com as demais dimensões sociais (política, trabalho, economia, educação, família, entre outras)”.

Fotografia 7- Crianças tomando banho de rio.



Fonte: Sousa (2015).

As comunidades amazônicas possuem uma forma particular na forma de organização social e utilização do espaço. Ao mesmo tempo, estabelecem uma relação de sinergia com a natureza (CHAVES, 2001, p. 77).

Isto, nos remota que o rio exerce uma forte influência, na vida do ribeirinho, principalmente nas crianças, uma vez que é corriqueiro o banho nos finais de tarde. Outro fator preponderante identificado na pesquisa de campo deste estudo foi que as casas são em sua maioria construídas de frente para o rio evidenciando assim, o poder simbólico.

Assim, reafirma o pensamento de Pierre Bourdieu (1989, p. 10) ao fazer menção de que:

[...] os símbolos representam a “integração social”, enquanto que os instrumentos de conhecimento e de comunicação tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui de forma importante para a reprodução de ordem social [...] (BOURDIEU, 1989, p. 10).

No entendimento do autor acima supracitado, os símbolos são associados ao indivíduo, sociedade e natureza, ou seja, exige uma ruptura entre o mundo social, considerando a teoria do *modus operandi* em relação à realidade empírica, além, de determinar os valores, as crenças e os costumes.

A estrutura física organizacional da comunidade é composta por 2 escolas sendo uma municipal denominada Santa Rita a qual oferece o ensino básico até o 6º ano.

Fotografia 8- Escola Municipal Santa Rita.



Fonte: Sousa (2015).

A Escola de Estadual e Ensino Fundamental Thomas Eugene Lovejoy (Fotografia 9), é um anexo do Núcleo de Conservação e disponibiliza até o 3º ano do Ensino Médio. Tem como missão educar e gerar conhecimento em prol da melhoria de vida dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia por meio de uma didática diferenciada das demais oferecidas em escolas no meio urbano. O conteúdo é transmitido por meio de mediação tecnológica IPTV, ou seja, vídeo conferências com professor ministrante e professor presencial para auxiliar os alunos nas discussões dos conteúdos. As atividades complementares são: conhecendo os saberes tradicionais na horta, brincadeiras lúdicas, danças e palestras dispoendo também de um laboratório de pesquisa e uma biblioteca. O papel da educação no meio rural é de fundamental importância por ser a escola um espaço de construção de diálogos entre os educadores, alunos e pais em prol de um objetivo comum em busca de projetos educacionais que possam beneficiar os residentes locais.

Silva (2010, p. 312) salienta que a educação exerce um papel precípua nas Unidades de Conservação e precisa ser pensada como instrumento/meio para construção de pessoas produtoras de histórias. Educar é um ato, de conscientização individual e social (FREIRE, 1983).

Fotografia 9- Escola Estadual Thomas E. Lovejoy.**Fotografia 10-** Laboratório de Pesquisa.

Fonte: Sousa (2015).

Fonte: Sousa (2015).

Na localidade existe um Núcleo de Conservação e Sustentabilidade cuja finalidade é abrigar professores e pesquisadores (Fotografia 11), assim como, promover a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais.

Fotografia 11- Núcleo Prof. Agnello Uchôa Bittencourt.

Fonte: Sousa (2015).

Em se tratando de saúde comunitária, a assistência na comunidade Nossa Sra. do P. Socorro do Tumbira, merece uma melhor atenção do governo. Pois, dispõe apenas de um posto de saúde (Fotografia 12) e não disponibiliza médicos para trabalhar, contanto apenas

com a ajuda de uma agente de saúde que faz o assistencialismo da comunidade. Em casos mais graves, os comunitários recorrem ao hospital de Iranduba.

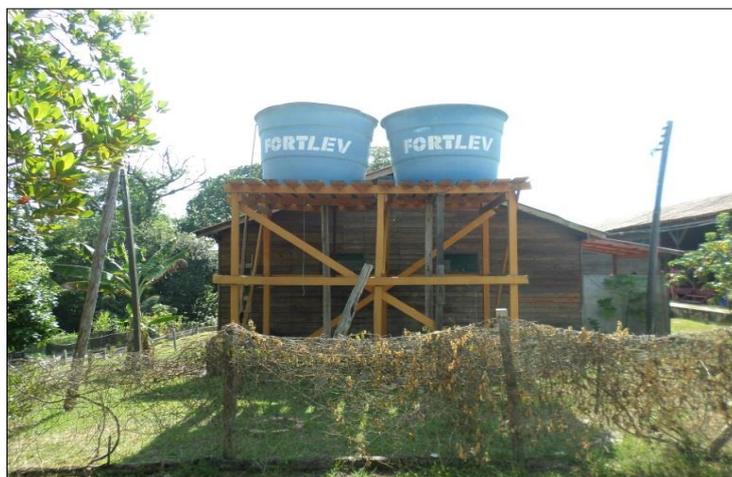
Fotografia 12- Posto de saúde comunitário.



Fonte: Sousa (2015).

A infraestrutura local ainda é mínima, oferecendo o básico aos moradores e visitantes. É caracterizada pelo uso de energia solar (capta luz por meio de placas solares), energia oriunda do Programa *Luz Para Todos* fornecida pela empresa Amazonas Energia, telefone com antena rural, internet (somente na escola Estadual Thomas E. Lovejoy e no núcleo) celular operacionalizado pela Empresa Vivo, água encanada, poço artesiano, caixas d'águas (Fotografia 13) e uma pousada (Fotografia 14).

Fotografia 13- Reservatórios de água.



Fonte: Sousa (2015).

Fotografia 14- Pousada do Garrido.

Fonte: Sousa (2015).

Fotografia 15- Turistas se socializando.

Fonte: Sousa (2015)

Nessa perspectiva, Sousa (2011) afirma que, uma região que tem no turismo uma de suas maiores vocações, ela deveria priorizar seus esforços e recursos para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da infraestrutura básica.

À semelhança da grande maioria dos municípios no Amazonas, esta comunidade não foge da realidade em termos de infraestrutura básica, embora os comunitários juntamente com a atual líder comunitária estejam empenhados na busca por investimentos nos setores de saúde, educação, turismo, dentre outros.

De modo em geral a comunidade encontra-se bem organizada socialmente com associações, lideranças, time de futebol, participação no Conselho Deliberativo da RDS, festa religiosa, sindicatos, dentre outros. Assim, Mauss (2003) entende que o fator social está imbricado em todas as dimensões da vida seja ela social, religiosa, cultural e econômica.

Tumbira dispõe ainda de um Centro Comunitário, a casa de artesanato e Museu José Garrido, nome dado em homenagem por ser um dos primeiros moradores da localidade e residente até hoje (Fotografia 16).

O centro comunitário é o espaço de interação social, onde são realizadas as reuniões comunitárias, eventos comemorativos (Dia das Mães, Pais, aniversários) e outros.

Neste sentido, o espaço social é entendido como uma arena de negociações, disputas e formulação e aplicação de políticas públicas (BAHIA; FIGUEIREDO, 2014).

Fotografia 16- Representação fotográfica da socialização comunitária em evento.



Fonte: Org. por Sousa (2015).

As atividades econômicas e fontes de renda na comunidade são: a pesca, agricultura familiar, comércio, carpintaria, benefícios do governo (Bolsa Floresta, aposentadoria, artesanato) e o turismo como fonte de renda complementar.

O artesanato é considerado um dos produtos importantes para o turismo, por representar a cultura e os saberes tradicionais dos moradores locais. A cultura ribeirinha se manifesta por meio das práticas vivenciadas no cotidiano, estabelecendo uma relação com a natureza como elementos vivos (Fotografia 17).



A busca por um produto característico da comunidade aliando à cultura levou-os a buscar novas técnicas e aperfeiçoamentos de seus produtos denominados eco sustentável, por transformar a natureza em produtos, preocupando-se com o seu ciclo de vida.

Os artesãos desenvolvem um trabalho em marchetaria (madeiras manejadas), produtos de decoração, cestarias, colares, pulseiras e brincos em sementes de açaí, morototó, casca, jarina, tucum, tucumã, lágrimas de Santa Luzia, urucu (corante natural) utucum, dentre outros.

Neste cenário, Silva (2011) em seus estudos sobre o artesanato como proposto de design sustentável no Estado do Amazonas, afirma que na Amazônia se vem trabalhando para apresentar alternativas inovadoras e sustentáveis, que primam pela valorização da cultura local e pela exploração racional dos recursos renováveis.

Assim, a Associação de artesanato Raízes da terra tem procurado desenvolver um produto que apresente elementos característicos de sua cultura, criando e ressignificando objetos através de práticas socioambientais.

Oliveira, 1995, p. 116 (apud FIGUEIREDO et al., 2015) em seus estudos sobre cultura nos coloca que os indivíduos desempenham o papel de guardiões de um estoque simbólico e se esforçam por manter seu principal elemento de identificação étnica.

Nessa lógica, o artesanato como o produto turístico tem uma importância significativa no processo de mercantilização, levando-se em conta os saberes tradicionais dos artesãos e agregação de valores em produtos da floresta para confecção das peças.

Diante deste contexto, ao tomar-se o TBC como objeto de estudo enquanto atividade humana e social constituindo não só como preocupação de políticas públicas, mas também, como objeto de reflexão e análise de diversos campos do conhecimento (TAVARES, 2009), concerne aqui mencionar os sujeitos desta pesquisa e suas percepções em relação à contribuição deste para o desenvolvimento sócio-espacial das comunidades tradicionais da RDS-Rio Negro.

Dentre os entrevistados, a faixa etária média predominante dos representantes das famílias é de 25 a 80 anos de idade. Destes, 23,08% são do gênero masculino e 76,92% feminino (Tabela 3). Nas entrevistas foi verificado que o gênero feminino era maioria, isto se deu devido ocorrerem em dias da semana e por ocasião os homens estavam trabalhando. Outro motivo é porque as mulheres estão mais envolvidas nas lideranças da comunidade.

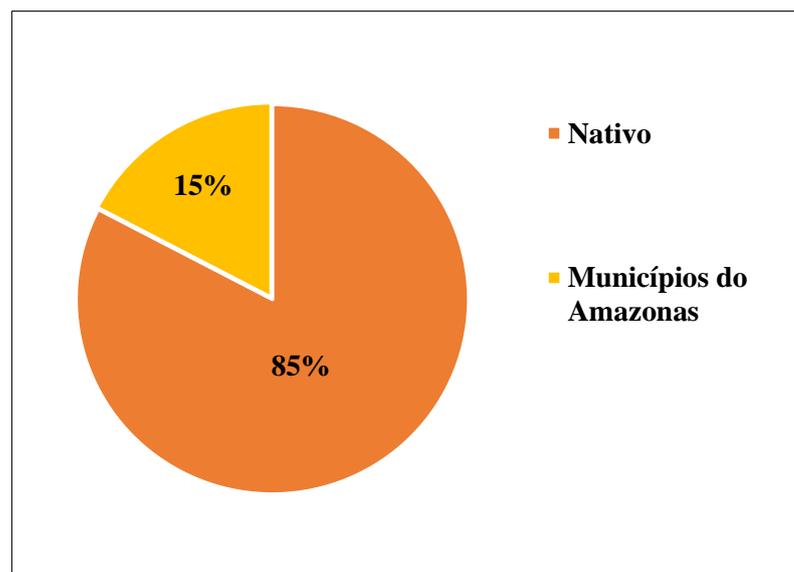
Tabela 3- Gênero dos entrevistados da comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira

GÊNERO	QUANTIDADE	%
Masculino	3	23,08%
Feminino	10	76,92%

Fonte: Sousa (2016).

Em relação à procedência dos entrevistados 85% são nativos da própria comunidade e 15% são dos demais municípios do Amazonas (Manaus-AM e Iranduba-AM) como pode ser observado no (Gráfico 1).

Gráfico 1- Procedência dos entrevistados da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira.



Fonte: Sousa (2016).

Conforme se observa no (Gráfico1), a maioria das famílias nasceu na localidade. Isto nos permite a associar a questão do sítio simbólico de pertencimento elencado na teoria de Zaoual (2006), que consiste em uma mudança de paradigma, visando à valorização do homem, sua cultura, laços familiares, seus costumes, crenças, festas, mitos, salvaguardam sua singularidade e o amor pelo lugar.

Desta forma, levamos em consideração os estudos de Demo (1985), especialmente importante na descoberta de desenvolver novas economias locais de forma mais humanitária,

constituindo um conjunto de regras provenientes da escala global para a local, sem pensar apenas aos interesses econômicos.

Seguindo essa corrente de pensamento, o TBC considerado um fenômeno social é uma das alternativas para as economias criativas locais, que vai além dos interesses econômicos, uma vez que, proporciona a fixação da comunidade residente em seu local de origem, mesmo com o mínimo de desenvolvimento, o que importa para os nativos é a tranquilidade, sociabilidade, assim, como, a troca de experiência tanto pelos visitantes, quanto pelos visitado.

Assim, o TBC vai além de, uma visitação em áreas naturais e diferencia do turismo de massa por estabelecer outras rela oes se fortalecendo num tripé que   a conserva o da biodiversidade, a prática da educa o ambiental e principalmente o envolvimento das comunidades tradicionais. E ele também pode promover benefícios para comunidade e ver o turista como um agente de transforma o a partir da rela o deste com os moradores e o contato com a natureza por meio do processo de sensibiliza o em conservar os valores e costumes locais (IRVING, et al., 2005).

Com base nas narrativas orais dos entrevistados sob suas percep oes a respeito da rela o com o TBC, faz-se uma breve descri o de como a atividade   planejada e organizada nas comunidades e o que mudou com a cria o da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro.

5.1.1 Entre rio, floresta e paisagem, do passado ao presente: as vozes tecidas do cotidiano Ribeirinho nas narrativas orais

A Amazônia   notada por sua extensão, pujança e homogeneidade dos seus quadros naturais, onde a planície, a floresta e o rio, compõem num amplo e grande delineamento, os traços mais salientes e expressivos da sua fisionomia como paisagem (MOREIRA, 1989, p. 569).

A ocupa o humana em Unidades de Conserva o do Amazonas   resultante do processo histórico característico da região amazônica, onde os modos de vida se configuram em diversidades de culturas.

Nesse sentido, Rapozo (2014, p. 280) em seus estudos sobre as comunidades ribeirinhas, afirma que a forma o histórica dos grupos sociais rurais da região   fruto do encontro de culturas, seja de popula oes locais, ameríndias, seja do colonialismo europeu num dado momento, seja da recente presença nordestina do período econ mico da borracha.

Entender a complexidade da territorialidade na Amazônia, nos leva a fazer uma reflexão sobre os processos históricos e geográficos, que no século passado constituíram em um cenário de lutas, riquezas, apogeu e desigualdades.

Nesta compreensão, as marcas desses processos são percebidas na afirmação da socióloga Freitas (2009, p.15) [...] por meio de diversos estudos na região amazônica, ao dizer que o capitalismo deixou uma dívida incalculável ao patrimônio físico e sociocultural de seus povos e territórios, pois, as formas de adaptação humana foram substituídas, em sucessivos “ciclos econômicos”, por políticas públicas nacionais inadequadas, precárias e fracassadas devido aos modelos desprovidos de desconhecimento sobre as realidades regionais.

Nessa lógica de raciocínio, Santos (2006) afirma que o antigo e o atual modelo deixaram rugas não somente na dinâmica territorial, mas, inclusive na geração de desigualdade regionais.

A Amazônia viveu grandes tensões conflituosas durante o “ciclo da borracha”, principalmente com a chegada dos nordestinos castigados pela seca e europeus que trouxeram novas culturas, costumes, que se fundiu com os modos de vida da população local. Estima-se que aproximadamente 500.000 nordestinos saíram de suas terras onde estavam vivendo um momento bastante delicado devido à seca, para tentar a vida nos seringais da Amazônia (DEAN, 1989).

Contudo, os traços mais marcantes é a diversidade cultural de povos e da, organização societária de seus primeiros habitantes (FREITAS, 2009).

Por sua vez, na Amazônia já era habitada pelos povos indígenas e caboclos ribeirinhos conhecidos como “tradicionais”, que Diegues (2001, p. 30) define como povos do saber, pois, o conhecimento tradicional está imbricado no mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade que habita no meio rural e estes saberes são transmitidos oralmente de geração em geração.

Destarte, para entendermos o processo de ocupação, mudanças e organização social, espacial e político na RDS-Rio Negro, tivemos que recorrer primeiramente ao contexto histórico da região amazônica.

É necessário considerar aqui, que a organização social e o modo de vida das comunidades pesquisadas antes da criação da reserva eram totalmente diferentes do contexto atual, principalmente após o declínio da borracha no século XX.

Antes da criação da reserva as comunidades viviam praticamente da exploração madeireira e da pesca como pode ser percebido pelas narrativas orais dos entrevistados.

A atividade turística, só veio a ser explorada a partir do ano de 2012 com incentivo da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), por meio dos componentes geração de renda e social, partes do Programa Bolsa Floresta (PBF).

[...] Antes da criação da reserva nós, tirava madeira e as pessoas olhavam a gente como um grande desmatador da floresta, mas, na verdade a gente só sobrevivia, né, então todo dia eu ia pro mato com destino de derrubar árvore. Eu fiz isso durante 30 anos da minha vida. E quando veio a notícia que ia ser criada a reserva e que a gente não ia mais poder tirar madeira, bateu um desespero, porque era de lá que vinha o sustento da minha família né. Daí veio a FAS (Fundação Amazonas Sustentável) e nos orientou sobre a sustentabilidade na floresta. Sustentabilidade foi essa palavra sustentável que entrou na minha cabeça que antes eu não sabia. Pra mim, sustentabilidade era sei lá, no meu tempo tirar madeira, eu tava sendo sustentável pra mim. Mas, aí veio a Fundação e explicou que não. A FAS fez com que as coisas acontecesse de forma sustentável mesmo. Trouxe vários projetos de saúde, educação, cursos, e trouxe o conhecimento pra dentro da comunidade e por questão de mudança de serviço porque vinha acontecendo muitas coisas em questões de preservações, eu resolvi trocar a madeira e viver na comunidade e ao mesmo tempo, mas, trabalhando com outros serviço que é no caso o turismo e aproveitar a floresta de outra forma e trabalhar no turismo de Base Comunitária pra mim foi assim, uma oportunidade que mudou a minha vida, não só a minha como de toda minha família. A gente tem uma pousada que é a pousada do Garrido, esse nome é em homenagem ao meu sogro seu José Garrido, ele que teve esse sonho de construir essa pousada para receber as pessoas de fora, no caso vocês, os turistas né. Dizer que o turismo hoje não é a renda principal da minha família, mas, meu sonho é que seja um dia a renda e que a gente todos, nós trabalhe em turismo né. No meio da minha família tem funcionários, tem outras atividades que vem complementando a renda da família né. [...] (ENTREVISTADO 1, informação verbal).

[...] Olha moça, posso lhe dizer que antes da criação da reserva aqui no Tumbira todo mundo trabalhava tirando madeira. O meu pai era um que ia pro mato todo dia tirar madeira pra vender pra construir os barcos e também as casas daqui da comunidade. Outra atividade era a pesca, agricultura, mas, o que dava dinheiro mesmo era a madeira, era de lá que vinha o nosso sustento e também de todos daqui. A pesca e a agricultura familiar né a roça, macaxeira, mandioca, até hoje ainda tem, a gente sai pra pescar, mas, não é como antigamente que tinha muito peixe, né, mas, era muita fartura, agora não, tem mais, não como antes, né. A gente também planta, mas, é só pra família mesmo, não é pra vender. Hoje, não pode mais tirar madeira pra vender, só se for pra construir casa aqui mesmo na comunidade, ou pra fazer alguma coisa pra comunidade como escola, centro comunitário, casa de artesanato, essas coisas assim, (risos). Bom o turismo pra mim é ter turista visitando a comunidade, quando eles vem aqui eles ficam encantados de ver o rio a floresta, visitam as nossas casas. Eles gostam de ouvir nossa história, como a gente chegou aqui, como é o nosso dia-dia, essas coisas assim. Até agora não mudou quase nada na comunidade com o turismo. O desemprego aqui é muito grande, não tem emprego pros jovens, muito deles vão embora pra Manaus tentar a vida né. Porque aqui não tem trabalho e nem todo tempo chega turista aqui. Se chegasse sempre turista aqui era bom, acho que ia melhorar aí sim ia desenvolver a comunidade e gerar emprego [...] (ENTREVISTADO 2, informação verbal).

[...] Logo no começo foi muito difícil aceitar essas mudanças, ninguém queria aqui, porque a madeira era a única atividade econômica de onde vinha o sustento das famílias aqui, bem dizer, porque a pesca e agricultura é só pra nós mesmo, não é pra vender. E a madeira não, a gente podia vender. Como eu vejo o turismo na minha comunidade? Eu penso assim, que deveria ter mais visitaçao de turistas aqui, para que possa ter mais evoluçao nas vendas do artesanato e envolver toda comunidade né [...] (ENTREVISTADO 3, informação verbal).

[...] Aqui na comunidade e em toda reserva, o único trabalho era tirar madeira né. Não tinha outra alternativa né, para trabalhar. Todas as famílias vivia da madeira, né era de lá que vinha o nosso sustento. As condições aqui sempre foram precárias, o desemprego até hoje aqui é muito grande. Os jovens daqui muitas vezes são obrigados a deixar a comunidade pra ir pra Manaus trabalhar pra ganhar seu dinheirinho né, pra depois fazer uma faculdade. Este é o sonho de muitos jovens daqui. Hoje, com o apoio da fundação (FAS) nós daqui da comunidade já podemos ver que mudou, não muita coisa mas, mudou. Eles construíram o núcleo, a escola do núcleo funciona até o 3º ano. A respeito do turismo, o que eu posso te dizer é que a comunidade ainda não tá envolvida, somente poucas famílias participam. Não vejo, que houve desenvolvimento aqui na comunidade não, porque, nem todos tem a oportunidade de trabalhar no turismo e com isso não gera renda na comunidade, só pra aqueles que de fato trabalham no turismo. O Roberto, da pousada do Garrido quando chega turista lá na pousada ele sempre convida a gente pra trabalhar na pousada dele, mas, não é todo dia que tem turista na comunidade. Quando não tem a gente fica desempregada aí é bem difícil, porque o que a gente ganha na pousada é pouco mas, já ajuda né. Eu vejo, assim, eu queria que o tivesse turista visitando sempre a gente aqui, pra que a gente daqui da comunidade pudesse ganhar um dinheirinho né, pra mim de o turismo só vai contribuir para o desenvolvimento de verdade quando todos se envolverem e tiver também uma infraestrutura melhor [...] (ENTREVISTADO 4, informação verbal).

Podemos perceber nas falas dos comunitários que antes mesmo da criação da reserva, já haviam vários conflitos devido à exploração madeireira na comunidade, assim como, resistências por parte dos comunitários em aceitar a criação da RDS, pois, era de lá que vinha o sustento de suas famílias. Mas, quando a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) levou a proposta de uma nova alternativa de geração de emprego, renda e sustentabilidade para toda comunidade, com a implantação do TBC, a liderança juntamente com um grupo de artesãos e outros comunitários viram de forma positiva e aceitaram, por acreditar que ia contribuir de fato para o desenvolvimento, com melhorias de infraestrutura, saúde, educação, projetos, dentre outras que poderiam beneficiar a localidade e ao mesmo tempo mantê-la em seu local de origem e utilizar de forma sustentável os seus recursos naturais.

Nas vozes tecidas dos moradores os problemas relacionados ao desemprego e infraestrutura são visíveis, sobretudo apresentam uma visão particular desde a fundação da comunidade, processo de criação da RDS e atual situação, estabelecendo uma ligação com a educação, saúde, desenvolvimento e turismo.

Por outro lado, não foi identificada durante as entrevistas, nenhuma rejeição no que diz respeito à presença da FAS, pelo contrário todos foram unânimes em dizer que com a chegada da fundação na localidade, houve melhoras na infraestrutura, educação, saúde e geração de emprego e renda, para os que de fato estão envolvidos na atividade turística os quais trabalham com artesanato e pousadas fazendo o receptivo dos turistas. Outros projetos de suma importância são os dos Jovens Protagonistas da Floresta desenvolvido pelo DEMUC em parceria com a FAS e Repórter na Floresta, somente pela fundação.

Cabe aqui mencionar que a criação da RDS Rio Negro foi uma conquista não somente para comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira, mas, para todas as 19 que fazem parte e estavam passando por tensos conflitos devido a exploração de madeira, assim, como o uso insustentável dos recursos naturais.

Contudo, o TBC gerido pela FAS, por meio do componente geração de renda e social é uma alternativa para incrementar a renda dos ribeirinhos e ao mesmo tempo preservar a floresta na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Para isso, foram-se ministrados cursos de capacitação tais como: cursos de culinária, trilhas ecológicas, aperfeiçoamento do artesanato, contabilidade orçamentária, manipulação dos alimentos, palestras, dentre outros.

A exemplo disso, pode-se explicitar o curso de implementação e monitoramento de trilhas ecológicas ministrado na comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira nos dias 6 a 8 de agosto de 2015, onde contou com a participação dos jovens que trabalham no projeto de TBC (Fotografia 18).

As trilhas constituem um elemento fundamental nos roteiros de TBC por servir de via de condução a ambientes naturais para contemplação da natureza, práticas de esportes radicais, recreação, além de, serem utilizadas como via de acesso e comunicação entre grupos em áreas rurais (COSTA et al., 2008, GUALTIERI-PINTO et al., 2008). Elas podem ser classificadas como interpretativas ou cênicas, de acordo com Lima (1998 apud IKEMOTO et al., 2009).

Para as atividades de turismo, as trilhas ecológicas são pertinentes, no sentido que se apresentam como uma possibilidade de mostrar o conhecimento científico e o empírico, por meio do contato com a natureza. Além de proporcionar ao turista uma experiência única, despertando o interesse em valorizar e preservar a natureza.

Fotografia 18- Representação fotográfica da construção das trilhas ecológicas da comunidade.



Legenda

(A) Placa de identificação do sistema de trilhas integradas; (B) Trabalho em grupo; (C) Placa de identificação da trilha do Piquiá; (D) Comunitários participantes do curso de trilhas.

Fonte: Sousa (2015).

Dentro das trilhas da comunidade podem ser observada diversidade de animais, espécies florestais (madeireiras e medicinais) tais como: (Quadro 4 e 5), além de um igarapé.

Quadro 4- Espécies madeireiras encontradas na comunidade Tumbira.

Espécies Madeireiras	Nome Científico
Itaúba	<i>Mezilaurus itauba</i> (MEISSN) TAUB.
Cumaru	<i>Dipteryx odorata</i> (aubl.) Willd.
Sucupira preta	<i>Bowdichia virgilioides</i> .
Sucupira amarela	<i>Bowdichia nitida</i> Spruce ex Benth.
Sucupira vermelha	<i>Andira parviflora</i> Ducke Fabaceae.
Cupiúba	<i>Goupia glabra</i> Aubl.
Angelim	<i>Himenolobium nitidum</i> .
Angelim rajado	<i>Andira</i> spp.
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i> L.
Sapucaia	<i>Lecythis pisonis</i> .
Maçaranduba	<i>Manilkara huberi</i> (DUCKE) A.CHEV.

Fonte: Sousa (2015).

Quadro 5- Espécies medicinais encontradas na comunidade Tumbira.

Espécies Mediciniais	Nome Científico
Amapá	<i>Parahancornia fasciculata</i> (Poir.) Benoist.
Carapanaúba	<i>Aspidosperma nitidum</i> Benth.
Preciosa	<i>Aniba canelilla</i> (Kunth) Mez.
Boldo	<i>Peumus boldus</i> Molina.

Fonte: Sousa (2015).

As utilizações de plantas medicinais é uma prática comum nas comunidades ribeirinhas da Amazônia por fazerem uso como forma de tratar as doenças mais frequentes, sendo elas no de estômago, dor na cabeça, diarreia, inflamações, cicatrizante (golpes e feridas), gastrite, fígado, rins, tosse, gripes, dentre outras, utilizando as folhas, cascas na preparação de remédios. O cultivo e a coleta em quintais são as principais formas de obtenção das plantas (Quadro 6). Essas espécies culturalmente cultivadas merecem uma melhor atenção para futuros estudos científicos aliando-os aos saber tradicional e a importância de conservá-las.

Outro elemento significativo percebido na compreensão do cotidiano dos moradores é a forma de ocupação, organização social, parentesco, herança herdada pelos pais, características singulares que podem ser evidenciadas nas falas dos entrevistados.

Os terrenos na comunidade são passados de pai para filho, isso é uma forma de manter a tradição familiar e fixar a família na comunidade. Grande parte das famílias entrevistadas mora com parentes, pois em uma casa geralmente habitam mais de uma família e muitas vezes os filhos moram em áreas próximas às residências dos pais. Isto nos leva a refletir sobre os estudos de Fraxe (2000), em que na Amazônia, principalmente no meio rural, é comum famílias se concentrarem numa mesma casa, ou os filhos constroem suas casas ao lado das dos pais.

Outro fato percebido foi à relação dos modos de vida do passado em meio a diversos conflitos devido à exploração de madeira, que os moradores tentam justificar os fatos associando a busca por melhores condições de vida e por ser o único mecanismo de trabalho. Por outro lado, com a RDS, uma nova forma de trabalho associada ao TBC é implantada na comunidade, trazendo as ideias de manejo e uso sustentável dos recursos, assim como a geração de renda, desenvolvimento local, empoderamento e gestão compartilhada, compilado numa melhor infraestrutura e serviços, atraiu os moradores, levando-os a permanecer em seu local de origem.

[...] Eu nasci e me criei aqui né, eu tenho 77 anos e não pretendo sair daqui nunca. Aqui é um paraíso, olha esse rio lindo aí na frente, uma vista dessa é uma dádiva de Deus né. Aqui se não fosse o desemprego, ninguém pensava em deixar a comunidade, porque aqui nós temos tudo, né, temos frutas, peixes, ali é o comércio, vende tudo que a gente precisa, temos tranquilidade é uma paz, não tem violência aqui não, todo mundo aqui é amigo. O que falta pra cá é mais infraestrutura, porque aqui como você tá vendo só tem uma pousada, só é o seu Roberto e a FAS que traz os turistas pra cá. O turismo aqui ainda é devagar, não gera emprego não, a não ser pra quem trabalha na pousada né, quando chega turista. Eu queria muito que o turismo envolvesse a comunidade toda né, eu tenho vontade de levar os turistas pra conhecer o rio, pescar, conhecer a floresta, contar minha história de vida, as histórias da comunidade, as lenda daqui, vixi, são tantas. Outra coisa também é que se falam tanto em sustentabilidade, mas, eu vejo que aqui na comunidade não mudou nada, tá do mesmo jeito aqui quando chega turista não vem nem visitar a casa da gente, eles passam é direto só ficam na pousada e no núcleo. Quando a gente sabe que tem turista na comunidade, muita vez já tenham ido embora. Há como eu queria que eles visitassem a casa da gente né, e também queria que fosse divulgado pra gente quando chegasse turista porque não é divulgado não, só eles lá na pousada é que sabe. Eu queria também que tivesse um restaurante ou uma pousada comunitária pra dar trabalho pra gente daqui da comunidade né, daí seria bom [...] (ENTREVISTADO 5, informação verbal).

[...] Eu não sou daqui, vim pra cá pra trabalhar na escola, mas, já resido aqui tem 3 anos e não pretendo sair daqui não. Aqui é muito bom, tranquilo, somos uma família, a comunidade é bastante unida, eu me dou bem com todo mundo, principalmente com a família do seu Garrido. Em relação ao turismo, eu vejo que ainda precisa melhorar, ter mais visitação, infraestrutura, a comunidade precisa se envolver mais, fazer reuniões sobre o turismo, ter mais cursos de capacitação para trabalhar com o turismo como o de guia de pesca, eu vejo o turismo aqui como uma atividade para complementar a renda dos comunitários, porque aqui não se vive só da renda do turismo, temos outras atividades né. A FAS sempre traz pessoas do SEBRAE, CETAM, da própria FAS, para ministrar cursos. Mas, eu penso que a comunidade precisa ser mais proativa e não depender tanto dos outros, para poder desenvolver o turismo aqui. Outra dificuldade encontrada é que a logística pra se chegar até aqui é muito cara e se for de barco é muito cansativo, pois, são muitas horas navegando nesse rio pra chegar até aqui [...] (ENTREVISTADO, 6, informação verbal).

[...] Eu como moradora daqui, não vejo que aqui acontece um Turismo de Base Comunitária, porque são poucas pessoas envolvidas na atividade. Se é comunitário tem que ser envolvidos todos. E quando chegou o projeto aqui na comunidade pela Fundação, foi o que eu entendi, que o canoeiro que atravessa ali e vai pescar, ele poderia ser uma oferta de serviço. Eu só posso considerar como um Turismo de Base Comunitária quando a comunidade for chamada, quando os membros da comunidade for chamados para se trabalhar primeiramente um trabalho de Educação Ambiental, cuidar do lixo que é o maior problema na comunidade, para que possamos trazer turistas aqui pra nossa comunidade. E também um trabalho de socialização, curso de capacitação para saber receber os turistas. Um dos maiores problemas aqui na nossa comunidade é a mobilização. Eu vejo assim, os comunitários não querem se envolver em trabalhos comunitários, muitas vezes quando a Fundação traz cursos não querem participar. A FAS faz um trabalho com a gente muito bom, sempre reuni as famílias que estão envolvidas na atividade de turismo, traz curso de capacitação, mês passado o CETAM em parceria com a Fundação ministrou curso sobre trilhas daí, os jovens que participaram construíram as trilhas que até então não tínhamos, era apenas um ramal, daí foi feito a sinalização das trilhas [...] (ENTREVISTADO 7, informação verbal).

As narrativas orais retratam a forma como o TBC é percebido pelos moradores, haja em vista que, o mesmo é visto como uma atividade complementar, pois, ainda está em processo de desenvolvimento. E apesar de se organizarem e planejarem as atividades turísticas, pensando numa maneira de envolver a comunidade, diversificar seus produtos artesanais, assim como, os roteiros a serem visitados é algo desafiador, tendo em vista a preservação e valorização da cultura local, seus modos de vida e principalmente o envolvimento da comunidade na gestão, afim de que se tornem de fato protagonistas desse turismo.

Entretanto, ficou evidente nas falas dos entrevistados que não há um envolvimento efetivo dos comunitários nas atividades turísticas, assim como, a falta de empoderamento, planejamento e organização social no local.

Neste caso, é importante pensar o lugar como espaço de construção de identidades num território onde os valores culturais são partilhados associados ao capital social e ao saber (PUTNAM, 1993). Assim, pensar o lugar turístico como ponto focal da transformação social, significa “resignificar” códigos e símbolos integrando olhares distintos, contradições e conflitos (IRVING, 2003).

5.2 A construção social da vida na comunidade Santa Helena do Inglês

Fundada no ano de 1988, pelo primeiro morador e residente, Sr. Demétrio Vidal, nesta comunidade vivem aproximadamente 20 famílias totalizando 78 pessoas. Destas, 10 foram entrevistadas como atores sociais da pesquisa, sendo 5 famílias atuantes no turismo e 5 que não trabalham (Fotografia 19).

Fotografia 19- Vista da comunidade Santa Helena do Inglês.



Fonte: Sousa (2015).

Está localizada a 60 km de Manaus, o acesso é realizado somente por via fluvial em embarcações com rotas comerciais, sendo o barco Novo Zanys e a lancha expresso Sharlotte IV que saem do porto São Raimundo em Manaus.

Com relação à infraestrutura básica, tem campo de futebol, a energia é fornecida por meio de um gerador e a água através de poço artesiano. O meio de comunicação é realizado somente via telefone rural.

Dentre as principais atividades econômicas estão: a pesca, agricultura familiar (mandioca pra fazer a farinha, macaxeira, tucumã, abacaxi) e o turismo.

Sua estrutura organizacional é composta por apenas uma Escola Municipal, criada e mantida pela Secretaria de Educação do Município de Iranduba e oferece até o ensino fundamental até o 5º ano (Fotografia 20).

A educação se insere como um dos direitos universais do homem, porém, no Brasil, as diferenças sociais são visíveis, principalmente no meio rural onde o índice de analfabetismo é

enorme devido ao modelo capitalista imposto o qual está subordinado ao sistema econômico e aos seus interesses.

As escolas públicas, principalmente as localizadas em áreas rurais, são bastante pobres em se tratando de infraestrutura, materiais didáticos, bibliotecas, dentre outros espaços importantes para o aprendizado.

Nessa conjuntura, o papel da escola definido pelo Estado, demonstra a desarticulação da escola com a emancipação social (FRIGOTTO, 1988).

Fotografia 20- Escola Municipal Santa Helena.



Fonte: Sousa (2015).

Esse modelo pode ser percebido na comunidade Santa Helena do Inglês, onde seus moradores são em sua grande maioria pescadores e agricultores organizados pela a Associação a qual leva o mesmo nome da comunidade e vivem em num espaço territorial desprovido da modernidade atribuída à área urbana, representando a população considerada “atrasada” em razão do seu modo de vida simples.

Além da escola, a localidade possui 1 Centro Comunitário, onde são realizadas as reuniões, atividades recreativas e eventos festivos (Fotografia 21).

Fotografia 21- Interação da ONG com as crianças.



Fonte: Sousa (2015).

A denominação da religiosa é Católica tendo como padroeiro São Francisco de Assis, cujo festejo é realizado no mês de outubro.

Fotografia 22- Igreja Católica.



Fonte: Sousa (2015).

Fotografia 23- Comunitários em adoração.



Fonte: Sousa (2015).

Com o investimento do Programa Bolsa Floresta (PBF) por meio do componente renda, financiamento do Fundo Amazônia (BNDES), Banco Bradesco e da Prefeitura de Iranduba, foi construída na localidade a pousada Vista Rio Negro, com o apoio da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC) e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA).

É um empreendimento comunitário sob a gestão de uma moradora, um morador como vice-gestor e um tesoureiro, cujo objetivo é inserir os comunitários na cadeia produtiva do

turismo e assim, gerar emprego e desenvolvimento. A renda é distribuída entre os moradores que exercem alguma função na pousada (Fotografia 24).

Fotografia 24- Pousada Vista Rio Negro.



Fonte: Sousa (2015).

As relações sociais nas comunidades amazônicas se concretizam no dia-a-dia dos comunitários no uso do tempo livre para as práticas de lazer. Desse modo a dinâmica dessas relações se concretiza no cotidiano das famílias e nas formas de organização dos grupos (GEERTZ, 1996).

Partindo-se desse olhar, acerca da vida comunitária, o lazer pode ser compreendido em duas perspectivas a saber:

A vivência do lazer deve estar pautada numa reflexão que vá para além de uma lógica de compensação, de alienação ou exploração do mercado, podendo contribuir para educação da sociedade e o compromisso político (BAHIA, 2012, p. 58).

Nesse sentido, vale ressaltar que a localidade serve também de espaço para socialização de forma lúdica como jogos de futebol e brincadeiras.

Fotografia 25- Painel de fotos da interação social entre as comunidades da RDS – Rio Negro.



Fonte: Org. por Sousa (2015).

A faixa etária média predominante dos entrevistados representantes das famílias é de 20 a 70 anos de idade. Destes, 30% são do gênero masculino e 70% feminino (Tabela 4). Nas entrevistas foi verificado que o gênero feminino era maioria, isto se deu devido às mulheres serem mais envolvidas nos projetos da comunidade.

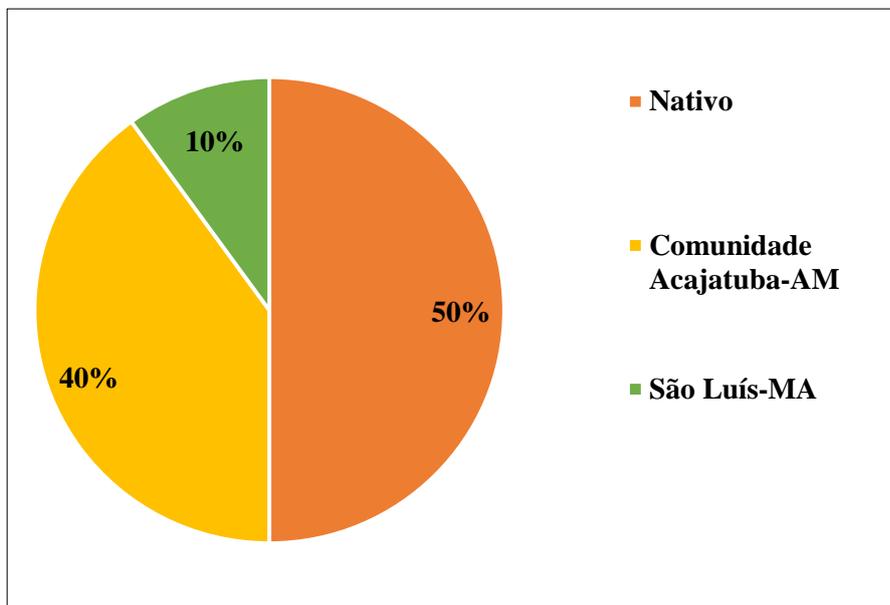
Tabela 4- Gênero dos entrevistados na comunidade Santa Helena do Inglês.

GÊNERO	QUANTIDADE	%
Masculino	3	30%
Feminino	7	70%

Fonte: Sousa (2016).

Em relação à procedência dos entrevistados 50% são nativos da própria comunidade e 40% são da comunidade Acajatuba-AM e 10% de São Luís-MA, como pode ser observado no (Gráfico 2).

Gráfico 2- Procedência dos entrevistados da comunidade Santa Helena do Inglês.



Fonte: Sousa (2016).

5.2.1 Tecendo a voz no campo das relações Socioambientais e o Turismo

As narrativas orais permitem interpretar o cenário local e as experiências vividas dos comunitários tanto no passado quanto no presente. A linguagem e os símbolos funcionam como mediadores nas representações da realidade dos sujeitos (CASTORIADIS, 1982).

[...] Eu nasci no lago do Acajatuba, quando eu cheguei aqui ainda não existia a comunidade, só tinha apenas quatro casas. Quem fundou a comunidade foi meu pai Isaías Ferreira e eu. Depois a gente a começamos a trabalhar em roça e depois tirar madeira. Hoje sou agricultor e junto com a minha mulher e minha filha Lucimar a gente trabalha fazendo farinha, goma, mas, a grande dificuldade aqui é o ganho, porque como a senhora vê, é um paraíso viver aqui, mas, é dificultoso vender, porque não tem pra quem vender aqui, então, fica difícil, mas, se tivesse aqui quem comprasse a nossa farinha e o as outras coisas que a gente planta, aí seria muito bom porque ia melhor o ganho aqui. É um trabalho muito bom, pra mim é meio difícil porque eu não sei ler nem escrever né, mas, eu tenho filho, tenho filha, eu tenho neta que sabe né, então, se chegasse cursos pra gente era muito bom. Antes aqui a gente trabalhava tirando madeira pra vender. Hoje, agente não tira mais porque foi criada a reserva né, daí foi proibido de tirar madeira. Mas, aqui a gente faz o manejo de madeira, e quando a gente precisa pra construir casa, barco, rabetas ou outra coisa pra comunidade a gente pode pegar. A FAS trouxe o turismo, pra mim é muito bom, porque a comunidade ficou mais conhecida, aqui vem muito turista, nós temos aqui a pousada comunitária que dá emprego pro pessoal daqui da comunidade [...]

(ENTREVISTADO 1, informação verbal).

Os modos de vida da população ribeirinha amazônica são assegurados por meio da história oral (FRAXE, 2000).

Como se pode observar nos relatos em que o entrevistado faz menção do passado como um período promissor em se tratando de poder econômico e ao mesmo tempo insustentável devido à prática da atividade de extração de madeira. Já por outro lado, afirmou que apesar da atividade de turismo ainda está recente em sua comunidade é mais promissora e benéfica por trazer em seu bojo os princípios da sustentabilidade.

[...] Eu sou agricultora, trabalho com roça, agricultura familiar né, fazendo farinha com meu esposo e minha família só pro sustento mesmo da minha família né, porque aqui não tem pra quem vender em grande quantidade. Mas, pra mim melhorou muito aqui na comunidade depois que a FAS começou esse trabalho aqui com a gente, porque antigamente era mais difícil assim as coisas quer dizer por uma parte né, por uma outra era melhor porque a gente vivia aqui na comunidade, nada era proibido, tudo dava dinheiro, meu marido podia trabalhar tranquilo tirando madeira para o sustento da nossa família, daí quando passou a ser reserva pra cá, tudo ficou mais difícil porque não pode mais tirar madeira. E agora com o turismo e o plano de manejo da floresta a FAS e o SEBRAE deram cursos pra nós, eu participo de todos os cursos que tem porque é bom né, principalmente pra mim que nunca tinha feito um curso, foi bom porque eu aprendi muita coisa que eu não sabia né, porque quando eu era nova eu não tive essa oportunidade que estou tendo agora né, então todo curso que tem eu faço. Porque a gente tem o saber tradicional que a gente aprendeu com nossos pais e avós né, mas, agora tem os cursos então eu faço. Pra mim a chegada do turismo melhorou né, a comunidade ficou conhecida, agora nós temos essa pousada aí que é também restaurante, então, quando chega turista aqui a gente trabalha na pousada e já dar pra ganhar um dinheirozinho [...] (ENTREVISTADO 2, informação verbal).

Para alguns a o TBC trouxe transformações significativas em termos de infraestrutura local, geração de renda e uma atividade social e empreendedora por envolver os comunitários e despertar neles a vontade de ser um empreendedor como menciona o entrevistado a seguir:

[...] Particularmente o Turismo de Base Comunitária pra mim é muito importante, porque faz com que as pessoas possam ganhar da aquilo que temos na floresta. O turismo sim gera renda pra comunidade. Tenho um sonho de me formar em turismo, ser turismóloga e tenho fé em Deus que vou conseguir realizar. Trabalhar com o turismo e ser uma empreendedora [...] (ENTREVISTADO 3, informação verbal).

[...] Aqui na comunidade é muito bom de viver, aqui como a senhora tá vendo é um paraíso, aqui nós temos tudo. Temos peixe, farinha, plantações na roça, frutas, comércio, a gente não precisa sair daqui pra comprar as coisas em Manaus, aqui tem tudo, a gente vive bem. A grande dificuldade aqui é de conseguir emprego, porque não tem, essa é a maior dificuldade da gente que mora aqui. Mas, depois, que chegou o turismo aqui, melhorou muito, porque a gente vivia aqui esquecido, ninguém vinha visitar a gente, agora não, vem turista pra cá, ficam aí na pousada, quando tem a gente trabalha na pousada e já ganha um dinheirozinho né, daí é bom [...] (ENTREVISTADO 4, informação verbal).

Com esse enfoque, o Turismo é compreendido como uma ação inovadora capaz de conciliar a proteção do patrimônio natural e cultural e ao mesmo tempo gerar emprego e renda.

[...] Na minha opinião, a comunidade melhorou muito com a chegada do turismo, porque antes aqui nós nunca tínhamos feito um curso de nada e a FAS, o SEBRAE, o CETAM e a AMAZONASTUR já deram cursos aqui pra nós, foi muito bom, aprendi muito. Melhorou também a qualidade de vida né, que antes a gente explorava a madeira agora com a reserva não pode mais, e isso é bom porque a gente preserva nossa floresta, não queimar, não jogar lixo na comunidade, porque nós aprendemos que temos que manter a comunidade limpa pra receber os turistas e pra nós mesmo vivermos num ambiente limpo. Vejo que até a questão da união aqui na comunidade melhorou, agora a comunidade é mais unida, sempre se reuni, a renda também melhorou com a criação da pousada dando oportunidade pras pessoas daqui trabalharem quando vem turistas pra cá, então isso é bom né, porque antes aqui não vinha ninguém nos visitar, a gente aqui era esquecidos. Mas, o que a gente vem lutando é para que o turismo se desenvolva aqui na nossa comunidade e deixe mais renda e emprego porque, quem traz os turistas pra cá são as agências, então, elas ganham mais e se a gente daqui da comunidade trouxesse seria melhor pra nós né. Mas, aqui não tem internet, não temos um barco pra trazer o turista como lá o Roberto do Tumbira tem, a gente depende dele e das agências pra trazer turistas [...] (ENTREVISTADO 5, informação verbal).

Os depoimentos acima ilustram uma organização comunitária assimétrica, baseada nas relações de poder entre comunidade e iniciativa privada e entre as comunidades da RDS. Algumas têm a preferência e a estrutura para melhor atender ao turista, e nesse sentido outras apresentam limitações para a atividade turística, muito embora pretendam que a atividade seja desenvolvida na localidade. O empreendedorismo esbarraria nesses processos, cujos agentes começam a aparecer de forma desequilibrada no campo. As comunidades não tem a mesma importância no desenvolvimento do turismo, não tem o mesmo capital social e disputam as tais melhorias entre si, ao mesmo tempo em que cooperam.

5.3 Comunidade São Sebastião do Saracá: diálogos entre saberes, fazeres e gestão

A comunidade São Sebastião do Saracá foi fundada em 1983 pela moradora Raimunda das Chagas Ribeiro e atual líder comunitária. Naquela época, conta a fundadora, existia no lugar uma espécie de formiga denominada de saracá. E em homenagem a elas a localidade foi batizada por esse nome (Fotografia 26).

Pertencente ao município de Iranduba e distante da capital Manaus, nesta habitam aproximadamente 23 famílias e 83 pessoas. A pesquisa foi realizada com 13 famílias, dentre elas, 10 que trabalhavam com o TBC e 3 não que não trabalhavam. O acesso é realizado somente via fluvial em barco comercial saindo do porto do São Raimundo em Manaus.

Têm a pesca como principal atividade econômica, assim como a agricultura familiar e o turismo, assim como as comunidades de Tumbira e Santa Helena do Inglês.

Fotografia 26- Vista da comunidade São Sebastião do Saracá.



Fonte: Sousa (2015).

Possui uma associação de moradores cujos membros se reúnem uma vez ao mês, para tratarem de assuntos relativos à comunidade. Na comunidade existe telefone rural comunitário, antena parabólica, energia elétrica do programa *Luz para Todos*, poço artesiano, três igrejas, sendo uma católica e duas evangélicas (Presbiteriana e Adventista do 7º dia), uma escola municipal oferecendo apenas o ensino fundamental (Fotografia 27). O meio de transporte na comunidade é apenas fluvial, por rabetas²⁵, voadeiras, barcos de pequeno porte, recreios e lanchas expressas.

²⁵ É o meio de transporte utilizado pelos comunitários.

Fotografia 27- Escola Municipal São Sebastião.



Fonte: Sousa (2015).

No que diz respeito à organização da comunidade, as mulheres vêm assumindo a liderança, principalmente na representação sociopolítica. E em uma das entrevistas isso ficou muito perceptível, pela a forma como foi fundada a comunidade e a escola.

[...] Quando eu cheguei aqui no Rio Negro não existia comunidade nenhuma. Depois de muito tempo, houve plebiscito para fundar a comunidade Saracá, e logo de início foi construída 10 casas. O nome Saracá significa formiga brava em Tupi Guarany. Sou fundadora daqui e atual presidente da comunidade. E aqui estou eu vim pra Saracá pra ficar, eu não sou daqui eu sou de Purus, eu sou de Lábrea, tenho 39 anos residindo aqui, mas, e aqui é o meu lugar. Hoje têm três Igrejas, sendo uma Católica, uma Presbiteriana e uma Adventista a qual eu faço parte e exerce um papel muito importante aqui na comunidade com projetos sociais, eles trazem médicos, dão remédios e outros projetos que a Igreja tem em prol da comunidade. Hoje, somos apenas 23 famílias residentes, antes éramos 26 famílias, aí com a Reserva tudo ficou difícil, aí o pessoal começou a ir embora em busca de emprego, principalmente os jovens, aí restou 23 famílias, mas, tá voltando novamente devido essa nova proposta da Fundação Amazonas Sustentável né a FAS com Turismo, foi construído um restaurante comunitário aqui a pedido da comunidade que é o Recanto do Saracá com capacidade para 50 pessoas, aí vamos ver se vai dar certo né. Hoje, a comunidade ficou mais conhecida, porque o Roberto lá do Tumbira da pousada do Garrido, juntamente com a FAS e as agências de turismo no caso a Amazon Explorer é quem trazem os turistas pra cá, né. Aqui no Saracá a gente recebe aproximadamente 132 turistas ao ano. O período que eles vem é janeiro, julho, setembro e outubro, principalmente nas férias. Aqui o maior problema é a falta de um transporte comunitário para que a gente pudesse trazer os turistas pra visitar aqui a comunidade como o Roberto lá do Tumbira tem. Outra coisa também é a comunicação, não temos internet para fazer o contato direto com os turistas né, então tudo isso dificulta eles virem pra cá, né. Mas, também ainda precisa ser melhorado, não temos trilhas, só temos mesmo é o nosso artesanato e uma boa comida. Mas, pelo o que era antes melhorou bastante e vai melhorar mais [...] (ENTREVISTADO 1, informação verbal).

De acordo com os depoimentos recolhidos, a dificuldade de gestão que envolve os comunitários, a ONG FAS, os órgãos governamentais e as atividades de turismo é gerada pela presença de intermediários e ausência de comercialização direta dos pacotes turísticos comunitários, por falta de infraestrutura de internet e de transporte. A maior parte dos moradores entrevistados reconhece que a iniciativa de TBC melhorou muito a vida na comunidade.

A maior parte dos eventos e reuniões acontece no Centro Comunitário, que também é utilizado para venda de artesanato, parte da rede do TBC (Fotografia 28).

Fotografia 28- Centro comunitário.



Fonte: Sousa (2015).

Fotografia 29- Igreja Católica.



Fonte: Sousa (2015).

É a única comunidade da RDS que possui um restaurante comunitário denominado Recanto do Saracá com capacidade para 50 pessoas e atualmente emprega cerca de 10 pessoas, todas residentes no local. Foi construído pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), com o recurso do Bolsa Floresta por meio do componente renda.

Fotografia 30- Restaurante Recanto do Saracá.



Fonte: Sousa (2015).

Fotografia 31- Parte interna do Restaurante.



Fonte: Sousa (2015).

A globalização, de certa forma, impulsionou economias, e expandiu mercados. A economia criativa apareceria também como conceito novo que incorporaria produtos rurais ao mercado global, e nesse caso aglutinariam o artesanato e o TBC com o discurso de fomentar o desenvolvimento sustentável local.

O artesanato é um dos principais produtos turísticos. Os Documentos do Conselho Mundial do Artesanato o definem como toda atividade produtiva como objetos ou artefatos feitos manualmente ou com a utilização de meios tradicionais (apud SEBRAE, 2010, p. 12).

Para Canclini (1983) o artesanato têm sentido simbólico, reassumindo a propriedade dos meios de produção e distribuição, de forma participativa e organizada. É visto como um elemento que faz parte da cultura popular e simboliza autenticidade, mesmo que controversa, além de promover a educação, geração de renda e trabalho (FREITAS, 2006, p. 29).

Em São Sebastião do Saracá, onze artesãs fazem parte do grupo “Formiguinhas do Saracá”, que foi fundado em 2011. Elas participam de cursos de capacitação e aperfeiçoamento, feiras de exposições em Manaus e outras cidades. Além, de receberem consultoria da Rede ASTA, em parceria com o projeto “Coletivo das Artes” do Instituto Coca-Cola e a Fundação Amazonas Sustentável (FAS).

Seus produtos são bem diversificados, produzidos com sementes de açaí, morotólata, tucum, tucumã, semente de patoá, morototó, jarina, dentre outras espécies encontradas na

própria comunidade. Percebeu-se por meio deste estudo que os artesanatos de cada comunidade são bastante diversificados, em se tratando de design e também das espécies utilizadas.

Fotografia 32- Artesãs.



Fonte: Sousa (2015)

Fotografia 33- Artesanato em sementes de açaf.



Fonte: Sousa (2015).

O uso desses insumos locais poderia, além de aproveitar e valorizar os recursos florestais tornar-se uma atividade ao mesmo tempo rentável e sustentável.

Em depoimento, uma das artesãs conta que:

[...] O turismo vem somente para agregar valor na economia e tornar a comunidade conhecida, porque antes aqui não vinha ninguém nos visitar, né. Então, a gente quase não fazia artesanato por isso, não tinha pra quem vender. Daí, quando foi criada a reserva, aqui teve muita resistência, porque a maioria do pessoal daqui era contra, porque eles trabalhavam com a madeira, era de lá que vinha o sustento das famílias e antes a fonte de renda aqui era a madeira e a pesca. Hoje, com a Fundação, tudo mudou, a gente trabalha com o turismo e o nosso artesanato ficou conhecido não só aqui, mas, em outras cidades também né. Agente participa das feiras de artesanatos, vende pra Manaus e também pra outras cidades. A nossa grande dificuldade é ainda a comunicação nós não temos internet, então, não dar pra fazer o contato direto com os turistas, quem traz é o Roberto lá do Tumbira, a FAS e agências, outra coisa também é o transporte, a falta de infraestrutura né, porque ainda não temos uma lancha, nem pousada para abrigar os turistas e as pessoas que nos visitam né, mas, tirando isso, pra mim tá melhor que antes porque a comunidade tá mais unida, mais fortalecida. O turismo trouxe desenvolvimento pra cá pra comunidade, pouco, mas, trouxe mais renda [...] (ENTREVISTADO 2, informação verbal).

Quando se busca saber sobre o legado do TBC para melhoria na qualidade de vida dos moradores, o entrevistado destaca que houve pouco “desenvolvimento”, mas, por outro lado, destacou a importância do fortalecimento comunitário.

Podemos perceber no discurso do entrevistado, que o TBC está sempre ligado à geração de renda e emprego. Dentro da vasta abrangência do turismo, Beni (1999) destaca que é pertinente compreender nos impactos turísticos, a distribuição justa de custos e benefícios, geração de empregos tanto de forma direta, quanto indireta, o lucro com a atividade, logística, e diversificação da economia.

Entre os entrevistados, a faixa etária média predominante dos representantes das famílias é de 25 a 75 anos de idade. Destes, 23,08 % são do gênero masculino e 76,92% feminino (Tabela 5). Nas entrevistas foi verificado que o gênero feminino era maioria.

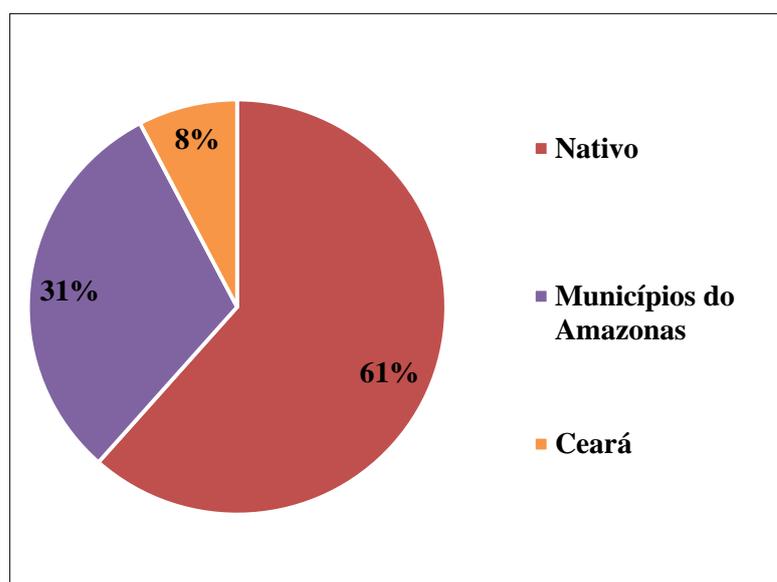
Tabela 5- Gênero dos entrevistados da comunidade São Sebastião do Saracá.

GÊNERO	QUANTIDADE	%
Masculino	3	23,08%
Feminino	10	76,92%

Fonte: Sousa (2016).

Em relação à procedência dos entrevistados 61% são nativos da própria comunidade, 31% são dos municípios do Amazonas (Manaus, Lábrea, Novo Airão e Iranduba) e apenas 8% é do estado do Ceará, como pode ser observado no (Gráfico 3).

Gráfico 3- Procedência dos entrevistados da comunidade São Sebastião do Saracá.



Fonte: Sousa (2015).

5.3.1 Entre lutas e resistências: outro olhar sobre a dinâmica do TBC

A dinâmica da vida social e suas práticas socioeconômicas e culturais culminam no modo de vida dos moradores de São Sebastião do Saracá, na sua relação com o lugar, às formas de apropriação dos recursos naturais e seus interesses comuns.

Neste sentido, as relações familiares são de suma importância nas comunidades rurais amazônicas por partilharem o saber tradicional e suas heranças culturais, e em São Sebastião do Saracá não é diferente. A comunidade constitui-se num espaço social condicionante para a reprodução de um modo de vida, não só no seu sentido físico e territorial, como também no sentimento de pertença, partilhando do mesmo código linguístico e simbólico (RAPOZO, 2014).

Em Saracá, assim, como nas demais localidades da Amazônia, o processo de organização social, espacial e político os levaram a lutar por melhores condições de vida em conflito e diálogos com as instituições governamentais.

Cabe aqui mencionar que as associações de moradores, colônias de pescadores, associação da RDS, associação dos artesãos, dentre outras, vem conquistando espaço na política e desempenhando o papel de intermediação com a participação dos moradores e associados.

Desta maneira, é importante considerar o olhar das famílias que ali residem, considerando as possibilidades de implementação de políticas públicas e ao mesmo tempo solução dos conflitos existentes.

[...] A nossa maior dificuldade aqui na comunidade é mobilizar as pessoas pra participarem das reuniões, dos cursos que chegam pra cá, né, porque é muito difícil o pessoal participarem, só mesmo quem tá envolvido com os projetos da FAS que participa, como o pessoal do artesanato, do restaurante, o resto não participa. Precisa ter mais união aqui na comunidade, o povo precisa se envolver, participar das reuniões. Outra coisa também é a falta de emprego, principalmente pros jovens, eles terminam os estudos e não tem emprego daí eles vão embora pra Manaus em busca de um emprego né, porque as coisas não tão fácil se tivesse emprego aqui eles não iam embora ficavam aqui. O turismo é bom pra nossa comunidade porque gera emprego, traz melhorias pra gente. Só que precisa fazer muita coisa ainda aqui, como construir um posto de saúde que a gente não tem, que traz médico pra cá é a Igreja Adventista ou a gente tem que ir lá pro Acajatuba na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, construir uma pousada, trilhas, dar um transporte pra gente trazer os turistas, falta muita, muita coisa mermo pra fazer, mas, a gente tem esperança de melhorar o turismo aqui, porque nossa comunidade é bonita, tranquila, aqui não tem violência, aqui todo mundo é amigo, somos uma família [...] (ENTREVISTADO 3, informação verbal).

[...] De primeiro a gente vivia da exploração da madeira, cada qual trabalhava pra si e não existia assim um envolvimento entre as pessoas daqui da comunidade. A gente não tinha a consciência de preservação da floresta, tirava madeira pra vender pra poder sustentar nossas famílias, a gente vivia disso. Isso causou um grande desmatamento aqui nas nossas florestas e também uma grande seca e com isso a nossa comunidade ficou muito quente, antes aqui era bem friozinho, agora ficou muito quente. Hoje não tem mais as árvores de grandes portes que a gente chama de árvore mãe. Agora com a criação da reserva, melhorou muito agora, melhorou muito mermo, porque agora a gente vive realmente em comunidade, todo mundo se ajuda, qualquer coisa que acontece com qualquer um daqui, todo mundo ajuda, somos uma família, eu me sinto parte daqui e não quero sair daqui nunca, aqui é bom demais (risos). Agora nós temos regras até pra pescar, antes não ninguém proibia a gente de pescar, de tirar madeira, de fazer tal coisa aqui na comunidade, hoje sim, a gente não pode mais fazer dessa forma. No início foi difícil aceitar tudo isso, a gente entrou em desespero porque a gente não podia mais tirar madeira e nem pescar, então, isso, bateu um desespero porque nós não temos recursos pra viver e o IBAMA e o Governo dizia que tinhamo que preservar, mas, não tinha alternativas pra nós, a nossa preocupação maior era essa como a gente ia sobreviver se não tinhamo recurso. Daí foi que veio a FAS com a proposta do Bolsa Floresta e o turismo, a gente aceitou né, achamos bom pra comunidade receber turista, poder oferecer o artesanato pra eles comprar, falar da nossa história de vida pra eles, receber eles nas nossas casas, né. E daí foi feito várias reuniões aqui na comunidade com a gente pra saber né, se a gente queria o turismo aqui. E aí eles trouxeram vários cursos, de artesanato, culinária, manipulação de alimentos, ensinou a gente a fazer refeição para o turista, curso de trilhas, de como receber bem o turista, de finanças e foi bom né, eu principalmente gostei muito, eu sempre participo. E aí a FAS construiu o restaurante recanto do saracá que é o restaurante da comunidade. Trabalhar com o turismo é muito bom, tem sido uma experiência muito boa, a comunidade ficou conhecida, deu oportunidades pras pessoas daqui trabalharem né, a comunidade ficou mais arrumada, só que a nossa grande dificuldade é o transporte pra trazer os turistas que a gente não tem e também a internet que não tem pra divulgar a nossa comunidade né, isso, faz com que tenha pouca visitaçãO. O meu desejo é que o governo olhe por nós daqui, que construa um posto de saúde, apoiem o turismo pra gerar mais emprego principalmente pros jovens daqui [...] (ENTREVISTADO 4, informação verbal).

[...] O Turismo aqui na nossa comunidade é muito bom pra nós artesãs né e também pra comunidade porque, com o turismo a nossa comunidade ficou mais conhecida, apesar de nós ainda não termos um site pra divulgar o nosso produto, porque aqui não tem internet. A maior dificuldade aqui é o transporte e a internet, porque não tem como a gente trazer os turistas prá, então, quem traz são as agências de Manaus, os hotéis e o Roberto lá do Tumbira. Trabalhar com artesanato é muito bom, porque eu aprendi muitas coisas que eu não sabia com os cursos que a FAS e o SEBRAE deu empreendedorismo, associativismo e cooperativismo. Eu aprendi muito com eles, hoje o nosso artesanato criou formas, ficou mais bonito. Eu já participei de feiras de artesanato em Manaus e fora de Manaus. É uma experiência muito gratificante pra mim porque nós temos a oportunidade de mostrar o nosso trabalho né e todas as peças que nós do grupo de artesanato formiguinhas fazemos é de forma sustentável, aproveitamos a matéria prima da nossa comunidade e assim, preservamos a nossa floresta com o manejo. Espero passar o meu conhecimento para os jovens da minha comunidade para que eles possam aprender a confeccionar as peças e passar de geração para geração o nosso saber tradicional e que o turismo possa se desenvolver aqui e gerar mais oportunidades pras pessoas daqui e evitar que elas vão se embora pra Manaus, né, em busca de emprego porque o desemprego aqui é muito grande e com o turismo vai abrir novas oportunidades [...] (ENTREVISTADO 5, informação verbal).

O TBC acontece nas comunidades da RDS do Rio Negro como um todo, e em São Sebastião do Saracá em particular, de uma forma tímida, conforme mostra a pesquisa e os

depoimentos dos comunitários, pois, há necessidade de melhoria dessa gestão. Apesar dos comunitários serem os responsáveis pelas atividades, há também uma dependência da demanda proveniente das agências de turismo, dos hotéis, tanto de Manaus quanto de outros estados, dificultando a comercialização das atividades por eles mesmos, de forma que possam captar seus próprios clientes.

E nesse sentido a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) exerce um papel fundamental na construção de um modelo de gestão das atividades turísticas juntamente com as comunidades, no sentido do que se pode ser desenvolvido em prol do melhoramento dos serviços. É uma relação aparentemente muito positiva, pois os conflitos gerados pela entrada da Fundação não atrapalham o parecer da comunidade sempre apoiando a parceria e o trabalho em conjunto.

5.4 Comunidade São Thomé: histórias, memórias e implicações para o turismo de base comunitária

A comunidade São Thomé está situada na margem direita do Rio Negro, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro (RDS), e é pertencente ao município de Iranduba-AM. Está situada a cerca de três horas de barco de Manaus, saindo do porto São Raimundo. Seu acesso é realizado somente via fluvial.

Fundada no ano de 1982, pela D. Nair Alves da Costa, natural da cidade de Manaus a comunidade é composta por 13 famílias que residem na sede da, totalizando 35 pessoas em casas de madeira (Fotografia 34). Destas todas, 13 participaram da pesquisa, ressaltando que apenas 10 atuam no TBC.

Fotografia 34- Vista da comunidade São Thomé.



Fonte: Sousa (2015).

Nos relatos dessa moradora, podemos perceber o processo de fundação da comunidade, da organização territorial e a proposta de encontrar melhorias para aquelas pessoas:

[...] Quando eu cheguei aqui neste lugar, só tinha mato, não existia casa. Daí eu vim pra cá e construí minha casa, depois, fui chamando as pessoas para construírem suas casas e assim foi, o início de tudo. Eu e o pessoal começamos a limpar o terreno e com isso, foram construindo as casas com muita, mas, muita dificuldade mesmo. Eu atrás de madeira para construir as casas, mas, foi luta viu, fui mas, muita vez pedir madeira pro prefeito na época né. Daí consegui madeira pra construir apenas seis casas, aí dei pro pessoal. Eu pedi ajuda de um irmão meu e de uma irmã a Marlene lá da outra comunidade do Acajatuba Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, aí eles vieram e nós reunimos o pessoal e eles foram nos ajudar a nos organizar melhor como comunidade né e assim, foi fundada a comunidade com ajuda de todos. Nós já passamos por muita dificuldade mesmo, aqui não tinha escola pras crianças estudar, não tinha igreja, daí eu pensei como alfabetizar essas crianças? Eu só tenho até a 4ª série primário, né, naquela época era assim, e aí então, um dia eu reuni as crianças e comecei a dar aulas e também dar aula de catecismo porque aqui não tinha Igreja, nem vinha Padre pra cá, então, alguém tinha que começar a fazer alguma coisa pelo povo daqui né, que era tão esquecido. Hoje, nós já temos uma escola, poço, energia elétrica, temos aqui a nossa pousada que oferece café, almoço, janta, passeios aí pela mata, pelo rio, melhorou muito aqui e também depois que a comunidade apareceu na globo no Programa do Luciano Huck naquele quadro *Lar doce Lar*, a comunidade ficou mais conhecida, o Luciano veio aqui com a equipe dele, ele reformou tudo aqui, todas as casas e as pousadas, o barco que nós temos, aí começou a vim mais turistas pra cá e com isso nós damos emprego pro pessoal que vem trabalhar aqui na pousada, porque aqui é ruim de emprego. Nós aqui recebemos mais turistas no mês de maio, junho, julho, agosto e dezembro. A comunidade recebe em torno de 3.000 turistas por ano, quem traz é nós mesmo daqui da pousada (Jacaré) nós temos site lá tem telefone, e-mail aí eles entram em contato com a agente. Têm também o hotel Tariri, pousada Manati e as agências de Manaus que sempre trazem turistas [...] (ENTREVISTADO 1, informação verbal).

No ano de 2010, a comunidade recebeu a visita de apresentadores de televisão, de um programa chamado *Caldeirão do Huck*, no quadro "*Lar doce Lar*", cujo objetivo é resolver problemas de ordens estruturais, tais, como, construções de casas e reformas. Grande parte das casas da comunidade foi reformada com pintura, e outros pequenos reparos, assim como foi disponibilizado o barco comunitário para atividade de pesca. A comunidade São Thomé se difere das demais localidades por ter as casas coloridas. A passagem que dá acesso à Pousada Jacaré, por exemplo, é pintada com cores diferentes, ilustrando cada cor casas diferentes de moradores e os equipamentos turísticos.

Existe representação de duas religiões, a católica (Fotografia 35) e a evangélica. E no mês de dezembro, geralmente no 3º sábado do mês, acontecem os festejos de São Thomé, o santo padroeiro do local.

Quanto à organização social, São Thomé não foge às características locais, a comunidade possui uma escola municipal, São José, onde funciona o ensino fundamental e no

período noturno funciona o Ensino de Jovens e Adultos (EJA). No mês de agosto acontece anualmente o festival folclórico, com apresentação de danças, comidas típicas como: bolo de macaxeira, tapiquinha, bolo de trigo, pé-de-moleque, pudim, vatapá, churrasquinhos, pipoca, dentre muitos outros. Há torneios de futebol, com a participação inclusive de outras comunidades do entorno.

A comunidade abriga ainda seu centro comunitário, uma casa de artesanato, mercearias, restaurantes e duas pousadas (Fotografias 35).

Fotografia 35- Representação fotográfica da organização espacial da comunidade São Thomé.



Fonte: Sousa (2015).

Em se tratando de infraestrutura básica, o local dispõe de energia elétrica promovida pelo “Programa Luz para Todos”, fornecida pela empresa Amazonas Energia, telefone com

antena rural, celular operacionalizado pela Empresa Vivo, poço artesiano, caixas d'águas, campo de futebol, e um parquinho de diversão para as crianças (Fotografia 36).

Fotografia 36- Parque de diversão para crianças.



Fonte: Sousa (2015).

As práticas e as representações sociais de lazer pelas crianças da comunidade São Thomé, por sua vez, procurou apresentar as formas vividas no dia-a-dia no recreio da escola. O lazer no meio rural é percebido por Alves (2009) como atividade lúdica e de sociabilidade entre as pessoas. O espaço é percebido como o lugar de construção das relações cotidianas tendo como base a ligação com o território. Simonetti (2015) em seus estudos em comunidades rurais no Amazonas, afirma que as representações sociais possibilitam que se observe e se compreenda para além do que está ao nosso redor o mundo do “outro” por meio de sua cultura.

Assim, o universo da cultura amazônica nos remete ao encontro de diversas formas de vivências, dentre elas a interação com a natureza imbricada na cultura do ribeirinho amazônico. A faixa etária dos moradores entrevistados é em média de 20 a 70 anos de idade.

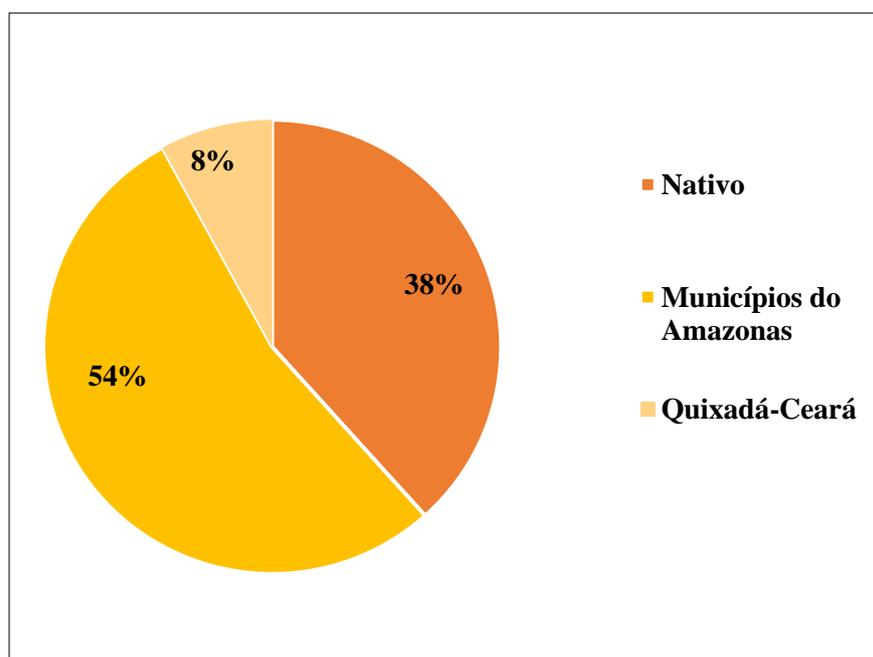
Destes, 53,85% são do gênero masculino e 46,15% feminino (Tabela 6). Nesta comunidade, tantos os homens quanto as mulheres são envolvidos no turismo e em todos os projetos comunitários.

Tabela 6- Gênero dos entrevistados da comunidade São Thomé.

GÊNERO	QUANTIDADE	%
Masculino	7	53,85%
Feminino	6	46,15%

Fonte: Sousa (2016).

Quanto à procedência dos entrevistados, 38% são nativos da própria comunidade, 54% são dos diversos municípios do Amazonas (Manaus, Santa Isabel do Rio Negro, Manaquiri, Novo Airão, Coari e Iranduba) e apenas 8% é de Quixadá no estado do Ceará, como pode ser observado no (Gráfico 4).

Gráfico 4- Procedência dos entrevistados da comunidade São Thomé.

Fonte: Sousa (2016).

Conforme se observa no Gráfico 4, a maioria dos entrevistados nasceu na comunidade e os demais são imigrantes dos municípios do Amazonas.

A identidade ribeirinha na Amazônia não se dá por eles morarem à margens dos rios, mas sim, pelos processos e relações socioespaciais e histórico-culturais que engendram um sentido e um sentimento de pertencimento (CRUZ, 2008, p. 55).

É claro que o rio e a floresta constituem-se em um elemento de fundamental importância para as atividades econômicas. É por meio dessa relação que os ribeirinhos se apropriam dos recursos naturais para sua sobrevivência.

Desse modo, considerando os conceitos, políticos e étnicos, nos leva a pensar a questão do caboclo ou ribeirinho como uma identidade ou uma cultura de “resistência”, posto que seja sobrevivente de um processo aniquilador, mas que não os destruiu por inteiro (SANTOS et al., 2012, p.6).

Para uma melhor compreensão podemos citar as principais atividades econômicas da comunidade: a pesca, agricultura familiar (mandioca e macaxeira), comércio, artesanato (Fotografia 37) e o turismo como principais fontes econômicas, além dos benefícios do Programa Bolsa Floresta (PBF).

O Artesanato se consolidou na cadeia produtiva do turismo, mas, há uma necessidade de melhorias desse produto para o aperfeiçoamento das peças com novas tecnologias e design criativo e parcerias na comercialização, segundo relatos dos entrevistados.

De acordo com Yúdice (2004 apud COSTA, 2007), a redução dos investimentos no setor social, está cada vez mais impulsionando o setor das artes a gerenciar o social. A partir desse fenômeno, surgem novos tipos de relação entre capitais social, cultural e econômico, fundamentados nos saberes tradicionais, que é o caso do artesanato como economia criativa, capaz de impulsionar o desenvolvimento local.

Diante do exposto, na comunidade São Thomé os artesãos ligados à associação, produzem peças como: colares, pulseiras, brincos, dentre outros, com sementes de açaí, morototó, lágrima de Santa Luzia, etc., com matéria prima da própria comunidade, além de confeccionar redes de dormir e sabonetes artesanais como ilustra a Fotografia 37.

Fotografia 37- Representação fotográfica do artesanato.



Fonte: Sousa (2015).

5.4.1 “O turismo na minha comunidade”: cenários, transformações e perspectivas de desenvolvimento local

É importante compreender como os comunitários percebem o TBC em sua localidade e como se dão as trocas entre visitantes, visitados, as instituições privadas (agências de viagens e hotéis), o estado e as ONGs nessa comunidade. Segundo relatos de moradores:

[...] O turismo na nossa comunidade já acontece bastante tempo, desde a década de 80. Mas, foi através do programa do Luciano Huck em 2010 que a nossa comunidade ficou conhecida mundialmente. Antes aqui, nós era esquecido, não tinha nem luz, nem água aqui na nossa comunidade, depois, que a Globo veio aqui foi que chegou o Luz Para Todos e eles fizeram poço artesiano para abastecer toda comunidade. Mas, no meu ver, apesar de a nossa comunidade receber muito turista, não há emprego pra todo mundo, não há desenvolvimento não, porque não somos nós que trazemos os turistas pra cá, são as agências e os hotéis, então, muitas das vezes o turista só passam por aqui não dar nem tempo de almoçar aqui e nem

comprar o artesanato, daí nem sempre eles deixam um dinheirozinho aqui na comunidade, nos comércios né, nos restaurantes também. Mas, o meu desejo é que o turismo se fortaleça aqui e gere emprego e renda pra todo mundo, porque também nem todos que moram aqui trabalham com o turismo, porque nas pousadas daqui não dar pra empregar todo mundo e nem todo mundo sabe fazer artesanato. Nós tivemos cursos pela FAS e SEBRAE, mas, só quem participa é quem tá envolvido mesmo, os outros não participam. Nós só temos ajuda aqui da FAS e ainda é muito pouca, do governo nós não temos ajuda, só na construção de escola mermu, porque quem reformou toda comunidade foi o Luciano Huk. Seria bom se o governo olhasse com carinho pra nossa comunidade, porque aqui nós não temos posto de saúde, a escola tá precisando de uma reforma, precisamos de transportes e outras coisas. Se o governo investisse no turismo seria bom, mas, por eu acredito que o turismo gera renda e emprego, eu gosto muito de receber os turista aqui, conversar com eles, falar do nosso dia-a-dia como que a gente vive aqui, né. O turismo é uma forma de preservar também a nossa cultura né, e nossas florestas [...] (ENTREVISTADO 7, informação verbal).

Ao ser questionado sobre os cenários do TBC, suas mudanças e perspectivas o entrevistado se expressou da seguinte forma:

[...] O Turismo é bom pra alguns, pra aqueles que trabalham na pousada, leva os turistas pra andar nas trilhas, focar jacaré, pra quem é dono de pousada, mas, pra mim que não trabalho com turismo, não acho que ele gerou desenvolvimento aqui na comunidade não. Até agora, a comunidade tá do mesmo jeito, não tem emprego, a atividade econômica aqui é mais a pesca e o comércio né. A comunidade melhorou assim, em termo que ficou mais conhecida por causa do Programa Caldeirão do Huck da rede globo que veio aqui e reformou todas as casas da comunidade, pousadas, restaurantes, tudo, tudo daqui mermu até o barco de pesca que hoje vive aí abandonado. Então eu vejo assim, apesar de ter uma visitaçao boa de turistas, não há lucro e geração de renda aqui na comunidade, porque quem traz os turistas são as agências e os hotéis, antes era melhor no tempo do hotel Ariaú, porque muitos daqui trabalhava lá, ele dava emprego pra todo mundo daqui do Acajatuba, agora com o fechamento dele ficou mais difícil até mesmo os turistas estão vindo pouco pra cá. E espero que melhore né, que a nossa comunidade possa se desenvolver economicamente [...] (ENTREVISTADO 4, informação verbal).

Nota-se que no entendimento do entrevistado, o TBC tem contribuído como renda complementar apenas para as famílias envolvidas no turismo, como os proprietários de empreendimentos hoteleiros, restaurantes e para alguns artesãos. Evitando causar ou acirrar conflitos na comunidade, o TBC, segundo seus próprios princípios, deveria proporcionar “desenvolvimento” e melhores condições de vida, envolvendo, de alguma forma, grande parte dos comunitários e não apenas para algumas famílias. Nesse caso, cria-se uma espécie de “diferenciação social”, distinções de classes e obviamente conflitos velados ou evidentes.

Levando em consideração as diversidades de experiências dos moradores, e mesmo com o risco das diferenciações, identificamos em alguns relatos à percepção de que o TBC tem contribuído para o desenvolvimento e fortalecimento comunitário.

[...] O turismo para mim é muito bom, só não dar pra viver dele o ano todo né, porque no tempo de cheia aqui não dar ninguém pra visitar. Por causa que aqui enche tudo, a comunidade fica toda alagada, as casas aqui ficam tudo debaixo d'água, aí não vem ninguém, não tem como vim né (risos). A comunidade mudou muito de 2010 pra cá depois que o Luciano Huck veio aqui com toda equipe do Programa dele, eles reformaram todas as casas da comunidade, pousadas, restaurantes, o parquinho das crianças, o centro comunitário, tudo, mais tudo mesmo e até o barco de pesca da comunidade, mas, agora o barco tá parado, precisa de outra reforma (risos). Agora a gente recebe mais turistas, até mesmo o pessoal de Manaus, muitos vem aqui fazer pesquisas, outros vem visitar mermu. Mas, o turismo é bom, é bom receber turistas aqui pra comprar o nosso artesanato, se hospedar na pousada, conversar com a gente, né, conhecer a nossa comida que é uma comida bem caseira á base de peixe fresquinho porque a gente pesca no mesmo dia. Graças á Deus na época de verão dá bastante gente e é do turismo e da pesca que eu e minha família vive, né. A comunidade em si é bem unida, só que não tem emprego pra todo mundo e quando vem turista não dar pra trabalhar todo mundo nas pousadas né. O turismo comunitário é bom porque, o turista conversa com a gente, se hospeda na nossa comunidade, quando tem futebol ou outra brincadeira eles participam com a gente, isso é bom né. Eles acham bonita a nossa comunidade, ficam encantados (risos), incentivam a gente preservar nossos rios, nossa floresta, nossos animais [...] (ENTREVISTADO 6, informação verbal).

A narrativa manifesta a importância do processo de organização, planejamento e participação das comunidades nas atividades turísticas.

[...] Eu fui seringueiro aqui na Amazônia, e hoje trabalho aqui na comunidade com a demonstração da borracha para os turistas, faço objetos em forma de animais da comunidade com o látex, conto um pouco da minha história pra eles também né, eu já conheci Veneza, O Luciano Huck veio aqui e perguntou qual é o meu sonho e disse que meu sonho era ver minha comunidade bastante visitada por turistas, igual Veneza na Itália, daí ele me levou pra conhecer (risos) e também que tivesse luz, poço artesiano porque aqui não tinha né, aí ele reformou toda comunidade e a minha casa também, eu fiquei muito feliz com isso. Olha pra ti falar sobre o turismo aqui já foi bem melhor, só que mesmo quando dava muito turistas aqui, o turismo nunca foi organizado, não tem quem organize, pra que todo mundo trabalhe, se tivesse uma Instituição seria bom. Porque eu acho que ia colocar todo mundo pra trabalhar né. No tempo que os gringos do Ariaú estavam vindo pra cá, eles nos ajudavam muito, sempre deixava um dinheirinho (risos), agora que o hotel fechou tão vindo pouco e ás vezes veem mas, não deixam nada pra gente. Isso que é ruim, porque a gente passa horas esperando eles chegarem pra fazer a demonstração da borracha, contar como foi o ciclo da borracha aqui na Amazônia, falar da nossa cultura também né, e aí a gente não recebe nada, né, porque a gente vive disso. Então, eu queria que tivesse emprego pra todo mundo daqui da comunidade né, aí seria bom [...] (ENTREVISTADO 3, informação verbal).

O entendimento da atividade de TBC em São Thomé passa pela percepção dos moradores, interpretação que os residentes fazem do TBC, aliando a participação conjunta no desenvolvimento do turismo, enquanto gerador de emprego e renda e valorização ambiental e cultural. Ficou perceptível também a falta de organização e planejamento das atividades.

5.5 Comunidade Santo Antônio do Lago do Tiririca: a outra face do TBC

A comunidade Santo Antônio do Lago do Tiririca está localizada na região do Aacajutba, pertencente à margem direita da RDS-Rio Negro e ao município de Iranduba-AM, foi fundada em 01 de janeiro de 2012.

Atualmente, residem cerca de 7 famílias na sede comunitária, totalizando 17 pessoas. Sendo que 5 famílias atuam no turismo. Ressaltamos que a pesquisa foi realizada com as 7 famílias residentes.

Seu acesso é realizado por via fluvial em embarcações de pequeno porte saindo do porto do São Raimundo na cidade de Manaus-AM. Também pode ser acessada por via terrestre, pela ponte Rio Negro até o Lago do Ubim no quilômetro 42 da rodovia Manoel Urbano AM-70 e partir deste ponto, mais 40 minutos de voadeira até a sede da comunidade. Ou também, até o quilômetro 69, onde há um ramal à direita que dá acesso à prainha e de lá percorre-se cerca de 55 minutos de voadeira (Fotografia 38).

Fotografia 38- Arquitetura das casas na comunidade Santo Antônio do lago do Tiririca.



Fonte: Sousa (2015).

As visitas nessa localidade ocorreram em dois momentos, um no período do inverno e o outro no verão. É importante frisar que é uma comunidade onde as casas são distantes umas das outras, o acesso entre as casas foi realizado de voadeira.

Na comunidade existe uma igreja católica, tendo Santo Antônio como padroeiro da comunidade cujo festejo é comemorado no dia 12 de junho. Existe também uma igreja evangélica, Assembleia de Deus.

Quanto à infraestrutura, há poço artesiano, energia do “Programa Luz Para Todos”, campo de futebol onde são realizados os campeonatos, tendo como time principal “Thelson”, tanto masculino quanto feminino, uma casa de farinha montada para visitação (Fotografia 39).

Fotografia 39- Casa onde é produzida a farinha.



Fonte: Sousa (2015).

A comunicação é realizada somente via telefone com antena rural, mas é possível acessar rádio, televisão (com antenas parabólicas). A comunidade possui uma escola municipal, escola Dom Pedro 1º de ensino fundamental (1º ao 9º). Uma de suas principais atrações é o flutuante, onde são realizadas as interações com os botos (Fotografia 40).

O meio de transporte utilizado são: rabetas, voadeiras (motor 15) e canoas. Tem como atividades econômicas: a pesca, agricultura familiar (mandioca e macaxeira), carpintaria (construção de barcos, canoas e rabetas, somente em benefício da comunidade), o artesanato (Fotografia 42) e o turismo.

Fotografia 40- Flutuante dos Botos.



Fonte: Sousa (2016).

Fotografia 41- Turistas interagindo com os Botos.



Fonte: Sousa (2016).

A interação com os botos e a pesca esportiva do pirarucu são os principais atrativos turístico na comunidade. É uma atividade autorizada pelo IBAMA e pelo DEMUC.

Para que essa atividade pudesse funcionar na legalidade, os proprietários fizeram cursos preparatórios para se trabalhar com os botos. Logo no início, os turistas recebem algumas instruções de segurança, cuidados com os animais e a preservação do meio ambiente.

Para que essa atividade pudesse funcionar na legalidade, os proprietários fizeram cursos preparatórios para se trabalhar com os botos. Logo no início, os turistas recebem algumas instruções de segurança, cuidados com os animais e preservação do meio ambiente.

As práticas de TBC na comunidade, inclusive a recepção de turistas para interações com os botos, fazem parte das propostas de empreendedorismo em áreas rurais, estimulado pelo Programa Empreendedorismo Ribeirinho implantado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-AM) com o intuito de reinventar novas técnicas e economias criativas.

Fotografia 42- Artesanato.



Fonte: Sousa (2016).

Nessa perspectiva, há uma crença de que esse tipo de economia, sustentável, tem impulsionado o desenvolvimento na localidade. Isto tem contribuído com melhorias a comunidade, principalmente com investimentos em prol da capacitação técnica e geração de renda.

A pesquisa selecionou como sujeitos sociais os entrevistados cuja faixa etária média é de 20 a 65 anos de idade. Destes, 42,85% são do gênero masculino e 57,15% feminino (Tabela 7). Nas entrevistas foi verificado que o gênero feminino era maioria, isto se deu devido às mulheres ser a maioria nessa comunidade e estão mais envolvidas nas lideranças

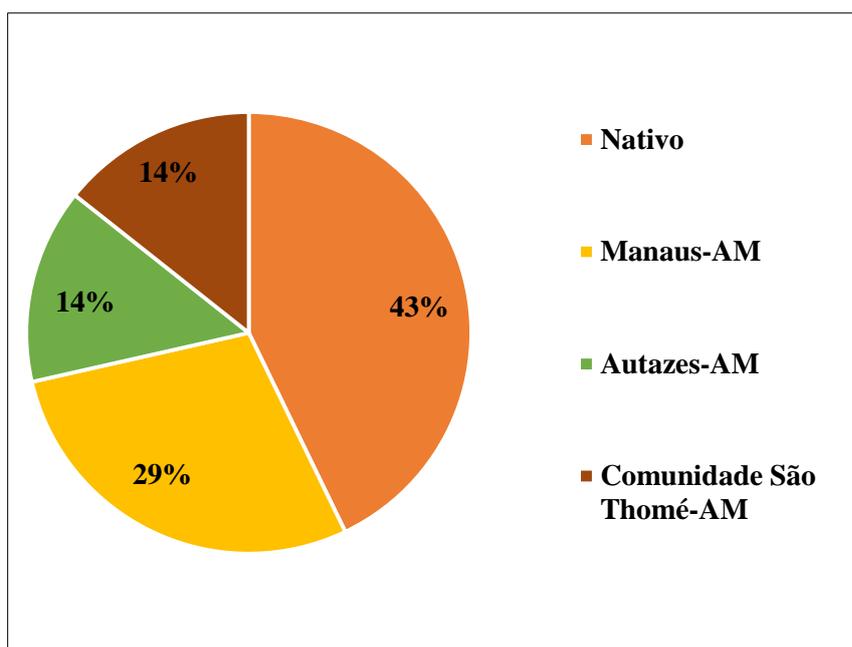
Tabela 7- Gênero dos entrevistados da comunidade Santo Antônio do lago do Tiririca.

GÊNERO	QUANTIDADE	%
Masculino	3	42,85%
Feminino	4	57,15%

Fonte: Sousa (2016).

O (Gráfico 5) representa a procedência dos entrevistados. 43% são nativos da própria comunidade, 29% são de Manaus, 28% são oriundos de Autazes-AM e da comunidade São Thomé-AM.

Gráfico 5- Procedência dos entrevistados da comunidade Santo Antônio do lago do Tiririca.



Fonte: Sousa (2016).

5.5.1 O Turismo de Base Comunitária (TBC) nos olhares dos comunitários da comunidade Santo Antônio do Lago do Tiririca

O Turismo de Base Comunitária em Santo Antônio do Lago do Tiririca se fortaleceu mediante a atuação da Fundação Amazonas Sustentável por meio do Programa Bolsa Floresta na modalidade do componente de renda e social em parceria com o SEBRAE na ministração de cursos de capacitação.

[...] Melhorou um pouco o turismo aqui na nossa comunidade depois que nós recebemos o apoio da Fundação Amazonas Sustentável, porque eles sempre estão trazendo cursos pra gente fazer, agora nós temos um acompanhamento melhor para que a gente saiba como trabalhar com o turismo, como receber os turistas e também como preservar o nosso meio ambiente, nossas florestas, nossos rios, manter limpa a nossa comunidade que é o nosso atrativo turístico né. Porque sem isso não há como fazer turismo né, então, a gente aprendeu que tem como preservar sem desmatar, mas, pra isso temos que cuidar do que é nosso. Aqui na nossa comunidade nós temos como atrativo a casa de farinha que os turistas quando vem sempre gostam de visitar pra saber como a gente faz a nossa farinha, tem o flutuante dos botos, lá os turistas podem tomar banho com os botos, dar comida pra eles, pegar neles, mas, sempre com ajuda dos meninos né, nunca sozinhos. Mas, a nossa comunidade precisa melhorar a infraestrutura para receber mais turistas, não só receber né, mas, também que o turismo possa gerar renda e empregos pra nós. Porque o que mais preocupa nós é isso a falta de emprego pros nossos filhos, falta de transportes, melhorar na saúde que é muito precária aqui, não temos posto de saúde, são essas coisas. Outra coisa também que vejo aqui é que falta mais envolvimento da comunidade no turismo porque às vezes a FAS e o SEBRAE traz cursos e a nem todos da comunidade sabem, daí só quem faz é quem trabalha com artesanato e turismo. A minha sugestão é pra que haja um planejamento melhor do turismo, uma organização melhor, porque não há organização, se é comunitário então que envolva os comunitários né é isso (risos) [...] (ENTREVISTADO 1, informação verbal).

As entrevistas mostram um turismo incipiente, uma vez que, os comunitários não estão envolvidos nas atividades turísticas, como evidencia o relato abaixo:

[...] Aqui o que tá faltando pra melhorar mais o turismo, gerar renda pras famílias é melhorar a infraestrutura da nossa comunidade, os governantes só olham pra gente em época de eleição. A única coisa que o governo fez foi a escola e paga os funcionários de lá e construiu a Igreja, e dar o bolsa floresta só e mais nada. Nós não temos apoio do governo para o turismo. Não é feita reunião com os moradores daqui pra saber o que a gente precisa, só a FAS que uma vez ou outra faz reunião, mas, somente com as pessoas que trabalham com o turismo como lá no flutuante, na pousada e quem trabalha com artesanato. A comunidade não vende os pacotes para os turistas, quem faz isso são as agências de Manaus, o hotel ecopark, agência jaguar jungle tour, pousada Manati, pousada Tariri e a agência Amazon Explorer. Agente ainda não faz a comercialização do turismo, isso é ruim porque se a gente mesmo trouxesse os turistas pra cá era bom. Porque aqui vem muito turista, mas, às vezes não deixam nada de dinheiro pra comunidade, não compram artesanato, não se hospedam na comunidade, não comem nos restaurantes daqui, isso eu acho ruim, porque não gera renda e nem emprego pra nós. Eles já vem com os pacotes comprados pelas agências. A gente já se reuniu com o pessoal da FAS, fizemos reunião porque não tá certo vim visitar e não deixar nada pra manter a comunidade limpa. É disso e da bolsa floresta que a gente vive. As agências só pagam em torno de 30 reais para o serviço de guia quando não vem incluso no pacote deles daí eles contratam nossos serviços [...] (ENTREVISTADO 7, informação verbal).

O Projeto de TBC implantado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) completou seis anos de atuação junto às comunidades, inclusive na comunidade Santo Antônio do Lago do Tiririca. E apesar de o objetivo ser o envolvimento e o empoderamento dos comunitários, ainda não conseguiu que todos se inserissem neste, pois, há também resistência da parte de alguns, devido à falta de credibilidade no processo, por não estarem usufruindo dos benefícios gerados pelo turismo, assim como não perceberem nenhum desenvolvimento em se tratando de economia local e infraestrutura.

Por outro lado, uma parcela significativa, como os artesãos, os donos de pousadas, a liderança comunitária e os donos do flutuante onde acontece a interação com os botos e a pesca esportiva do pirarucu, acredita na proposta de TBC como capaz de melhorar a qualidade de vida e gerar emprego e renda.

[...] Quando o rio tá seco de outubro á dezembro é ruim pra nós porque não dá turista, aí a gente fica sem receber e isso é ruim porque vivemos disso. Olha o que eu desejo como sugestão para o turismo é que as agências tragam mais turistas pra visitar nossa comunidade, mas, que deixe renda pra nós, dê emprego pra gente daqui, e que não seja um atravessador. Porque o que tá acontecendo é que eles trazem e não tá gerando renda e nem desenvolvimento aqui na comunidade, continua do mesmo jeito, não tem organização das atividades, não tem ninguém pra nos apoiar no turismo, pra envolver os moradores nas atividades, fazer reunião, dar curso. A gente gosta de receber os turistas, mas, a gente quer que a nossa comunidade se desenvolva, tenha renda, emprego pra nós [...] (ENTREVISTADO 6, informação verbal).

No discurso acima podemos perceber que um dos anseios dos comunitários é a geração de renda, por existir um alto índice de desemprego no local, obrigando muitas vezes a população, principalmente jovem a deixar o local pra irem à busca de trabalho.

Constatamos que a falta de organização e planejamento das atividades turísticas é uma das principais problemáticas apontadas pelos entrevistados. Isto fortalece as agências e hotéis que são os responsáveis por levarem os turistas até o local, uma vez que não há uma parceria entre as partes e isso gera conflitos e por serem apontados como “atravessadores” não deixando benefícios econômicos.

[...] Eu trabalho aqui no flutuante com a interação com os botos e a pesca esportiva do pirarucu. Pra que o nosso trabalho pudesse ser feito a gente recebeu curso sobre meio ambiente, conservação da natureza, preservação dos botos na Amazônia, de ecologia, normas pra trabalhar com os botos, como alimentar os botos, boas prática e atendimento ao turismo, como receber o turista pelo SEBRAE, FAS e o governo. É uma experiência muito boa trabalhar com os botos, receber os turistas, trabalhar com o empreendedorismo, aprender como fazer a comercialização do turismo, vender os nossos pacotes, acredito que assim, será melhor pra nós e pra comunidade porque irá gerar emprego também pros moradores daqui. Porque até agora tem gerado pouco desenvolvimento aqui na comunidade, mas, de certa forma o turismo tem gerado benefícios aqui [...] (ENTREVISTADO 4, informação verbal).

Por outro lado, no relato de um comunitário que não está envolvido com as atividades de turismo, é possível destacar que, segundo essa percepção não há TBC na localidade por falta de uma gestão eficiente, assim, como devido a falta de organização comunitária para receber os turistas.

[...] A nossa comunidade recebe muitos turistas, mas, eu não vejo que é um turismo comunitário, porque não gera renda na comunidade não. Falta planejamento nas atividades, não há gestão do turismo, não há reunião aqui na comunidade com a gente. Só tivemos apoio da FAS e do governo (AMAZONASTUR) logo no começo quando foi pra criar a reserva que eles vieram aqui, fizeram reunião pra saber se a gente concordava com a criação da reserva e também sobre o que ia mudar depois que ela fosse criada. Hoje em dia, não temos mais apoio de nenhuma instituição, nem do governo. Eu gostaria muito que o turismo se desenvolvesse aqui pra gerar renda e emprego aqui na nossa comunidade e também que a o pessoal do governo ou da FAS fosse mais atuante, trouxesse curso pra gente aprender como a gente mesmo trazer o turista pra cá, aí ia ser bom porque nós que ia ganhar com o turismo e não as agências e os hotéis como tá acontecendo, só eles ganham [...] (ENTREVISTADO 2, informação verbal).

Mesmo que o TBC exista nos seus aspectos conceituais e nos princípios norteadores, é possível perceber a forma desorganizada e mal planejada dessas práticas, e a ausência de grande parte da comunidade nas determinações das mesmas. Por não estarem totalmente integrados, esses moradores consideram limitados os benefícios do TBC, gerando conflitos.

5.6 Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba: lugar de proximidade e de encontros

A comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba está localizada à margem direita da RDS do Rio Negro, pertencente ao lago do Acajatuba. Fundada no dia 14 de setembro de 1976 pelos primeiros moradores dentre eles a D. Marlene da Silva e seu tio Sebastião Pereira.

Assim como as demais comunidades Amazônicas, ela também teve influência da Igreja Católica por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) cujo principal objetivo é levar a educação básica para as áreas rurais e orientá-los a viver em comunidades.

Seu acesso pode ser realizado por via fluvial em embarcações de pequeno porte, saindo do porto do São Raimundo na cidade de Manaus. Também pode ser acessada por via terrestre pela ponte Rio Negro até o Lago do Ubim no quilômetro 42 da rodovia Manoel Urbano AM-70, e partir deste ponto mais 30 minutos de voadeira até a sede da comunidade. Ou também, até o quilômetro 69 onde há um ramal à direita que dá acesso à prainha e de lá percorrer cerca de 30 minutos de voadeira (Fotografia 43).

Fotografia 43- Vista da sede da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba.



Fonte: Sousa (2015).

Nesta localidade residem cerca de 41 famílias na sede central, totalizando 220 pessoas. Destas foram entrevistados 10 famílias, inseridas nas atividades de turismo, e 5 que não participam, totalizando 15 famílias. Ressaltamos ainda que a predominância nessa comunidade é do gênero masculino.

Sua organização é bastante coesa, no sentido das casas em geral serem próximas umas das outras, na sua grande maioria de madeira, favorecendo assim a sociabilidade entre os moradores. É também organizada a partir da Associação Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e pela Associação de Artesanato Sustentável Grupo Japiim, com 15 artesãos associados. Há duas denominações religiosas no local, uma é católica, denominada Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - a padroeira da comunidade (Fotografia 44) e outra evangélica, com duas igrejas (Assembleia de Deus e Presbiteriana).

Fotografia 44- Igreja Católica.



Fonte: Sousa (2015).

No penúltimo sábado de cada mês de julho comemoram-se os festejos religiosos católicos, com procissão, e no final é servido um jantar para os comunitários e visitantes. Há também a festa do Sagrado Coração de Jesus com apresentação de danças folclóricas (Fotografia 45) organizadas pela escola municipal.

Na ocasião são vendidas comidas típicas tais como: bolo de macaxeira, bolo de milho, bolo podre, pé-de-moleque, pudim, churrasco, peixe, sucos de frutas, mungunzá, mingau de banana, vatapá, pipoca, dentre outros. E em setembro comemora-se o aniversário da comunidade.

Dentre os peixes mais conhecidos e consumidos nas comunidades do Amazonas estão, a saber: o jaraqui, acará, tucunaré, pacu e a piranha.

Os moradores organizam um campeonato de futebol do time Corinthians, que reúne a comunidades da RDS e turistas. O futebol é uma tradição em todas as comunidades ribeirinhas da RDS. É nos finais de tarde, que seus moradores desfrutam do seu tempo livre.

Esse momento de socialização entre os moradores e seus visitantes, proporciona momentos de aprendizagem, troca de conhecimentos e interação (DUMAZEDIER, 2008).

As manifestações culturais fazem parte do patrimônio imaterial da comunidade e são tradição em Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Acajatuba, com danças e vendas de iguarias regionais, além de representar o simbolismo (imaginário) retratando a realidade local.

Fotografia 45- Quadrilha mirim Ciranda do Coração.



Fonte: Sousa (2016).

A relação com o lugar, seus sentidos e seus significados configuram-se para além dos espaços físicos e geográficos. O uso desses espaços, todavia é socialmente reproduzido conforme discutido por Santos e Silveira (2001). No entanto, é importante frisar que o simbolismo imbricado na cultura é que determina a forma como cada sujeito se auto identifica.

É nesse contexto que, o patrimônio cultural de uma localidade é visto como um elemento de afirmação das singularidades de determinado local por promover a reafirmação da identidade da população autóctones e ao mesmo tempo incentivar, valorizar e preservar sua cultura e tradições (FIGUEIREDO, 2008, p.7).

Na região do Rio Negro há muitas formas representativas de mostrar suas histórias, cultura e seu modo de viver. Um deles é o tradicional banho de rio praticado pelos moradores de todas as gerações (Fotografia 46).

Fotografia 46- Crianças tomando banho no rio.



Fonte: Sousa (2015).

Para Pires (2010) o meio rural é percebido em sua complexidade como lugar de construção, organização, ou seja, um local de amplas possibilidades de lazer qualidade de vida, assunto que iremos abordar a seguir:

A comunidade possui uma Escola Municipal de Ensino Fundamental com 8 crianças matriculadas na Educação Infantil, 65 alunos do 1º ao 9º ano, e 42 alunos do (1º ao 3º ano do Ensino Médio (as aulas são via SAT). Também possui posto de saúde com um médico (Clínico Geral), uma enfermeira, uma microscopista (que faz a coleta de material para identificação da malária, doença mais comum entre crianças e adultos), e uma agente de saúde, que faz o acompanhamento das famílias, trabalho de prevenção de doenças (Fotografia 47 e 48).

Fotografia 47- Escola.**Fonte:** Sousa (2015).**Fotografia 48-** Posto de saúde.**Fonte:** Sousa (2015).

Possui um centro comunitário, energia elétrica do “Programa Luz Para Todos”, poço artesiano, telefone rural, celular particular (operadora VIVO), campo de futebol, mercearias, uma pousada comunitária (em construção), restaurante e uma loja de artesanato (Fotografia 49).

Com relação às atividades econômicas, destacam-se o Turismo, o artesanato, carpintaria, funcionalismo público, o comércio, a pesca e agricultura familiar (mandioca, macaxeira, abacaxi, cará, banana, cebola, cheiro-verde e couve).

O grupo de artesanato denominado Japiim é composto por nove artesãos pertencentes a uma só família (mãe, filhos, filhas, nora e sobrinho). Quanto à divisão dos lucros, os artesãos recebem conforme a produção individual. Nesse caso, os saberes tradicionais contribuem para o entendimento e diálogo da produção popular com a cultura de massa e a indústria cultural, em especial com a intensa urbanização a partir do século XX (FROTA apud FERREIRA JÚNIOR, 2015).

As peças principais produzidas no grupo são: colares, brincos, pulseiras, entalhes em madeiras, abanador, dentre outros. São confeccionadas com materiais retirados nas cercanias da própria comunidade, como as sementes de açaí, cascas, frutos, cipós, fruto da seringueira, tentos (de cores variadas), morototó, semente de abacaba, pelo de porco-espinho, lágrima de Santa Luzia, malva e cipó-jussara.

Os artesãos receberam cursos de aperfeiçoamento dos órgãos do Estado do Amazonas (Empresa Estadual de Turismo-AMAZONASTUR, Centro de Educação Tecnológica do Amazonas-CETAM, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC) e pela Fundação Amazonas

Sustentável-FAS, além de participarem também de feiras de artesanato em outros estados e no exterior.

O artesanato nas políticas públicas do Estado do Amazonas é visto como uma economia criativa produzida de forma coletiva pelas comunidades e associações, como alternativas para resolver questões referentes ao processo de reprodução social e econômica e se reproduz de acordo com os diferentes processos históricos vividos por esses povos tradicionais, resultando em formas e técnicas específicas de fazer (CRUZ et al. p. 47, 2016).

Assim, “as comunidades garantem a sua reprodução física e social, consubstanciada numa prática social, que se relaciona a um modo de criar, de fazer e de viver” (SHIRAISHI, p. 30, 2007).

Nessa perspectiva, os artesãos criam peças inspiradas em sua cultura, seus costumes, aliando a preservação ambiental à identidade cultural.

Nesse trabalho, observou-se que há também uma relação com o turismo como um processo central na reconstrução e legitimidade de sua identidade. A atividade turística tem uma importância significativa para os artesãos para obtenção de renda, atrelando a venda de artesanato.

Fotografia 49- Loja de artesanato.



Fonte: Sousa (2016).

Fotografia 50- Artesã criando peças.



Fonte: Sousa (2016).

No que diz respeito aos sujeitos entrevistados, a faixa etária média predominante dos representantes das famílias é de 20 a 70 anos de idade. Destes, 33,33% são do gênero masculino e 66,67% feminino (Tabela 8). Nas entrevistas foi verificado que o gênero feminino era maioria, isto se deu devido os homens estarem trabalhando.

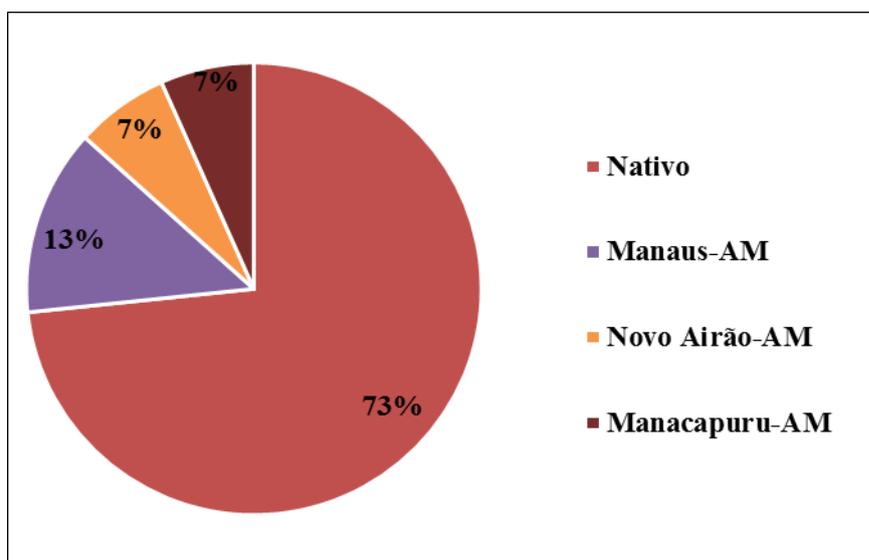
Tabela 8- Gênero dos entrevistados da comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Acajatuba.

GÊNERO	QUANTIDADE	%
Masculino	5	33,33%
Feminino	10	66,67%

Fonte: Sousa (2016).

Em relação ao local de nascimento dos entrevistados, verificou-se que 73% são nativos, enquanto que, 13% são de Manaus, 14% nasceram em Municípios do Estado do Amazonas (Novo Airão e Manacapuru), como se pode observar no (Gráfico 6).

Gráfico 6- Procedência dos entrevistados da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba.



Fonte: Sousa (2016).

5.6.1 Dos rios, às matas, visita à casa do caboclo: o TBC na minha comunidade

A forma como o TBC acontece na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba é evidenciada nos relatos dos moradores de duas formas: o TBC é percebido como forma de receber visitantes na comunidade, que para alguns, devem ser recebidos de forma agradável e acolhedora, no que diz respeito à relação entre visitante e visitado. O TBC também é percebido como uma atividade dúbia, com a desconfiança de que realmente produz os benefícios que são geralmente promulgados, quando é tratada como atividade econômica.

[...] Apesar de haver muita visitação boa de turistas aqui na comunidade, não há lucro e geração de renda, porque ainda há muita invasão de barcos trazendo turistas pra cá, mas, eles só passam por aqui, mas, não compram nada, (risos) e isso não   bom, a gente quer que eles venham aqui, comprem nosso artesanato, visite as nossas casas, n , passeie pela nossa comunidade, e isso não acontece muitas das vezes [...] (ENTREVISTADO 1, informa o verbal).

Na primeira fala, identificamos que o número de visita o   considerável, porém, o comunitário deixa claro que não há gera o de renda e envolvimento comunitário de forma expressiva nas atividades, devido   falta de parcerias entre as empresas que levam turistas e os residentes que os recebem. A falta de planejamento turístico compromete a atividade e desestimula os receptores, uma vez que, o turista o visita, mas, não se hospeda, nem compra seus artesanatos.

Neste caso   pertinente considerar as políticas públicas e suas implica es no âmbito social, espacial, cultural e econ mico, voltadas para as áreas protegidas de uso sustentável como   o caso da RDS-Rio Negro, juntamente com a liderança comunitária e as Institui es Públicas (AMAZONASTUR e DEMUC), privadas (agências de viagens e hotéis) e a ONG (Fundan o Amazonas Sustentável-FAS), para estabelecerem metas e organizarem as atividades de TBC.

Vejamos que os discursos são diferentes dependendo do olhar de cada um, como observamos na segunda narrativa:

[...] Logo no início, quando foi pra criar a reserva o pessoal da Secretaria do Meio Ambiente, o IBAMA, pessoal do Governo n , veio aqui e falaram que ia ser criada a reserva e que a partir dali, a gente não podia mais trabalhar com madeira, só se fosse pra consumo da comunidade, como constru o da escola, do centro comunitário, de casas, barcos, canoas, essas coisas assim, e que também a gente não podia mais tirar os recursos da floresta sem permissão, daí muita gente não aceitou n , mas, depois de muita conversa a comunidade concordou com a cria o da reserva n . E aí depois veio a FAS com a proposta do turismo comunitário, a gente achou bom né, porque a comunidade já recebe turistas desde de 1980 e na época do Ariaú, era muito bom, muito bom, porque muitos daqui trabalharam l , tinha emprego n ,   um hotel muito grande, bonito, vinha muito estrangeiro pra cá, eles compravam nosso artesanato, a gente vendia bem mesmo. Mas, ainda hoje a gente vende o nosso artesanato, a gente dar curso pros artesãos das outras comunidades e também pra quem quiser n , aprender (risos). Só que as vendas caíram muito depois que o hotel fechou, porque os turistas que vem aqui eles veem aqui na loja, às vezes compra um colar, ou uma pulseira, às vezes só olham acham bonito mas, não compram (risos), mas, com tudo isso eu acho bom o turismo aqui, a gente vive disso n ,   de onde tiramos o sustento de minha família. S  acho que deve ser mais bem planejado, pra que não só as agências ganhem com o turismo, mas, a comunidade também, porque se houvesse uma pousada, ou um hotel aqui seria bom. Mas, a Amazonastur t  construindo uma pousada comunitária tem bem quatro anos e nunca termina, se ela terminasse seria bom porque ia dar emprego pro povo daqui n , e assim, ia melhorar muito [...] (ENTREVISTADO 3, informa o verbal).

Outros relatos nos apresentam a forma como acontece o TBC na comunidade:

[...] Falta muito pra acontecer um turismo comunitário de fato, sabe porque, não há participação da comunidade não. Eu vejo só o pessoal do artesanato e mais ninguém, porque aqui não tem pousada, tem uma aí que a Amazonastur tá fazendo já tem bem uns quatro anos e ainda não terminou, (risos), aqui só tem um restaurante, só, e o artesanato. Olha o turismo é bom, dar dinheiro, mas, a gente é que não sabe explorar, assim, não destruindo o meio ambiente, não, porque a gente vive da nossa floresta, dos nossos rios, é daqui que vem o nosso sustento, porque aqui a gente trabalha com a pesca com a agricultura familiar, tá entendendo, então, se tivesse alguém pra ajudar nós era bom, né, porque quando vem gente da FAS aqui dar curso, a comunidade às vezes nem sabe porque o convite só chega lá na casa do artesanato, mas, a gente quer também trabalhar com o turismo, quer fazer cursos, pra aprender a receber o turista né. Então, eu acho que falta incentivo do governo e da FAS, porque sabendo fazer o turismo gera emprego e desenvolve a comunidade, com infraestrutura melhor até mesmo pra gente daqui da comunidade [...] (ENTREVISTADO 5, informação verbal).

[...] Eu sou artesã e trabalho com artesanato já tem um tempo já, junto com a minha família. A gente utiliza o próprio recurso da floresta pra fazer os colar, pulseiras e todas as peças que a gente cria né, são tirada daqui da comunidade as sementes, a madeira, cipó, tudo que a gente usa. Eu gosto de fazer as peças, gosto de receber os turistas aqui na minha comunidade, poder mostrar o nosso trabalho pra eles. E também porque agora a gente tem ajuda da FAS e do SEBRAE com cursos pra gente aperfeiçoar o nosso artesanato e eu gosto muito porque a gente também tem curso de como receber o turista, como a gente pode melhorar as vendas, como colocar os preços nas peças, como planejar a nossa produção, parte financeira. A gente ensina também outras pessoas de outras comunidades daqui da reserva porque o nosso artesanato aqui é referência né. Os cursos são muito bons porque eles trazem mais conhecimento pra gente, mas, sem deixar perder a nossa essência né ou seja o nosso conhecimento tradicional, isso que é bem legal [...] (ENTREVISTA 7, informação verbal).

[...] O turismo depois que a FAS veio ajudar a gente no turismo comunitário pra mim é muito bom porque envolve a comunidade e os visitantes, porque antes os turistas vinham pra cá mas, só de passagem nem falavam com a gente. Hoje, eles vem visitam a loja de artesanato, compram o nosso artesanato, elogiam o nosso trabalho né e comprando eles divulgam lá foram né. Eu sou artesão e faço esculturas em madeiras, essas que tem aqui na loja foi eu que fiz, eu aprendi com o meu avô e desde lá nunca deixei de fazer. O meu trabalho serve de exemplo pra outros artesãos que querem trabalhar esculpindo também né. Dessa forma eu aprendi a cuidar da natureza sem prejudicar ela, porque com isso eu vou ter todo tempo matéria prima pra trabalhar, não só eu mas, todos daqui da comunidade. A fundação pra mim tem um papel muito importante porque ela foi quem nos trouxe os cursos junto com o SEBRAE e ela que nos apresentou Rede ASTA que é uma Instituição que compra o nosso produto e divulga lá fora através de um catálogo com as nossas peças feitas em cada curso que a gente faz. O nosso artesanato é divulgado em todo Brasil. o bom do turismo comunitário é isso esse envolvimento da comunidade não só com os turistas, mas, também com as Instituições porque elas são importantes pra nós, pra fazer essa divulgação e pra trazer cursos [...] (ENTREVISTADO 10, informação verbal).

Pode-se dizer que a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) desempenha o papel de mediadora nas relações sociais, espaciais e política com o intuito de atender os anseios e perspectivas dessas comunidades.

Para tal é importante que se faça o planejamento das atividades turísticas juntamente com a participação dos residentes de cada localidade para que juntos possam desenvolver estratégias de gestão, comercialização e estruturação dos roteiros turísticos.

Percebeu-se também, por meio da pesquisa de campo que é ínfimo o número de famílias participantes nas atividades de TBC nas seis comunidades, limitando-se apenas aos líderes e nas famílias empreendedoras (donos de pousadas, restaurantes e artesanato).

6 GESTÃO DO TBC NA VISÃO DOS JOVENS PROTAGONISTAS DA RDS

6.1 Análise das fortalezas e fraquezas (fatores internos) e das oportunidades e ameaças (fatores externos)

Utilizamos como metodologia a Matriz SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) como forma de coleta de dados, com o intuito de identificar os fatores internos (Fortalezas e Fraquezas) referente ao desenvolvimento do turismo nas comunidades estudadas pertencentes à RDS do Rio Negro na margem direita.

Para compreendermos melhor os fatores internos e conflitos nas 6 comunidades estudadas, foi realizada uma oficina sobre o turismo com 10 jovens (que representavam a suas comunidades).

Na oficina, primeiramente abordamos a Matriz SWOT, sua importância e como executá-la, e em seguida proferimos uma palestra sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC), na perspectiva de gestão e desenvolvimento local. Ao final, os participantes pontuaram os principais conflitos e benefícios advindos da criação da RDS-Rio Negro e o projeto de turismo gerido pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) a partir das particularidades de cada comunidade.

Após a explanação, foram distribuídas tarjetas em cores diversificadas (azul, rosa, branca e verde) correspondentes aos elementos que se pretendiam identificar de acordo com os objetivos da pesquisa. Sendo assim, os comunitários elencaram nas tarjetas de cor azul as fortalezas, nas rosas as oportunidades, nas brancas as fraquezas e nas verdes as ameaças existentes em suas localidades (Fotografia 51).

Fotografia 51- Participantes da Oficina.



Fonte: Sousa, (2016).

As tarefas foram distribuídas para cada participante, e ao final, as tarjetas foram coladas em um painel de papel madeira para uma melhor visualização e explicação de cada item colocado pelos comunitários para construção da matriz. A interação se deu no centro comunitário da comunidade São Thomé e logo após, do término da estratégia metodológica, foi realizada uma roda de conversa, onde foram discutidos os elementos apontados pelos residentes conforme o (Quadro 6).

Quadro 6 - Elementos apontados pelos participantes da oficina de TBC.

FATORES INTERNOS	FATORES EXTERNOS
<i>FORTALEZAS</i>	<i>OPORTUNIDADES</i>
Receptividade; Atuação dos jovens nos projetos da comunidade e RDS; Apoio de Instituições (FAS, DEMUC e AMAZONASTUR). Conservação dos recursos naturais; Preservação da cultura local; Melhoramento da infraestrutura para o turismo e educação; Aperfeiçoamento artesanato; Fortalecimento do grupo de artesãos e lideranças; Ambiente tranquilo e seguro.	Fortalecimento das Associações Comunitárias; Cursos de empreendedorismo; Cursos sobre trilhas e conservação ambiental; Palestras sobre turismo e gestão; Equipamentos para fazer os transportes comunitários (barcos, canoas, etc); O turismo como fator de desenvolvimento local; Geração de renda; Professores capacitados para atuar na educação; Projetos jovens protagonistas da RDS; Empoderamento comunitário.
<i>FRAQUEZAS</i>	<i>AMEAÇAS</i>
Conflitos sociais (desunião entre os comunitários); Ausência da atuação do Governo; Falta de Internet; Falta de energia com frequência na comunidade; Falta de transporte para transportar os turistas; Falta de planejamento das atividades turísticas; Queimadas; Precariedade na saúde; Vendas de terras na comunidade; Falta de participação dos comunitários em reuniões.	Falta de comprometimento; Falta de sinalização turística nas trilhas; Invasão de terra nas comunidades; Escolas com Ensino Médio em algumas comunidades; Deslocamento e transporte; Ausência de posto de saúde; Lixo na comunidade; A não comercialização do turismo por parte dos comunitários devido à ausência de internet; Ausência de fiscalização na RDS pelos órgãos responsáveis. Desemprego.

Fonte: Org. por Sousa (2016).

Na matriz acima, observam-se os principais fatores identificados pelos comunitários das (6) seis comunidades.

Diversas foram às fortalezas identificadas sobre o TBC na RDS, destacando que a receptividade foi pontuada por todos os moradores participantes da oficina como um fator importante para o fortalecimento do turismo e a inserção de novas propostas para melhorar as condições em que se encontram atualmente as comunidades. Outro item listado e identificado foi a atuação dos jovens nos projetos das comunidades e da RDS e o apoio das Instituições (FAS, DEMUC e AMAZONASTUR) em melhorar a infraestrutura, conservação dos recursos naturais, preservação da cultura, ofertas de cursos, palestras e oficinas de capacitação e a segurança e tranquilidade no lugar.

Embora, tenham sido elencadas as ações das Instituições Governamentais e Não Governamentais, os mesmos admitem a falta de comprometimento dos poder público em se tratando de implementação de políticas públicas e da ONG em mobilizar e incentivar a comunidade em participar de forma significativa dos eventos, e isso é percebido como fraqueza.

Sob essa ótica, Rochadelli et al. (2008, p. 421) afirmam que é de suma importância a participação dos residentes nas atividades em prol do fortalecimento do local, acreditando que a organização comunitária têm mais facilidades para dialogar e desenvolver a autoconfiança ao se expressar.

Outro ponto fraco é a desunião entre os comunitários e o desinteresse em preservar o local limpo e conservado, e também em participar das reuniões sobre assuntos relativos à melhoria na localidade.

Quanto aos fatores externos, como oportunidade foram apontados o fortalecimento das associações comunitárias, os cursos de empreendedorismo e o turismo, todos vistos como oportunidades de geração de renda, de modo que possam proporcionar alternativas econômicas e empoderamento comunitário.

A partir desse entendimento torna-se necessário evidenciar as ameaças identificadas: queimadas; o lixo que muitas das vezes é jogado às margens dos rios e igarapés, ameaçando os recursos naturais e o desenvolvimento do turismo; o deslocamento e o transporte, em se tratando de logística para chegar às comunidades; a ausência de posto de saúde; as invasões de terra (vendas ilegais); a falta de escolas com ensino médio; a falta de comercialização e divulgação do turismo; a ausência de fiscalização na RDS pelos órgãos responsáveis e o alto

índice de desemprego, ocasionando a migração dos jovens para Manaus e municípios vizinhos em busca de novas oportunidades.

Neste sentido, a Matriz SWOT foi um importante instrumento metodológico que permitiu conhecer as transformações que ocorreram antes e durante a implantação da RDS do Rio Negro, assim como, elucidar a gestão do turismo em cada localidade.

As seis comunidades possuem uma forma de organização comunitária diferente uma das outras em relação às iniciativas de TBC. Em Nossa Senhora do Perpétuo do Socorro do Tumbira, São Thomé e Santo Antônio do Lago do Acajatuba, por exemplo, não existem empreendimentos comunitários como Pousadas e/ou Restaurantes. O modelo de gestão é o associativismo (registrados em cartório, com CNPJ, estatutos, atas, eleições, dentre outros) e o empreendedorismo individual com pousadas particulares, formalizadas e regularizadas, responsáveis por estruturar os roteiros turísticos e fazer a comercialização direta com os turistas e as agências de viagens e hotéis. Nesse sentido, a pousada do Garrido, a pousada Jacaré, pousada São Thomé e pousada Caboclos House são as responsáveis por consolidar o TBC nessas três localidades, assim como o empreendimento Recanto dos Botos.

A ausência de completa inserção nos direcionamentos sobre o turismo realizado na RDS indica a distância entre a gestão do turismo e a comunidade, principalmente no que poderíamos entender como “gestão coletiva”. Em alguns casos a comunidade atua apenas nos empreendimentos econômicos em prol do fortalecimento do turismo.

Já nas comunidades Santa Helena do Inglês, onde está instalada uma pousada e restaurante comunitário, e em São Sebastião do Saracá, com apenas um restaurante comunitário, a gestão funciona de maneira diferente por estar relacionada à coletividade e inserção dos comunitários na atividade turística.

E em Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba, por não existir nenhum meio de hospedagem, o TBC é organizado pelo grupo de artesãos e pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), por meio de diretrizes e interação com a comunidade no sentido de captar recursos financeiros e proporcionar capacitação técnica na busca pelo desenvolvimento local.

Portanto, em relação à gestão dos TBC, caracterizada inicialmente a partir da relação com os empreendimentos turísticos tradicionais, todas as comunidades dependem das agências de viagens, hotéis, pousadas e da FAS para receber turistas, em maior ou menor grau, como ilustrado na (Figura 3).

Figura 3- Organização do modelo de Gestão do TBC.



Fonte: Sousa (2016).

A venda dos pacotes turísticos é efetivada por meio das empresas de turismo responsáveis pelo contato direto com os turistas, devido às dificuldades com os meios de comunicação. Elas fazem a intermediação com as lideranças comunitárias em relação à visitação turística. Muitas das vezes elas se responsabilizam pela formatação dos pacotes (organização dos roteiros), ficando sob responsabilidade dos donos de empreendimentos hoteleiros e gestores a organização da logística (hospedagem, alimentação e receptividade).

A participação comunitária e as associações exercem um papel importante na articulação externa de apoios financeiros e técnicos de diferentes segmentos, desde as organizações não governamentais, como a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), às governamentais, como o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM - instituição educacional estadual que oferta cursos técnicos), a Empresa de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR), o Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DEMUC) e o Serviço Brasileiro de Apoio Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), na tentativa de promover o fortalecimento do TBC e melhorias das condições de vida dos moradores.

Nesse contexto, os processos de gestão do TBC nas comunidades são perpassados pelas disputas de poder, tomadas de decisões em função das articulações comunitárias e capital social dos grupos, grau de participação e partilha dos ganhos com a atividade de turismo. Essas configurações ocorrem nas seis comunidades de forma diferenciada.

Nas comunidades onde só existem empreendimentos privados, como Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira, São Thomé, Santo Antônio do Lago do Acajatuba e Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Acajatuba, a gestão e a repartição dos ganhos são realizadas de forma individual, considerando a lógica do mercado, se contrapondo às ideias associadas à distribuição de forma equitativa da renda, contrária ao mercado convencional por serem pautadas nas premissas da autogestão, associativismo e apropriação dos benefícios que são

gerados por meio do investimento em projetos de caráter social vinculados à propostas de TBC ou de produção (MALDONADO, 2009).

Já em Santa Helena do Inglês e São Sebastião do Saracá, onde as iniciativas são comunitárias, a gestão apresenta-se mais coletiva, pois são as famílias da comunidade que atuam no TBC, ou seja, os beneficiados são aqueles que desempenham alguma função nos empreendimentos (Pousada e Restaurante). Cabe mencionar aqui que não há repartição entre todos os moradores da comunidade dos dividendos da prática do turismo, ocasionando assim eventualmente quebra de acordos firmados com as associações comunitárias e na fragilidade de governança das Instituições que atuam no local, além, de conflitos sociais.

Outra fragilidade identificada refere-se à falta de compromisso por parte dos associados em pagar as mensalidades visado o funcionamento das associações em benefício da comunidade. Logo, acredita-se que a falta de uma gestão que efetivamente leve em consideração o sentido de comunidade e do coletivo, pode comprometer a atividade turística nesses locais e a própria comunidade.

Até aqui procuramos apresentar os fatores internos e externos conforme as observações dos moradores das seis comunidades da RDS Rio Negro. Nos itens seguintes vamos conhecer as formas de organização política por meio do olhar dos agentes que vivenciam o lugar e as observações feitas na pesquisa de campo.

6.2 As formas de Organização Política nas comunidades da RDS Rio Negro

O campo político-organizacional nas seis comunidades dividiu-se em: associação de moradores, associação de clubes de futebol, Associação de Comunidades Sustentáveis (ACS) da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro, associação de pescadores, associação dos artesãos, e Projeto Jovens Protagonistas da Floresta. Como apoiadores externos temos a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) com o Programa Bolsa Floresta (componentes renda e social para as iniciativas de Turismo), o Conselho Deliberativo (Órgão Gestor o Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação-DEMUC) e a Rede Rio Negro.

Na RDS do Rio Negro, as iniciativas de TBC contam com o apoio de ONGs que estabelecem parcerias com o governo e empresas privadas, a fim de captar recursos e financiamentos para as diversas ações, tais como: infraestrutura para o turismo, capacitação, treinamentos, fortalecimento e resgate da cultura local, dentre outros.

O Governo do Amazonas, representado pela Empresa de Turismo Amazonastur, apoia a comercialização do TBC e em cursos de capacitação e formação para os comunitários. Por outro lado, atua o Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DEMUC) na fiscalização das áreas protegidas e implantação de políticas públicas.

A região do Rio Negro é considerada um espaço importante por concentrar parte dos recursos naturais reconhecidos como patrimônio sociocultural, e também é um cenário de destaque onde os povos que ali habitam reproduzem seus saberes tradicionais para a preservação da cultura local e da natureza. Além de ser considerada relevante para economia local, seja por sua localização estratégica ou por seus recursos naturais: a “Amazônia, considerada um dos mais significativos espaços de confronto entre as propostas desenvolvimentistas e ambientalistas na atualidade é palco de conflitos socioambientais” (MOURA; CASTRO, 2012, p. 23). Os movimentos socioambientais na Amazônia, desde a década de 1980, contribuíram para que as populações tradicionais passassem a ser vistas como protagonistas e agentes importantes na conservação da natureza por valorizar os processos reprodutivos assim como também, ao reconhecimento dos seus direitos sociais (CASTRO, 1997).

Dessa forma, os modelos desenvolvimentistas tenderam a ser mais democráticos participativos e de importância para economia local. Esse quadro produz um potencial com significativas alternativas para o mercado ecológico (LENSL, 2006; ACSELRAD, 2004; BLOWERS, 1997; SPAARGAREN e MOL, 1992) por incorporar os cuidados com a conservação dos recursos naturais e tentar envolver as populações tradicionais no processo de gestão. Entendemos que a RDS Rio Negro sofre influência de outros campos de relações, tais como o campo político incluindo os representantes do poder público e o campo econômico.

Dentro dessa perspectiva, o campo são espaços sociais criados pelos agentes que neles se encontram envolvidos e se enfrentam por estabelecerem relações objetivas, tomadas de posições, confronto, tensão, lutas, poder e disputas conforme a sua posição no campo de forças, haja vista, as transformações (BOURDIEU, 2004).

As políticas de desenvolvimento amazonenses, tal como a Política Estadual de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, contribuíram para o reforço do discurso sobre a questão ambiental e as possíveis criações de Unidades de Conservação, a fim de amenizar os conflitos socioambientais existentes no que diz respeito ao uso dos recursos naturais, gestão e controle.

O estado do Amazonas possui uma grande “vulnerabilidade em se tratando de mudanças climáticas, mas, que ao mesmo tempo têm sua parcela de contribuição por agregar

em seu território aproximadamente 98% de florestas e ao mesmo tempo a necessidade de se prevenir as emissões de gases de efeito estufa por meio do desmatamento” (LEITE; ROESSING NETO, 2010, p.13).

Nesse contexto, o estado do Amazonas por meio da Política Ambiental, Lei Estadual de nº 3.135/2007, regulamentou os mecanismos jurídicos, políticos e econômicos em prol da conservação e gestão de seus recursos naturais e o comprometimento do governo voltado para as questões socioambientais.

Essas ações culminaram com a criação da Lei Ordinária nº 3.135, de 5 de junho de 2007, que instituiu a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. E em seguida, com a Lei complementar nº53, de 05 de junho de 2007, foi criado o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), pela Assembleia Legislativa, a fim de estabelecer os critérios normativos para a implantação e gestão de Unidades de Conservação sob a jurisdição do Estado. E, por último, o Decreto nº 28.390, de 17 de fevereiro de 2009, que instituiu o Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas Globais, Biodiversidade e Serviços Ambientais.

O cenário político de desenvolvimento regional incorporaria o discurso do desenvolvimento sustentável, pautado no conhecimento técnico-científico procurando estabelecer uma relação “amigável” no sentido de estabelecer ações estratégicas para uma política governamental eficiente em se tratando das questões socioambientais, incentivo a pesquisa, monitoramento das Unidades de Conservação e programas destinados ao pagamento de serviços ambientais, monitoramento e a fiscalização, como por exemplo, o Programa Bolsa Floresta (PBF).

As políticas públicas de Turismo estão atribuídas às ações sociais do governo nos espaços construídos para o turismo. No Amazonas, se consolidou a partir do “Plano Estadual de Turismo do Amazonas - Victória Régia” iniciando em 2008 a 2011, elaborado pela Empresa de consultoria “Indústrias Criativas” segunda informação do (AMAZONAS, 2008), baseado nos Planos Nacionais de Turismo (PNT). Além, dos Planos Arranjo Produtivo Local – APL de Turismo Ecológico e Rural e o Plano de Turismo do Estado (PET) de 2003 a 2014.

Dentro desse novo discurso, o Governo do Amazonas representado pela Empresa Estadual de Turismo Amazonastur, juntamente com o Fórum Estadual de Turismo tem assumido, sobretudo, um papel de articulador no cenário mundial em busca de novas oportunidades mercadológicas em se tratando de colocar o “Amazonas” em lugar de destaque por estar geograficamente localizado no coração da Amazônia e dispor potenciais para atividades turísticas sustentáveis.

Assim sendo, convém destacar que ainda não há uma Política de Turismo completa voltada para o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas conforme os documentos oficiais analisados. Entretanto, o que existe é apenas uma estratégia de marketing em torno da “marca Amazonas”, pois, ações discutidas no Fórum e nas reuniões pelo Trade (agências de viagens, operadoras de turismo, e os meios de hospedagens) dentre outros, não são colocadas em práticas pelos gestores responsáveis pelo planejamento do turismo.

O modelo de desenvolvimento é centralizado, não integrado e nem participativo, pois, apesar de pressupor que as comunidades tradicionais estejam incluídas no processo de gestão, elas aparecem apenas no discurso para legitimar a implantação de políticas públicas de turismo em áreas protegidas do estado, discurso presente no Plano Victória Régia.

Vale ressaltar que o Trade turístico e os representantes do terceiro setor tais como: a ABBTUR-AM, o Amazonas *Convention & Visitors Bureau* e a Abrajat-AM na maioria das vezes não é informado sobre tais ações envolvendo o turismo na região, ou seja, a Amazonastur é quem toma todas as decisões.

Por outro lado, não podemos considerar o estado do Amazonas ausente nas seis comunidades estudadas, uma vez que foram identificadas ações em todas as esferas tais como: educacional, com a construção de escolas, pousadas comunitárias, saúde, habitação, Projeto Bolsa Família (com o projeto de TBC), capacitação por meio de cursos, palestras, oficinas, dentre outras. Mesmo com essa atuação, inclusive nas práticas de turismo, essas ações são pontuais e sem planejamento.

Contudo, diante do fracasso do sistema de gestão baseadas em políticas centralizadas, muito esforço tem que ser desprendido para que de fato o TBC aconteça de forma organizada e possa contribuir para alternativas econômicas criativas. Para tal, é necessário que haja planejamento das atividades, participação, e uma boa relação com todos os sujeitos envolvidos, para que sejam implementadas políticas públicas de turismo que levem em consideração as comunidades ribeirinhas amazônicas, contemplando o fortalecimento social, o empoderamento e que ao mesmo tempo gere atividades sustentáveis em prol da conservação ambiental e sociocultural com alternativas de geração de renda.

Mediante esta perspectiva, e das ações pontuais e descoordenadas, tem se incluído, de uma certa forma, as comunidades tradicionais ribeirinhas nas decisões que envolvam o uso de seus territórios e a apropriação do patrimônio natural de forma sustentável por meio da criação dos conselhos gestores como uma das ferramentas de execução à gestão sociopolítica na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro (RDS), pelo menos para assegurar as normas estabelecidas pelo SNUC e suas representatividades no planejamento da gestão e de

todas as atividades envolvendo os seus territórios, assim como dar autonomia nos processos decisórios.

As Unidades de Conservação (UC) tem seus próprios conselhos e eles são presididos por um órgão, seja da esfera federal, estadual ou municipal. No caso da RDS Rio Negro, quem preside é a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e o Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DEMUC), cujo objetivo principal é a gestão compartilhada.

Segundo os dados da SEMA, atualmente existem no Amazonas 42 unidades de conservação estaduais, destas apenas 26 possuem conselhos gestores (SEMA, 2016), sendo divididos em Conselho Gestor Consultivo, funcionando como um espaço de discussões e negociações referentes as questões sociais, ambientais, econômicas e culturais relacionadas a UC; e Conselho Deliberativo, para dar autonomia a sociedade civil o poder de votar e decidir sobre a situação da UC (Fotografia 52).

Fotografia 52- Reunião do Conselho Deliberativo da RDS-Rio Negro, AM.



Fonte: Sousa, (2015).

Na tentativa de compreender as formas de organização da rede de articulação política na RDS Rio Negro e como elas se relacionam, foi necessário elucidar os órgãos governamentais e não governamentais que constituem o Conselho Gestor (Organograma 1), a saber: o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação, a Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR) e prefeitura do município de Novo Airão, AM. E como

Organizações Não Governamentais: o Instituto Socioambiental (ISA) e a Fundação Amazonas Sustentável (FAS).

Figura 4- Organograma das Instituições que são parceiras do Conselho Gestor da RDS Rio Negro.



Fonte: Sousa (2016).

Os agentes sociais descritos a cima, têm funções e objetivos diferentes no campo político, econômico e social da RDS, entretanto, eles se articulam e interagem no sistema sociopolítico, corroborando com a gestão e os seus elementos de governabilidade.

A partir dos debates teóricos e empíricos da pesquisa, foi possível constatar a existência de inúmeros conflitos sociais na RDS Rio Negro desde a sua criação, seja pela falta de percepção, entre os comunitários, sobre os processos de gestão turística e outras atividades para geração de renda, e a dificuldade de relacionar lógicas de mercado e lógicas comunitárias (as cooperativas não serviram de modelo nesse caso), seja pela dificuldade de relacionamentos entre comunidades, governo e ONG, no que diz respeito à função dos conselhos em prol da melhoria e dos benefícios gerados ou pela forma de governabilidade.

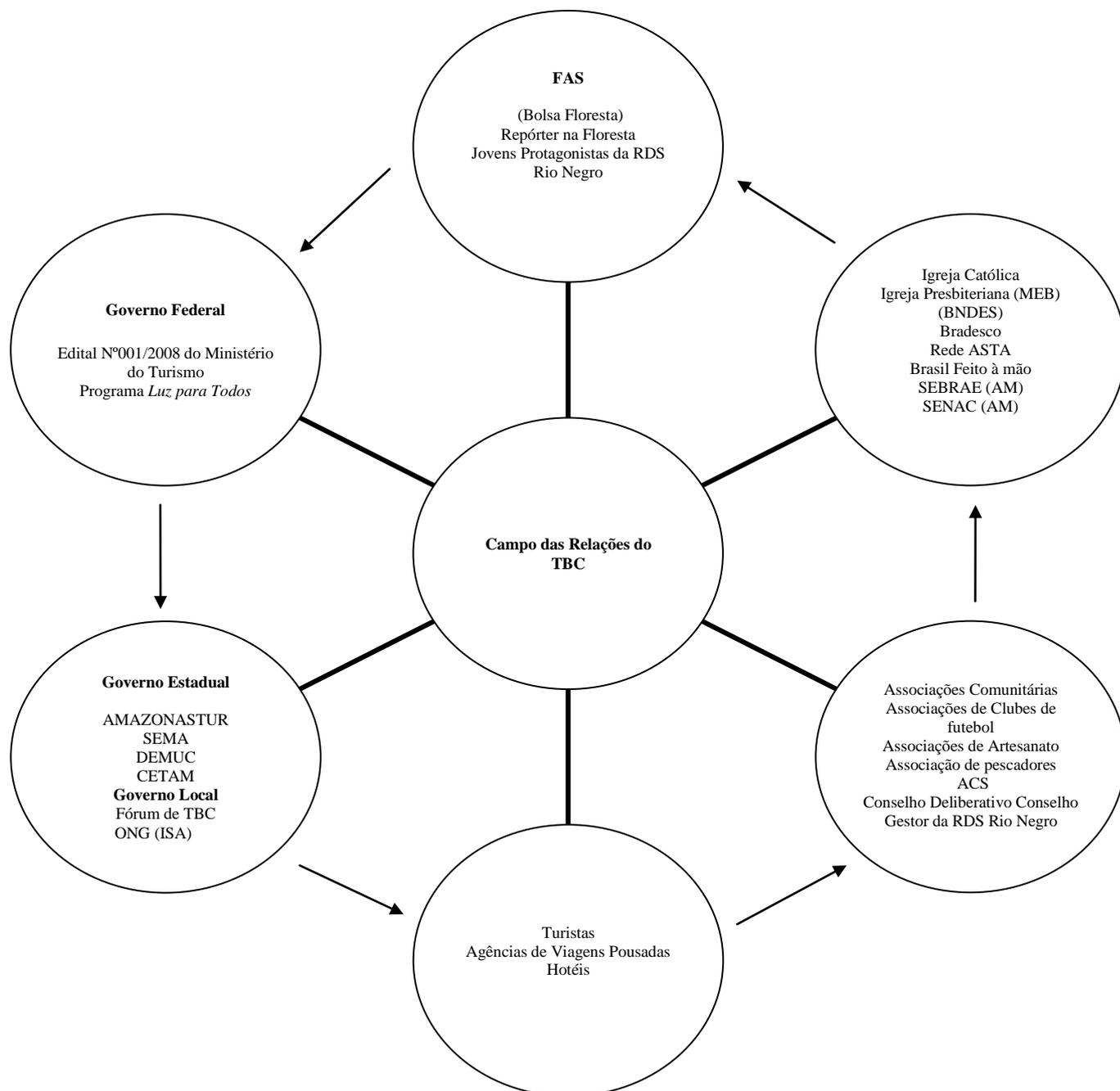
Partindo-se dessa reflexão, pode-se afirmar que o Conselho Gestor exerceria o papel de potencializador no que concernem as atividades relacionadas à RDS e na amenização de conflitos por meio de reuniões, oficinas, com os membros.

Apesar dessas limitações, algumas questões são tratadas com cooperação, como o uso dos recursos naturais, a fiscalização e atuações dos gestores em busca de soluções para os problemas específicos.

Contudo, acreditamos que as populações locais procuram chegar a um consenso a acerca das promessas políticas para não criarem falsas expectativas a respeito do poder de decisão nesses espaços de discussão, nas disputas de poder.

Essa descrição apresenta a relação dos agentes do campo do TBC na RDS Rio Negro, identificadas na (Figura 4) e na (Figura 5), com os principais agentes em relação:

Figura 5 - Organograma do campo de relações do Turismo de Base Comunitária.



Fonte: Org. por Sousa (2016).

Quadro 7- Matriz de apresentação dos Parceiros do Turismo de Base Comunitária na RDS Rio Negro.

PARCEIROS DO TBC	QUEM SÃO	PRINCIPAIS AÇÕES
Rede ASTA	É um projeto social fundado em 2005 por Alice Freitas e Rachel Schettino com a missão de empoderar artesãs de áreas vulneráveis.	Incentivar a economia criativa (artesanato); Propor novas técnicas de produção artesanal.
Coca Cola	Empresa multinacional de refrigerantes.	Contribuiu para constituição do Fundo Permanente da FAS, utilizado para custear o componente Bolsa Floresta Familiar; Apoia os Programas de Educação e o componente social do Programa Bolsa Floresta.
Jonhson & Jonhson	É uma empresa americana fundada em 1886, especializada na produção de farmacêuticos, utensílios médicos e produtos pessoais de higiene.	É parceira do Projeto Primeira Infância Ribeirinha trabalhando com crianças de 0 a 6 anos. Promove capacitação para agentes comunitários de saúde que atuam na região.
Accor Hotels	É uma empresa multinacional com sede na França, presente nos ramos de hotelaria, agências de viagens, spas e restauração e gestão de casinos.	Apoia a FAS com estadias para os seus colaboradores e parceiros o que contribui de forma significativa para a redução de custos na realização de projetos e iniciativas de articulação institucional.
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.	Promove projetos para a prevenção e o combate ao desmatamento e também para a conservação e o uso sustentável das florestas no bioma amazônico por meio do Fundo Amazônia; Apoia a FAS na contenção do desmatamento e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais residentes nas Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas, através do financiamento das ações dos componentes Associação e Renda do Programa Bolsa Floresta.
Governo do Estado do Amazonas	Co-fundador do Programa Bolsa Floresta.	Promover a gestão das políticas públicas relacionadas ao pagamento por serviços ambientais. Atua em parceria com a SEDUC-AM e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA).
LATAM Airlines Brasil.	É uma companhia aérea brasileira sediada em São Paulo, atualmente considerada a maior empresa do segmento do Brasil.	Promove apoio de logística para o trabalho institucional da FAS, tanto em viagens nacionais quanto internacionais;
Samsung	É uma corporação transnacional que atua em diversos ramos da área de tecnologia da informação com sede em Seul, Coréia do Sul.	Mantenedora do Programa de Educação; Apoio direto a 4 Núcleos de Conservação e Sustentabilidade e programas complementares e todos os NCS's.
BRADESCO	Co-fundador da FAS e principal mantenedor da FAS.	Apoia na execução de todos os programas de 16 Unidades de Conservação do Amazonas e também no custeio operacional e administrativo; Apoio projetos de capacitação e educação de crianças e jovens e três municípios do Amazonas através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD); Cartão Bradesco Fundação Amazonas Sustentável ajuda a FAS a implantar programas de geração de renda; Pé Quente Amazonas Sustentável é um plano cujo valor é de R\$20, 00 mensal.

Fórum de Turismo de Base Comunitária	Assume um papel importante na iniciação científica em turismo e hospitalidade, além de proporcionar discussões com Instituições.	Incentivar iniciativas que melhorem o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental e das comunidades.
<i>Rainforest Alliance</i>	É uma organização não governamental (ONG), fundado em 1987 por Daniel Katz. Sua sede fica em Nova York com escritórios em toda a América do Norte e do Sul, Ásia, África e Europa. Atua em mais de 70 países. Atua no conselho de administração, liderado pelo presidente Nigel Sizer.	Apoia a conservação da biodiversidade e garantia dos meios de subsistência sustentáveis através da transformação de práticas de uso do solo, práticas comerciais e comportamento do consumidor.
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. É uma organização não governamental sem fins lucrativos sediada em Manaus, capital do Estado do Amazonas.	Desenvolve trabalho integrado com produtores rurais e comunidades tradicionais; Formulação de políticas internacionais; Atua junto a organizações que trabalham com clima e desenvolvimento sustentável.
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.	Financia projetos de pesquisa.
UFAM	Universidade Federal do Amazonas.	Atua como parceira operacional com cooperação técnica.
UEA	Universidade do Estado do Amazonas.	Atua como parceira operacional com cooperação técnica.
AMAZONASTUR	Empresa Estadual de Turismo do Amazonas.	Apoia as comunidades na construção de pousadas comunitárias, capacitação de cursos, oficinas de Sensibilização para a Educação Ambiental; Reciclagem e Aproveitamento de Lixo; de Planejamento para Implantação de Sistema de Trilhas; Análises de Impactos Ambientais; Curso de Monitor em Ecoturismo; Gestão Hoteleira; garçom; camareira; Oficina de Planejamento Turístico para elaboração do Plano de Gestão Municipal do Turismo e Curso de Recepcionista em Meios de Hospedagem.
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas.	Promove capacitação profissional nas comunidades (Nossa Sra. do P. Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês, São Sebastião do Saracá, São Thomé, Santo Antônio do Lago do Tiririca e Nossa Sra. do P. Socorro do Acajatuba).

Fonte: Org. por Sousa (2016).

Para compreender melhor as implicações sociais e espaciais no campo de relações no TBC, é necessário, recorrer a outras teorias e metodologias que elucidam as ações dos agentes sociais e das instituições, o que traz à tona, a realidade do campo, conforme observaremos no item seguinte.

7 A CONSTRUÇÃO DO MAPA MENTAL NO IMAGINÁRIO DOS RIBEIRINHOS DA RDS RIO NEGRO NA DINÂMICA DA GESTÃO DO TBC

A partir das diversas formas de olhares e interações entre os agentes sociais que vivenciam e que contribuem em seu processo de gestão, construção e (re) construção do lugar, dando-lhe uma identidade e ao mesmo tempo visto como um espaço de relações foi necessário recorrermos à metodologia dos mapas mentais para que pudéssemos atingir os objetivos da pesquisa.

Compreende-se assim que “a paisagem não diz respeito somente ao “espaço físico”, ela é culturalmente reconhecível” (HOLZER, 1999, p. 153), por estar imbricada de sentimentos, crenças e valores retratando o presente e o passado de acordo com a percepção de cada indivíduo e suas experiências vividas em seus territórios (MAGALHÃES FILHO; OLIVEIRA, 2013, p. 36, grifo nosso).

O mapa enquanto representação do espaço revela a percepção do seu produtor e é indissociável de sua compreensão nos discursos dos elementos indicados, por ser uma ferramenta de desvendamento do lugar e se desvencilhar de seu caráter objetivo e assumir o papel da subjetividade, uma vez que dá mais abertura para informação. Assim, Harley (1995) considera o mapa como uma linguagem de poder e não de contestação.

A cartografia proposta nesta tese aborda os modos de vida dos comunitários, o artesanato, os empreendimentos, os recursos naturais (rios e florestas), os atrativos turísticos, dentre outros. Os mapas mentais passam a ser incorporado no meio acadêmico como uma ferramenta imprescindível nos debates críticos sobre a valorização do saber tradicional perpassando gerações.

Na visão de Yi-Fu-Tuan (1983), os mapas mentais são construções imaginárias. Já para Nogueira (2001) representam para além do imaginário, por demonstrar a realidade cotidiana dos lugares. Contudo, Seemann (2012, p. 69), afirma que são “textos culturais que evidenciam os seus povos, sua biografia, suas ações e razões”.

Ao buscarmos conhecer a realidade cotidiana das comunidades da margem direita da RDS Rio Negro, propomos uma oficina sobre o TBC, no centro comunitário da comunidade São Thomé no mês de julho de 2016, tendo como participantes 10 jovens representando as comunidades estudadas, a saber: Santa Helena do Inglês, São Sebastião do Saracá, São Thomé, Santo Antônio do Lago do Tiririca e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba, para o processo de construção dos mapas mentais.

Diante disso, nos propomos compreender o lugar a partir da percepção de cada grupo de moradores e a partir daí, elencar os elementos considerados mais importantes por eles. A respeito disso, Nogueira (2001) acredita que o objetivo dos mapas mentais é mostrar como o lugar é percebido por seus moradores e como eles se sentem, podendo ser evidenciado em sua fala: O vivido representa a história de vida de cada pessoa e a sua experiência com os lugares experienciados, a partir da relação existencial com eles (NOGUEIRA, 2001, p. 93).

A partir de então, iniciou-se um diálogo com os participantes, para fazê-los entender que o objetivo da oficina era conhecer as comunidades da RDS Rio Negro por meio do “olhar” de seus moradores e suas experiências de vida. Partindo-se dessa premissa, os participantes dividiram-se em grupos para elaboração dos mapas mentais.

Após explicações, foi distribuído o material didático tais como cartolinas, pincel, lápis de cor, hidrocor, giz de cera, lápis preto, borracha, apontador, dentre outros, para cada grupo desenhar.

Assim, foi criado o primeiro Mapa Mental 1 (Figura 6) construído por duas moradoras da comunidade Santa Helena do Inglês.

Figura 6- Mapa Mental a Comunidade Santa Helena do Inglês.



Fonte: Sousa (2016).

Foram registrados elementos considerados importantes pelas jovens residentes, tais, como: a igreja católica, escola, centro comunitário, pousada, árvores, rio, igarapé dos Ingleses, casa de farinha, moradores na canoa e as casas dos comunitários. Esses são espaços utilizados para socialização entre as famílias.

Esses registros remetem à memória das moradoras sobre o lugar, reproduzindo as áreas naturais, os espaços sociais e culturais utilizados invariavelmente na visitação turística, comparando-as com o que existia no passado e as que existem no presente.

O mapa mental chama a atenção para a dinâmica territorial vinculada às questões ambientais, considerando natureza como fundamental, os espaços sociais como a igreja, o centro social, casa de artesanato e a escola, importantes para reprodução de saberes tradicionais.

A esse respeito, Leff (2001) afirma que o homem modifica e reinventa o seu território para a reprodução do conhecimento e do saber local, mas, ao mesmo tempo, preza pela conservação ambiental por ser totalmente dependente da natureza. Neste sentido, Godard (1999), Batista (2007) e Marx (2004) salientam que os recursos naturais são bens identitários e ao mesmo tempo mantêm a integridade das comunidades.

A participação e o envolvimento dos jovens das comunidades foi fundamental no processo de construção dos mapas e posteriormente na roda de conversa para apresentação dos grupos, onde cada um expôs o que construía, ficando evidentes na expressão de seus olhares e de suas falas, os anseios, ações e emoções, partindo do imaginário ao real.

A construção do mapa partiu-se da seguinte narrativa:

A nossa comunidade fica localizada na RDS Rio Negro, aqui nós temos o privilégio de contemplar todos os dias a beleza do rio Negro, como vocês podem ver, as nossas casas ficam de frente para rio. Na nossa comunidade tem muitas árvores frutíferas, aqui é um pé de tucumã, pra quem não conhece, o tucumã faz parte da nossa alimentação no dia-a-dia, a gente come ele com pão, com tapioca, com café e só ele mesmo. Além, do tucumã tem também, a castanheira, acerola, maracujá, manga e outros. Aqui são as nossas casas, a gente desenhou umas casas grandes e outras pequenas porque é assim na nossa comunidade, aqui fica o campo de futebol onde todas as tardes a gente joga bola. Tem o time dos homens e também das mulheres. Esta aqui pintada de amarelo é a pousada Vista Rio Negro, também fica de frente pro rio (risos). Aqui passa o igarapé dos ingleses, onde a gente toma banho todos os dias, brinca de cair na água, podemos dizer que é onde a gente desfruta do nosso lazer. Logo ali fica casa de farinha onde fazemos a farinha, e também a agro floresta, porque é onde fica a roça, onde a gente planta mandioca, macaxeira, tomate, cheiro verde, cebolinha, limão e outros. Ali fica a Igreja Católica, ao lado fica a escola. Bem ali, naquela canoa são os comunitários, (risos) representa a gente e o nosso meio de transporte para irmos à escola e pescar aquele jaraqui gostoso (risos) para comer com farinha e limão (risos). E é isso, aqui nós desenhamos o nosso dia-a-dia, nossos costumes como ribeirinhos (ENTREVISTADO 1, informação verbal).

Podemos perceber que o mapa mental 1 foi construído a partir das experiências vivenciadas pelas duas moradoras com esse lugar. Elas colocaram no papel tudo aquilo que está em seu imaginário, relacionando com o real. Destacam com precisão a cor da pousada, das casas, da escola e da Igreja. A natureza, codificada como elemento natural é retratada por meio das árvores, do rio e do igarapé, contextualizando o espaço num ambiente transformado para o turismo.

Isto contraria o pensamento de alguns teóricos, ao acreditarem que os mapas mentais são imagens que retratam apenas o imaginário. Mas, o que vimos por meio dos desenhos foi o contrário, ou seja, eles representam a realidade do lugar, a forma de viver comunitariamente, respeitando os seus diferentes modos de vida e hábitos.

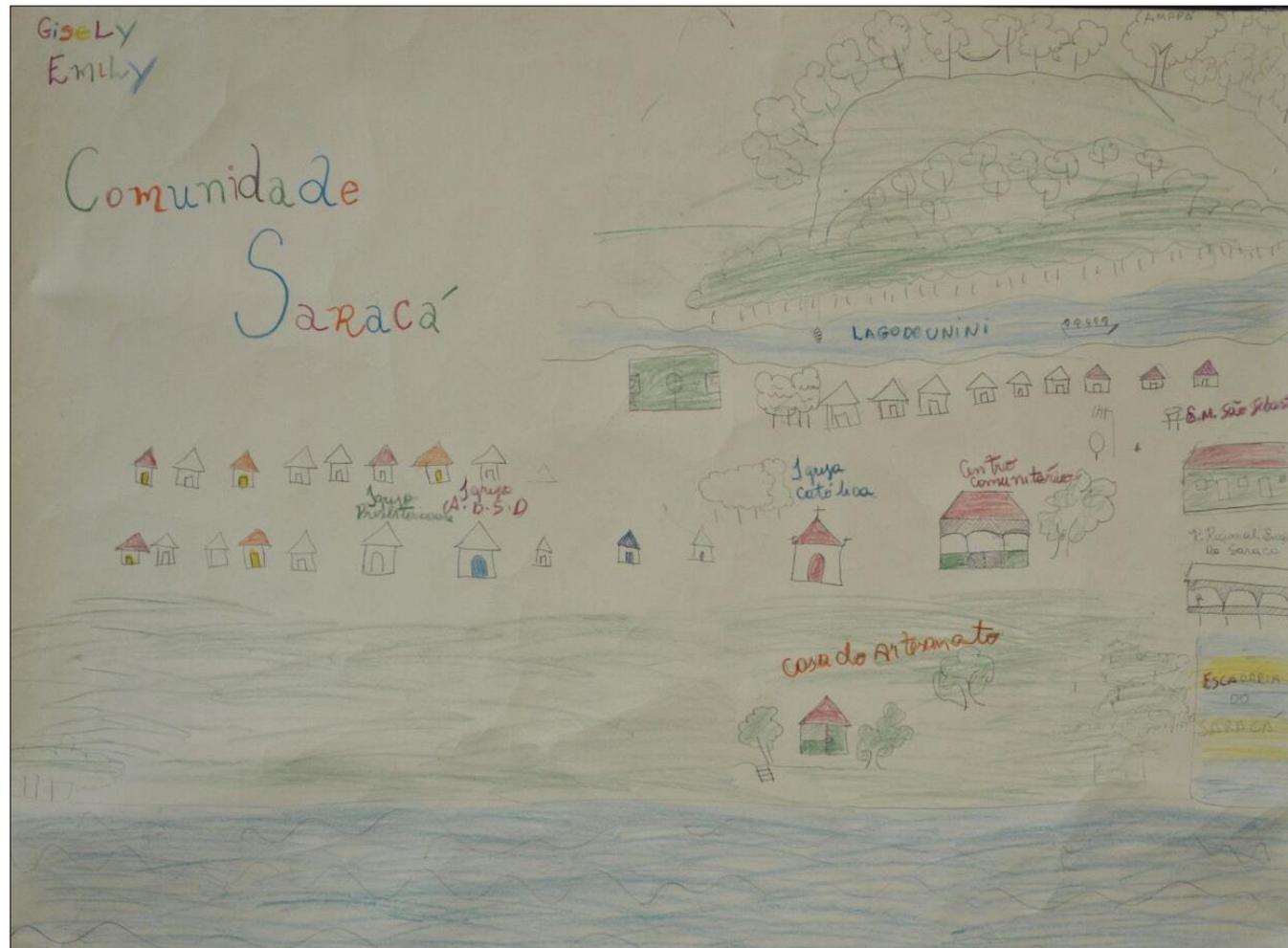
Ao indagarmos sobre a percepção do TBC em sua comunidade, as moradoras declararam que:

A comunidade ainda é pouco visitada por turistas, nós gostaríamos que ela fosse bastante visitada, porque é bom receber os turistas, levar eles pra conhecer a casa de farinha, mostrar como é feita a farinha, todo processo da mandioca, passear pela comunidade, contar as nossas histórias, as lendas daqui, é muito bom quando eles vem pra cá. Eles acham bonita a nossa comunidade, conversam com a gente. Eu vejo assim, que falta internet pra divulgar a nossa comunidade e também uma lancha pra gente trazer os turistas (ENTREVISTADO 2, informação verbal).

No Mapa Mental 2 (Figura 7) foi produzido por uma moradora da comunidade São Sebastião do Saracá. Ela traçou o lugar de acordo como a mesma o vê:

Eu fiz esse desenho procurando mostrar tudo que tem na minha comunidade. Então, eu vou mostrar pra vocês. Aqui na frente da comunidade é o Rio Negro, a escada colorida que dá acesso à vila da comunidade representada pelas nossas casas, depois bem aqui fica a Igreja Presbiteriana, essa da porta pintada de azul é a Igreja Adventista do Sétimo Dia e essa outra aqui é a Igreja Católica. Depois vem o centro comunitário onde a gente faz as nossas festas, reuniões, eleição pra presidente da reserva e da comunidade. Logo ali, fica o campo de futebol, onde a gente joga bola todas as tardes (risos) é o nosso lazer (risos). Bem aqui fica o lago do Unini, eu desenhei a canoa representando o nosso meio de transporte com os comunitários dentro, no caso seria a gente, né (risos) indo pescar. Depois vem a escola, a casa de artesanato onde a gente vende nosso artesanato, bem ali é o restaurante comunitário Recanto do Saracá e as árvores representando a nossa floresta (ENTREVISTADO 3, informação verbal).

Figura 7- Mapa Mental da Comunidade São Sebastião do Saracá.



Fonte: Sousa (2016).

Pelo exposto, pode-se observar que a moradora da comunidade São Sebastião do Saracá percebe seu ambiente de vivência retratando alguns aspectos no Mapa Mental 2 construído acima, relacionando os elementos ao espaço transformado para o turismo e suas relações familiares e pessoais.

O discurso evidenciado na roda de conversa confirma a dinamicidade do lugar, os valores simbólicos e os significados aos elementos naturais como o rio, as árvores, o lago do Unini, dentre outros, presentes no cotidiano. Representando o elemento desenhado pelo homem, a canoa com os ribeirinhos demonstra um sentimento de pertencimento do lugar. Observou-se também que, na Figura 7, os elementos elencados estão colocados de forma organizada.

A participante também expressou sobre o TBC em sua comunidade e afirmou que:

Eu vejo que a minha comunidade ainda é pouco visitada pelos turistas. Eu gostaria muito que fosse mais visitada, pra gente poder mostrar a nossa comunidade e o que ela tem de bom pra oferecer. Nós temos um restaurante comunitário, temos artesanato, que são feitos com as sementes daqui mesmo da comunidade. Temos a festa do Santo da Comunidade, que reuni todas as comunidades para festejar. Aqui é muito bom de morar, é tranquilo, não tem violência, todo mundo se conhece. Acho que só falta mesmo é termos uma pousada, internet e uma lancha para trazer os turistas. Aqui é bem diferente de Manaus, podemos respirar um ar puro, ouvir os pássaros cantar, o galo ao amanhecer. No final da tarde tem o futebol, que é sagrado. Eu acho muito bom morar aqui (ENTREVISTADO 4, informação verbal).

O espaço de vizinhança em São Sebastião do Saracá, representado pelos moradores, apresenta uma perspectiva humanista composta pela emoção, seguridade, equilíbrio e pelas relações de afeto entre as pessoas com a natureza e respeito com o espaço e o lugar (TUAN, 1982).

O valor simbólico do lugar é perceptível na narrativa acima. Eles estão ligados aos sentimentos de pertencimento e nas relações de identidade, que vão além da necessidade de apropriação do território, por estar imbricado na cultura, ao qual se sentem parte (RAFFESTIN, 1981).

Por outro lado, perceber o lugar a partir do modo de vida ribeirinho é pertinente na representação do Mapa Mental 3 (Figura 8). Seus traçados sem precisão geométrica, o morador construiu de acordo com o seu imaginário e percepção do real.

A minha comunidade ficou bastante conhecida depois que apareceu no Programa Caldeirão do Luciano Huck em 2010. O Luciano veio aqui com a sua equipe e reformou todas as casas daqui da comunidade, as pousadas, os restaurantes, o centro comunitário, tudo, tudo. Foi muito bom porque, ela ficou mais visitada, melhorou a infraestrutura, energia, né. Bom, vou começar explicar um pouco sobre a minha comunidade. Aqui na frente passa o Rio Negro, aqui é o flutuante, depois vem o

centro comunitário, a casa de artesanato onde são colocados os artesanatos pra vender, a escola, o campo de futebol, a nossa comunidade é conhecida como comunidade do Vasco, por causa o nosso time favorito, chapéu de palha, a mercearia São Thomé, o restaurante e pousada São Thomé, as casas dos comunitários cada uma pintada de cor diferente, a entrada da pousada e restaurante Jacaré, a passagem é bem colorida, pintada de cores diferentes representando as cores das nossas casas, o chapéu de palha onde o seu Elias faz a demonstração da borracha para os turistas, as árvores e as trilhas”. A minha comunidade é muito bonita e receptiva, eu particularmente gosto muito de morar aqui e não quero sair daqui não (risos). Quando os turistas vem pra cá eles se sentem bem, acham bonita a comunidade, uns jogam bola com a gente, acham gostosa a comida daqui e também acham que nossa comunidade é limpa. Eu como morador vejo que precisamos de mais incentivo do governo com cursos para nós, transportes, emprego também, porque aqui o desemprego é grande e também gostaríamos de ter internet para a gente mesmo poder entrar em contato com os turistas e vender os nossos pacotes e gerar renda e emprego para nós daqui da comunidade. Porque eu vejo que a forma como acontece aqui o turismo só as agências de turismo é que lucram, muitas vezes não deixam nada aqui na comunidade (ENTREVISTADO 5, informação verbal).

Pela sua explicação e pelo mapa, percebemos que o conhecimento vivido e experimentado desse jovem, possibilitou a clareza e riqueza os mínimos detalhes acerca dos elementos que compõem a sua comunidade e o que cada um representa para ele. Ficou explícito também a ressignificação do território para prática do turismo e seus anseios por implementação de políticas públicas.

Observa-se que o mapa é composto por uma série de elementos que compõem o cenário turístico, seja pela forma de organização social para receber os turistas, ou pelos serviços oferecidos. Mas, o que nos chama a atenção é que não há presença humana no desenho. Esta característica aparece no discurso do morador: *“A minha comunidade é muito bonita e receptiva, eu particularmente gosto muito de morar aqui e não quero sair daqui não (risos)”*.

Esses laços sociais são essenciais à vida comunitária por torná-la mais forte e organizada.

Sob essa perspectiva Wigger (2010 apud SIMONETTI, 2015) afirma que as formas como as comunidades se organizam num território podem interferir nas relações entre as pessoas, tornando a comunidade mais “forte” ou “fraca”. Isto vai depender das interações sociais.

Figura 8- Mapa Mental da Comunidade São Thomé.



Fonte: Sousa (2016).

Pode-se observar no mapa mental acima que, por se tratar de uma comunidade ribeirinha, a roça é um componente presente. O uso da terra é feito de maneira tradicional pelas famílias, além de manterem a tradição do trabalho coletivo ao se unirem para executar a limpeza da comunidade.

A canoa utilizada no dia-a-dia do ribeirinho como meio de transporte em comunidades amazônicas para atividade pesqueira, uma das principais fontes de subsistência, dá uma impressão que ela está em movimento.

Conquanto o enfoque dado a essa iconografia da comunidade Santo Antônio do Lago do Tiririca revelam que as cores destacadas revelam as cores originais de cada elemento elencado. E a posição deles está organizada socialmente de acordo com a realidade local.

Em São Thomé, na percepção do jovem que produziu o mapa mental 3 (Figura 8), o turismo é visto como uma forma de ganhar dinheiro e empregabilidade, ao referir a atividade em seu diálogo:

“Eu como morador vejo que precisamos de mais incentivo do governo com cursos para nós, transportes, emprego também, porque aqui o desemprego é grande e também gostaríamos de ter internet para a gente mesmo poder entrar em contato com os turistas e vender os nossos pacotes e gerar renda e emprego para nós daqui da comunidade. Porque eu vejo que a forma como acontece aqui o turismo só as agências de turismo é que lucram, muitas vezes não deixam nada aqui na comunidade” (ENTREVISTADO 6, informação verbal).

Nesse sentido, apesar de ver o turismo de forma positiva, ao mesmo tempo há uma demonstração de preocupação com o futuro da comunidade, principalmente dos jovens por perceber que os benefícios deixados pelo TBC são relativos.

Acreditando que a atividade turística é carregada de signos, representações, resistência e valores sociais, Oliveira Junior (2012) compreende que o turismo não pode ser visto apenas pelo viés econômico.

Estas colocações sobre a forma de perceber o turismo em sua comunidade, nos leva a refletir sobre o conhecimento que a comunidade tem em relação à atividade e a como está sendo gerenciada e planejada.

Em relação ao Mapa Mental 4 (Figura 9), a vida diária na comunidade Santo Antônio do Lago do Tiririca é exposta pelo morador de forma detalhada sobre o lugar, cada elemento que a compõe foi colocado com precisão e riqueza, levando-nos a conhecer atrativo visitado pelo turista, desde o rio até a roça. Isso, nos leva a crer que por ele ser guia de turismo, a prática diária possibilitou o vasto conhecimento do território vivido. Desde as ondas das águas, o percurso nas trilhas, os animais como o boto cor de rosa e cor cinza (a interação com

esses animais no flutuante), a prática esportiva da pesca do pirarucu, as árvores, a pousada Caboclos House, as casas dos moradores (palafitas), a casa de farinha e a canoa (meio de transporte diários dos ribeirinhos).

Nesse mapa, assim como no anterior, também, não foi exposto à figura humana. Por outro lado, o morador desenhou forma simples e compreensível, o dia-a-dia em sua comunidade, mostrando a organização social e os espaços construídos para o turismo.

Esta comunidade é bem diferente das demais estudadas, por ter suas casas dispersas uma das outras e uma parte sobre as águas (casas em flutuantes).

E assim, o morador começou a tecer seu diálogo sobre sua vida diária, começando pelas manhãs ensolaradas, em busca do sustento de sua família, entre rio e floresta, numa canoa remando o percurso é longo.

Sou nativo da comunidade do Tiririca, como é conhecida. Trabalho como guia de turismo, levando os turistas pra conhecerem as trilhas, os animais, as árvores, os botos lá no flutuante da Silvana, a casa de farinha, a roça, à dos comunitários e em todos os atrativos daqui da comunidade. Eu gosto muito do que eu faço, a gente conhece muitas pessoas, culturas diferentes e é sempre bom ter turistas visitando a nossa comunidade (risos). Olha quando eu comecei a desenhar esse mapa, eu fui imaginando cada lugar, como ele é, onde está localizado pra eu poder desenhar. Então, comecei pelo rio Negro, depois o flutuante dos Botos é onde os turistas visitam, tomam banho com eles, dão comida na boca deles (risos) é onde tem também a pesca esportiva com o pirarucu, onde vendemos o nosso artesanato e é o lugar mais frequentado pelos visitantes, vamos dizer que é o atrativo principal. Bem aqui fica primeira casa da comunidade sobre flutuante. Vocês podem perceber que ela é construída sobre palafitas. Depois, desenhei a sede da comunidade, aqui é a casa da líder comunitária, daí vem as outras casas também em palafitas porque a nossa comunidade é alagada, é diferente das outras. Aqui são as canoas nosso meio de transporte utilizada para nossa pescaria de todos os dias, a pousada, a casa de farinha e a roça. Bom pessoal, essa aqui é a minha comunidade (ENTREVISTADO 7, informação verbal).

Na fala desse morador, o entendimento forneceu um panorama abrangente e coerente do conhecimento que possuía sobre sua comunidade. Nesse diálogo ficou evidente a vida cotidiana dos ribeirinhos, os espaços que eles utilizam para o turismo e como acontece a tal atividade.

Santos (2011) em sua interpretação sobre a concepção de “Mapas Mentais”, acredita que são desenhos feitos a partir das observações humanas e suas experiências sobre o lugar e não se baseiam em informações precisas”. Mas, isso não compromete a veracidade dos fatos sob uma perspectiva fenomenológica (HOLZER, 2006, p. 202).

A imagem como representação do espaço ligada à linguagem simbólica ficou evidente quando o morador desenhou as cenas do seu cotidiano, de sua história e vivências. As relações de topofilia estão relacionadas aos objetos representados, quando colocado no papel

os lugares mais significativo para o morador. Podemos perceber que houve um mapeamento do local mostrando os detalhes, sua história, o planejamento e a forma de uso desse espaço pelo nativo.

Figura 9 - Mapa Mental da Comunidade Santo Antônio do lago do Tiririca.



Fonte: Sousa (2016).

Pode-se observar no mapa mental 4 (Figura 9), por se tratar de uma comunidade ribeirinha, a roça é um componente presente. O uso da terra é feito de maneira tradicional pelas famílias, além de manterem a tradição do trabalho coletivo ao se unirem para executar a limpeza da comunidade.

A canoa utilizada no dia-a-dia do ribeirinho como meio de transporte em comunidades amazônicas para atividade pesqueira, uma das principais fontes de subsistência, dá uma impressão que ela está em movimento.

Conquanto o enfoque dado a essa iconografia da comunidade Santo Antônio do Lago do Tiririca revelam que as cores destacadas revelam as cores originais de cada elemento elencado. E a posição deles está organizada socialmente de acordo com a realidade local.

Ao se tratar do espaço construído para o turismo e como se dá essa relação, o morador expressou total favorecimento sobre a atividade, afirmando que:

[...] Eu gosto muito de receber turista na minha casa, aqui na comunidade. Porque a gente sempre aprende com eles e também podemos mostrar a nossa cultura pra eles, vender nosso artesanato e quando tem turista aqui, tem trabalho pra gente né (risos). Antigamente, no tempo do hotel Ariaú era melhor pra nós porque o hotel vivia lotado e eles traziam os turistas pra cá e também dava emprego lá no hotel pras pessoas daqui da comunidade. Hoje em dia, não é mais assim, o hotel Ariaú fechou né, agora quem traz as agências de turismo de Manaus e outras também, o hotel Tairi e a pousada Manati. Mas, eles trazem os guias que trabalham pra eles, assim, é ruim, porque tira a oportunidade da gente daqui da comunidade que conhecemos bem o nosso lugar e às vezes o guia de fora não conhece nada daqui. Na minha opinião o turismo deveria acontecer de forma diferente, pra poder gerar emprego pra nós aqui, porque essas agências fazem todo o serviço e o único benefício gerado com o turismo aqui é quando os turistas compram o nosso artesanato ou almoçam ou se hospedam na pousada, fora isso, não gera nada [...] (ENTREVISTADO 8, informação verbal).

A reflexão que trazemos sobre o depoimento acima é que não há uma relação positiva, construtiva e dialogada entre as empresas de turismo e a comunidade receptora, por elas não darem oportunidade de emprego para os nativos da localidade, como evidencia o morador ao se retratar as mesmas não contratam guias locais, ou seja, não dar oportunidade e empregabilidade para os residentes.

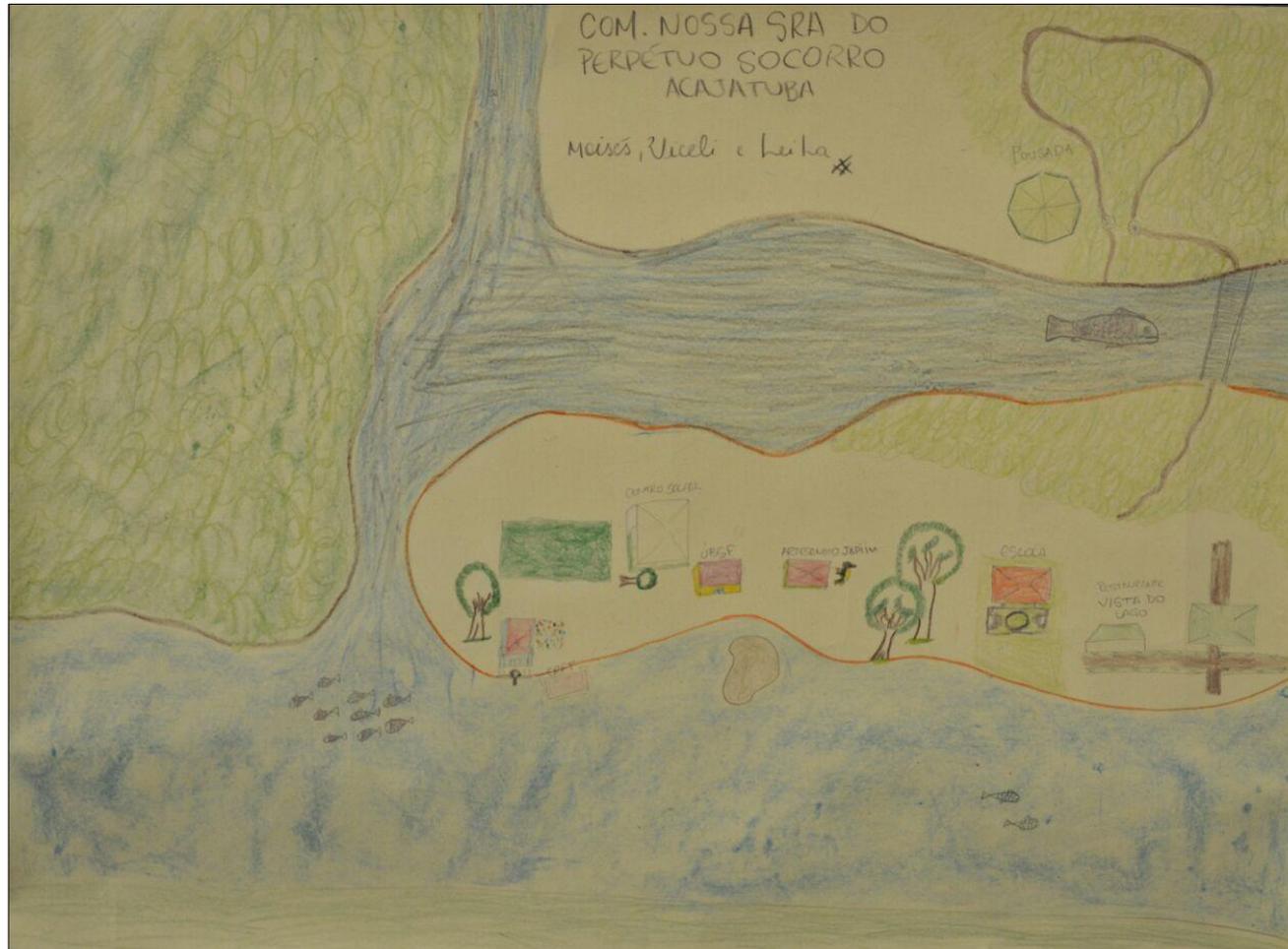
Mas, para que isso aconteça é necessária à participação de todos os envolvidos (comunitários, instituições públicas, privadas e ONG), a fim de, amenizar esses conflitos e apontar subsídios em prol de melhorias para a coletividade.

No Mapa Mental 5 (Figura 10), o lugar é entendido e percebido a partir das vivências individuais de cada ator social que o construiu, estabelecendo uma ligação muito intensa com o meio ambiente.

Desta forma, há uma necessidade de se compreender a vida social a partir do cotidiano, pelas relações intersubjetivas, ou seja, da forma do homem se relacionar com o seu semelhante no dia-dia.

Neste contexto, busca-se um entendimento da construção do mundo vivido de seus moradores, tendo o mapa mental como uma ferramenta capaz de analisar os diferentes pontos de vistas apresentados aqui.

Figura 10 - Mapa Mental da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba.



Fonte: Sousa (2016).

A figura 10 demonstra os espaços utilizados para prática do turismo e lazer conforme a percepção que cada um possui sobre o meio ambiente e sua relação social e cultural demonstrado no cotidiano.

Dessa forma, o mapa mental é representado pelos aspectos naturais como as árvores, o rio, o lago e os peixes. Assim como, também as características históricas e arquitetônicas da comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Acajatuba, com as casas dos comunitários, pousada, restaurante vista do lago, loja de artesanato Japiim, centro social, posto de saúde, escola e o campo de futebol.

Nesse sentido, buscou-se priorizar a forma como os moradores veem o lugar e o conhecimento que se tem sobre o mesmo com base as experiências e vivências. É importante ressaltar que o elemento humano neste desenho apesar de fazer parte da cultura, não foi destacado neste desenho. Por outro lado, os indivíduos procuraram destacar os elementos encontrados na comunidade.

[...] Eu nasci aqui na comunidade, então, pra mim é muito gratificante olhar pra esse lugar e ver que já mudou muita coisa aqui, antes nós não tinha posto de saúde, a gente praticamente era esquecidos né, porque não tinha curso principalmente para os jovens. Não tinha projetos sociais, o turismo acontecia de forma desordenada. Hoje, nós já temos o projeto dos jovens protagonista da floresta, tem também o repórter da floresta, eu vejo assim, que nós hoje temos mais oportunidades. A FAS, o SEBRAE e o CETAM sempre trazem curso pra cá. Eu vejo que a comunidade melhorou bastante em termos de infraestrutura, o turismo melhorou, passou a ser mais organizado, porque antes o turista não visitava as nossas casas, hoje eles já vão lá, já conversam com a gente, muitos deles até jogam bola com a gente (risos). A nossa grande dificuldade aqui é o desemprego porque não tem emprego pra todo mundo aqui, o turismo ainda é fraco, precisa se fortalecer pra gerar emprego pra nós daqui da comunidade [...] (ENTREVISTADO 9, informação verbal).

Esse mapa foi elaborado por três moradores, cada um expressou a sua opinião sobre o turismo a sua comunidade.

[...] Eu sou nativo da comunidade, na minha opinião a comunidade mudou um pouco, em termos de infraestrutura porque antes, não tinha nada quase e hoje com a reserva a FAS trabalha em parceria com a gente, tem nos ajudado muito trazendo cursos. Hoje eu vejo que os jovens estão mais interessados os assuntos daqui da comunidade, mais ainda existe conflitos entre moradores por causa que tem gente vendendo terras e nós somos contra isso porque queremos preservar a nossa comunidade, não queremos gente de fora aqui. Por outro lado, viver aqui a reserva é melhor do que antes porque agora nós temos consciência que devemos preservar a natureza, manter limpa a nossa comunidade, não podemos desmatar, pra isso é muito bom porque estamos preservado não só pra gente mas, também pros nossos filhos e para termos uma um futuro melhor. Quanto ao turismo, eu vejo assim, ainda não está de forma organizada e nem gerando emprego, só pra aqueles que trabalham mesmo com artesanato e tem restaurante. Mas, acredito se a gente se unir vai melhorar [...] (ENTREVISTADO 10, informação verbal).

O outro morador expôs da seguinte forma a sua opinião:

[...] Quando eu comecei a desenhar eu quis colocar aqui tudo que tem na comunidade e pintar também com as mesmas cores pra ficar bem original (risos). Quanto ao turismo, eu ainda vejo que precisa melhorar, precisa envolver mais as pessoas da comunidade, porque são poucas que trabalham com o turismo, só mesmo a loja de artesanato e o restaurante vista do lago. As outras pessoas não são envolvidas, não participam das reuniões que acontecem aqui. O bom de terem criado a reserva é porque as pessoas agora tem mais consciência sobre a preservação, porque se não tivessem criado a reserva acho que não tinha mais floresta, porque o desmatamento aqui era muito grande. Hoje, mudou tudo que a gente faz aqui tem que pedir permissão do governo. E o turismo veio pra nos ajudar a preservar a nossa cultura, nossa comunidade, só precisamos de incentivos do governo pra melhorar o turismo aqui e gerar emprego [...].

Percebe-se que a preocupação que os moradores têm com a preservação da natureza, cultura e ao mesmo tempo com o desenvolvimento do turismo a região em prol da melhoria da comunidade em se tratando de geração de emprego e renda.

Outro fator evidenciado foi à relação de identidade e pertencimento tomado como base a comunidade e sua valoração. Essa ligação entre a história do lugar e o imaginário do seu povo se auto-sustenta e se reconhece como uma expressão particular de cada um. A oralidade transmitida pelo indivíduo demonstra os laços culturais que cada um tem com o lugar e suas vivências.

Um outro aspecto percebido foi a forma como o lugar é visto, compreendido e planejado para a realização da atividade turística, de forma a considerar os impactos positivos e negativos sobre a cultura e o meio ambiente.

8 CONCLUSÃO

Esta Tese foi desenvolvida em seis comunidades da RDS Rio Negro na margem direita, pertencentes ao município de Iranduba no estado do Amazonas, a qual colabora para importantes reflexões acerca da gestão do Turismo de Base Comunitária (TBC) e sua relação no campo do TBC no que diz respeito à gestão do mesmo e à percepção dos comunitários sobre o mesmo.

Estudar o TBC e a forma como ele é gerido nessas comunidades possibilitou conhecer melhor esses grupos e como se dá a relação do turismo nesses espaços.

Com o objetivo de criar estratégias de conservação da natureza, cultura e história das comunidades tradicionais com a contribuição de diferentes saberes e desejos interconectados, foi criada a RDS Rio Negro e o projeto de TBC, cujo objetivo é tornar as comunidades não apenas receptoras de turistas, mas protagonistas e protetoras do patrimônio material e imaterial.

O TBC traria então uma nova proposta de desenvolvimento local, levando em consideração a participação democrática, os interesses coletivos e as experiências com base no planejamento das atividades pautados nos princípios da sustentabilidade.

No estado do Amazonas, essa prática foi iniciada no município de Silves com a Pousada Aldeia dos Lagos, sob a administração da Associação de Silves para Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) e da Pousada Uacari, em Tefé.

É evidente a importância do TBC na região Amazônica e é necessário a reflexão crítica e o comprometimento com os projetos relacionados ao tema no campo acadêmico.

Nessa perspectiva que a gestão do TBC na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro foi analisada, partindo-se da teoria na busca de conceitos explicativos que respondessem as questões que evidenciam a prática do turismo como uma atividade social, cultural, econômica e ambiental considerando as formas de organização do espaço.

Desta forma, acreditamos que os objetivos propostos nesse estudo foram alcançados. É sabido que não se deve restringir o turismo apenas sob o viés econômico, uma vez que, este perpassa as diversas áreas do conhecimento, tais como, a sociologia, a geografia, a antropologia, entre outras.

A atividade turística, na RDS, iniciou no ano de 2012, por intermédio da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) em três iniciativas de TBC, sendo a primeira: Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira, onde verificou-se um turismo incipiente, o qual não há o envolvimento participativo dos comunitários nas atividades. O que se constatou foi à

existência de um empreendimento hoteleiro particular denominado Pousada do Garrido, o qual é responsável pela comercialização, captação de turistas e elaboração dos roteiros e visitação nos atrativos.

Nesse caso específico, para que acontecesse as atividades turísticas, foi necessário buscar parcerias com a FAS e o Governo Estadual do Amazonas, a fim, de melhorar a infraestrutura do local. Foi criado um núcleo com finalidade de hospedar pesquisadores e os professores da escola pertencente ao mesmo, posto de saúde, biblioteca, *internet*, entre outros.

Outro fator importante que cabe aqui destacar é a forma de gestão, cuja, a centralização está na pousada e na FAS. Sendo que, esta última, exerce o papel hegemônico do TBC na localidade fazendo a intermediação entre o gestor da pousada, os grupos de turistas e as famílias envolvidas.

Diante da lógica do turismo convencional, busca-se nessa nova prática, a valorização e preservação dos saberes tradicionais, proporcionando encontros e interações entre os comunitários.

Identificamos que há uma relação construtiva e dialogada somente com as 10 famílias inseridas no projeto de TBC, as outras famílias não são citadas, ou não participam dos dividendos do TBC. Os espaços compartilhados com os turistas não contemplam as casas dos residentes, ou melhor, não existe um contato direto entre visitantes e visitados.

Contudo, a participação dos comunitários no TBC se dá na contratação dos serviços executados pela pousada, tais como, de camareira, cozinheira, assim, como também na confecção do artesanato. É realizado um rodízio entre as famílias para que todos possam ter a oportunidade de trabalhar. Outro elemento integrativo percebido foi a participação dos outros comunitários como fornecedores de insumos para a operação do empreendimento hoteleiro e na confecção do artesanato.

Com relação à organização comunitária, esta é composta por associações como representação legal dos interesses comuns de todos os residentes, na busca por políticas públicas que contemplem uma melhor infraestrutura e qualidade de vida para população.

No processo de organização social e relação com o turismo, alguns problemas são identificados como a ausência de reuniões, falta de comprometimento, mobilização e participação em eventos relacionados ao interesse comum da comunidade e planejamento das atividades.

Os resultados da pesquisa se mostram relevantes, sobretudo, por auxiliar na compreensão da forma como o TBC têm se configurado na região Amazônica, principalmente em RDS, a forma como as comunidades tradicionais estabelecem redes de conexões, as quais

envolvem trocas de informações, intercâmbios culturais, tomadas de decisões relacionadas à forma de organização comunitária, apropriação do território e o uso dos recursos naturais pelos ribeirinhos que ali habitam. Por isso, a importância de conhecer e respeitar o modo de vida dos ribeirinhos da RDS Rio Negro (AM), destaque nesta tese, para garantir a reprodução de seus *habitus*, em seus territórios.

Na busca por responder um dos objetivos proposto nesta tese, considera-se que existe TBC na comunidade, pois, os moradores envolvidos nas atividades turísticas são protagonistas do processo e empreendedores que inspiram uma nova alternativa pautada na sustentabilidade, contrapondo-se ao materialismo-consumista dando enfoque a ecossocioeconomia. Entendemos que não há um modelo a ser seguido, pois, cada lugar tem as suas especificidades e neste caso a hospitalidade é vista como uma relação integradora entre os atores necessária para o desenvolvimento do turismo.

O TBC não deixa de dar importância à lógica econômica, mesmo porque é um segmento capaz de gerar emprego e renda, mas este se difere das práticas de turismo mais tradicionais por não estar aprisionado a esta vertente.

No sentido de contribuir para o desenvolvimento econômico e sustentável do local, algumas ações cooperativas merecem destaque, pois recebem ou implementam cursos de capacitação (trilhas, manipulação de alimentos, gastronomia, contabilidade e finanças, aperfeiçoamento do artesanato, entre outros), palestras educativas e oficinas, enfatizado a importância da qualidade ambiental, preservação cultural e saberes tradicionais.

Em Santa Helena do Inglês, a gestão do TBC, desde o processo de planejamento, reuniões, entre outros, se encontra sob o controle dos próprios comunitários organizados associativamente no âmbito territorial e em parcerias com a FAS e a pousada do Garrido, na comercialização (vendas dos pacotes turísticos), auxílio na elaboração dos roteiros e apoio logístico devido à inexistência de internet no local.

As cinco famílias inseridas no projeto de TBC são os responsáveis pela administração da Pousada Vista Rio Negro, um empreendimento comunitário, construída para dar suporte aos visitantes. Ressaltando que nesta localidade não há venda de artesanato, reconstituindo a atividade turística apenas em visitas à casa de farinha, casa dos comunitários, igreja, e centro comunitário.

A participação dos comunitários se dá de forma coletiva, onde cada um exerce uma função e as tarefas são distribuídas e executadas em forma de rodízios e escalas durante a estadia. Vale destacar, que os turistas permanecem mais de um dia na comunidade e mantém

uma relação por meio do contato direto com os envolvidos, evidenciando a troca de experiências e construção de saberes.

Em se tratando da repartição dos ganhos, ela se dá na maior parte das vezes de forma igualitária entre todos os comunitários participantes. Assim, há uma maior valorização das ações protagonizadas pela própria população.

Em São Sebastião do Saracá, o espaço construído para o turismo é, ao mesmo tempo, o lugar de moradia e de trabalho dos comunitários. A dinâmica do TBC nesta comunidade não foge da realidade de Santa Helena do Inglês, ambas possuem elementos comuns que vão desde a organização comunitária até a forma de gestão.

Ali, o protagonismo ribeirinho, os laços afetivos e o sentimento de pertencimento se fazem presente, assim como o associativismo alicerçado em termos legais, para a viabilização e implementação de políticas públicas em prol da coletividade.

O restaurante comunitário Recanto do Saracá com capacidade para 50 pessoas construído com o recurso do Programa Bolsa Família (PBF), cuja finalidade é atender as necessidades básicas dos turistas e servir de renda alternativa para a comunidade, emprega aproximadamente 10 pessoas, entre recepcionistas, cozinheiros, garçons, entre outros.

A repartição dos bens é realizada igualmente entre os envolvidos que prestam serviços ao restaurante. Diferentemente, da comunidade mencionada anteriormente, nesta, existe artesanato e envolve um número considerável de artesãos.

O lucro das vendas é repartido individualmente, ou seja, os artesãos são responsáveis pela comercialização e exposição em feiras e exposições, à medida que a peça é vendida, o dinheiro é repassado para o confeccionador.

Quanto às implicações positivas do TBC, identificou-se que os benefícios gerados com os ganhos são poucos.

Com base, nas observações acerca do turismo, moradores demonstram interesse receber um número maior de turistas, por acreditarem que a atividade turística propicia melhoria na infraestrutura básica, além de agregar valores à economia local com a geração de trabalho e renda. Como prática social, o turismo cria relações de poder entre residentes, visitantes, ONG e o estado, essenciais no processo de articulação e organização do TBC. Compreender essa dinâmica significa entender as relações no espaço, suas transformações e implicações.

Considerando o cenário do turismo na comunidade São Thomé, as percepções dos atores sociais demonstram preocupação do ponto de vista econômico e consideram a atividade de turismo insustentável.

Esse território recebe turistas desde a década de 1980, mas o turismo praticado na época era o convencional, ou seja, aquele o qual os moradores eram excluídos das atividades.

A partir do ano de 1985, com a inauguração do Hotel de Selva Ariaú *Towers*, o fluxo de turistas teve um aumento significativo, mesmo com as dificuldades as quais São Thomé enfrentava, dentre elas a falta de energia elétrica, infraestrutura básica, entre outras para dar suporte à atividade turística.

Apesar de haver muita visitação, o turismo era praticado de forma desordenada e não planejado, pois o hotel e as agências de viagens vendiam os pacotes principalmente aos turistas estrangeiros, sem o comprometimento com os moradores da comunidade em informá-los sobre as visitas, e a renda deixada na localidade era pouca, apenas as das vendas do artesanato. O turismo seguia a lógica capitalista e os comunitários participavam apenas como bens de consumo sem lograr nenhum benefício econômico.

Na tentativa de incluir a comunidade no processo e ao mesmo tempo torná-la protagonista, proporcionando uma melhor qualidade de vida, com a intenção de que o turismo pudesse ser praticado de outra forma, foi construída no ano de 2005 a pousada Jacaré, tendo como proprietário um morador do local.

Em 2010 um residente participou de um programa de televisão “Programa Caldeirão do Huck” exibido pela Rede Globo, programa com quadros assistencialistas que se promove com “ajuda” a pessoas carentes. Nesse processo, o tal programa financiou a reforma das casas da comunidade e instalou algumas infraestruturas necessárias.

São Thomé ganhou visibilidade e passou a fazer parte dos roteiros turísticos do Estado do Amazonas, com instalação de energia elétrica, internet e aquisição de barco para transportar os turistas até os atrativos e ao mesmo tempo servir para atividades de pesca artesanal.

É interessante perceber que mesmo com todo apoio recebido, ainda há uma necessidade de uma instituição que auxiliem o planejamento, organização e comercialização do turismo. Apesar da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) se fazer presente, alguns conflitos são gerados devido a desinformações sobre a totalidade da prática turística no uso do território.

Os atores sociais entrevistados não reconhecem a FAS como uma instituição eficaz e comprometida, capaz de mobilizar os moradores para atuarem nas atividades desenvolvidas, assim como, também, atender as suas necessidades o âmbito das políticas públicas, tais, como, saúde, educação, saneamento básico, entre outros, por meio do PBF.

A trajetória do turismo perpassa também na comunidade Santo Antônio do Lago do Tiririca, influenciada também pelo Hotel Ariaú *Towers*.

A realidade nesta é bem parecida com a de São Thomé, pelo fato de pertencerem a mesma região, onde se concentra os hotéis Tariri Amazon *Lodge* e Pousada Manati, responsáveis por levar turistas para conhecerem os atrativos do lugar. Nesta, as visitas são frequentes, não havendo controle de visitantes, ou seja, não se sabe o número exato de pessoas que visitam a comunidade.

O grande atrativo é o Recanto dos Botos, onde há interação dos turistas com os animais (boto cor de rosa, cor cinza e pesca do pirarucu) e venda de artesanato. As ações da FAS e do governo são mínimas ou quase nada, em comparações com as outras comunidades pesquisadas, esta é a que apresenta maior dificuldade em infraestrutura, saneamento e educação.

Os lugares reconstruídos para o turismo limitam-se na casa de farinha, recanto dos botos e na pousada Caboclos *House*. A falta de parcerias, a ausência do estado (Amazonastur) e da FAS em atender as inúmeras necessidades, dentre elas políticas públicas de turismo, no sentido de estabelecer metas e diretrizes que orientem a população a desenvolver o turismo de forma planejada, tem colocado em cheque a atividade.

Percebeu-se ainda a preocupação com a preservação do meio ambiente por estarem inseridos em uma área protegida. Os moradores acreditam que é importante manter o local limpo para visita, assim como, salvaguardar os recursos naturais para que a atividade turística possa ser praticada de forma sustentável.

Ao analisarmos a gestão do TBC em Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba, percebemos um modelo centrado no empoderamento e protagonismo das famílias que atuam diretamente no turismo. Este estudo revelou que elas são empreendedoras, responsáveis pelo desenvolvimento sustentável do turismo da referida localidade, de maneira a promover o bem estar da comunidade, sem descaracterizá-la.

Isso foi observado por meio das entrevistas com os atores sociais, os quais relataram que o artesanato confeccionado com a matéria prima do próprio lugar, de maneira a reaproveitar e ao mesmo tempo conservar os recursos naturais é uma das principais fontes econômicas do local, além do comércio e o restaurante.

As práticas sociais reveladas nas seis comunidades estudadas representam um universo de símbolos por meio das diferentes percepções entre os atores sociais envolvidos no TBC.

Assim sendo, procurando atingir os objetivos específicos da tese utilizou-se como metodologia o uso da Matriz SWOT e de Mapas Mentais por meio de oficinas, que permitiu

um contato mais próximo com os participantes e ao mesmo tempo informações e reflexões sobre o lugar.

O espaço vivido foi reconstruído de forma figurada refletindo a realidade, onde os elementos naturais constituem os atrativos turísticos como parte da paisagem, vislumbrando um lugar que não está apenas no imaginário dos moradores, mas que possui um valor simbólico, principalmente por suas experiências vivenciadas. As transformações ocorridas não aniquilaram as formas de viver locais e suas particularidades, mesmo com todos esses processos os moradores mantêm, na maior parte dos casos, suas estruturas ainda bem definidas, levando-se em consideração a proximidade de Manaus, as migrações e mobilidades e o turismo.

O TBC é percebido pelos moradores das comunidades como uma atividade autônoma, devido à falta de organização comunitária que possa atuar coletivamente na comercialização e operacionalização das iniciativas. Por outro lado, está intrinsecamente ligado a valorização dos aspectos étnicos culturais, ao protagonismo, empoderamento e a conservação do meio ambiente.

Diante dos rumos que nortearam o desenvolvimento desta tese, podemos afirmar que as seis comunidades apresentam semelhanças e diferenças no que diz respeito à forma de gestão, modo de vida, infraestruturas e percepção quanto ao turismo, percebendo-o de forma negativa pelo lado econômico, por não gerar emprego, renda e incluir a comunidade as atividades turísticas, centralizado apenas em pequenos núcleos familiares, embora acreditem na atividade exatamente por essa mesma razão.

A maior preocupação está centrada na necessidade das instituições públicas, tais como a Amazonastur (órgão estadual de turismo), a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e o Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DEMUC), em exercer o seu papel e cumprir com suas obrigações para que de fato se desenvolva o TBC de forma organizada e planejada.

Dentre as comunidades pesquisadas, destacou-se a Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira, São Sebastião do Saracá e Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Acajatuba como as que recebem um pouco mais de apoio e incentivos aos programas de artesanato. No mais, é perceptível a falta de credibilidade para com os órgãos competentes e o descaso com a população por não atenderem as suas necessidades básicas, como saúde, educação e saneamento.

Entretanto, envolver as comunidades, governo, organizações não-governamentais e instituições privadas é um desafio para as iniciativas de TBC, sobretudo, no processo de

gestão que é extremamente complexo no que diz respeito, a mobilização, divisão de tarefas, articulação, comercialização, entre outros.

Defende-se aqui uma maior autonomia das comunidades nas iniciativas de TBC que considere os atores locais nos processos de planejamento e execução das ações, pois o que se viu por meio da pesquisa foram insegurança e pessimismo por parte de alguns comunitários em virtude do não apoio do governo e das instituições que atuam no local.

É perceptível a falta de parcerias, controle de visitantes, assim como, também, o desrespeito com os moradores por parte das agências, hotéis e pousadas que atuam nos locais ao adentrarem a comunidade, utilizarem dos espaços e dos saberes locais, como por exemplo, em São Thomé, quando um ex-seringueiro faz a demonstração da extração da borracha e não recebe nenhum retorno financeiro para isso.

Essas percepções do turismo soam como um elemento negativo mostrando que o TBC não gerou efetivamente o desenvolvimento econômico sonhado nas localidades estudadas, apenas tem gerado renda temporária para as famílias inclusas nos projetos, principalmente as que trabalham com o artesanato, pousadas e restaurantes. E embora, em muitos relatos, os entrevistados expressaram ter esperança e otimismo de mudança deste cenário, na busca de uma autonomia econômica, do protagonismo e do empoderamento comunitário que atenda aos preceitos da sustentabilidade, como melhor qualidade de vida, conservação ambiental, cultural e equidade social, é preciso um maior envolvimento dos atores sociais e agentes (comunidades, instituições públicas e privadas, ONGs) no Conselho Gestor da RDS, no sentido de fortalecer as relações, permitindo um planejamento que estabeleça metas e diretrizes que orientem as atividades turísticas considerando a realidade de cada lugar e atendendo as suas necessidades, assim como, descentralizando o poder político a fim de garantir maior autonomia na autogestão comunitária e utilização dos recursos naturais.

Embora o estado do Amazonas seja considerado o pioneiro em se trabalhar com o TBC incorporado nas prerrogativas da sustentabilidade, mediado pelo terceiro setor (ONGs) e servir de referência para os demais estados do Brasil, muitos entraves devem ser resolvidos para que se chegue ao fortalecimento da gestão comunitária, importantes para se discutir uma política de turismo mais igualitária que atenda a democracia, para que de fato se desenvolva com sustentabilidade as atividades.

É importante pensar o desenvolvimento sustentável do TBC não como um discurso das políticas neoinstitucionais, pois acreditamos ser de responsabilidade de todas as esferas (públicas, privadas e ONG) na medida em que envolve as questões socioambientais, culturais e econômicas.

A gestão do TBC nas comunidades da RDS Rio Negro, e a gestão comunitária que se relaciona com o TBC, indica alteração do território a partir das lógicas internas e externas, desse processo relacional, com influência decisiva do trade de turismo tradicional e da Fundação Amazônia Sustentável.

A gestão comunitária e a gestão do TBC deveriam estar pautadas nas ideias de reforçar de pertencimento, o protagonismo comunitário, o que identificamos nos discursos como “empreendedorismo ribeirinho”. Isso posto, o TBC nessas comunidades tem dificuldades de seguir seus preceitos, e de se concretizar como atividade de fato comunitária.

REFERÊNCIAS

- AB' SABER, A. N. Suporte geológico das florestas beiradeiras (Ciliares). In: RODRIGUES, R. R.; FILHO, H. F. L. (Ed.). **Matas ciliares conservação e recuperação**. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 15-25. Cap. 1.
- ALENCAR, Edna Ferreira. **Terra Caída**: encanto, lugares e identidades. 262 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, Belo Horizonte: ANPUR. v. 6, n.1, p. 9 a 32, maio 2004.
- _____. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006a.
- _____. **Terras tradicionalmente ocupadas**: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. 2ª. Ed, Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
- ALMEIDA, M. G. Turismo e os novos territórios no litoral cearense. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 184-190.
- ALMEIDA, Mauro. Quem são os povos da floresta? Cadernos SBPC 30. Povos da Floresta: Cobertura jornalística feita a partir de conferências e mesas-redondas apresentadas. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC), 59. Belém. **Reunião...** Belém: UFPA, 2007.
- AMAZONASTUR. **Síntese dos Indicadores de Turismo do Amazonas**. [S.l.;s.n.], 2003-2014.
- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. São Paulo: Contraponto, 2006.
- ARCHER, B.; COOPER, C. Os Impactos Negativos e Positivos do Turismo. In THEOBALD, W (Org.). **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2002.
- ARRONES. J. F. **Los mitos del turismo**. Madrid: Endymion. 1992.
- ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: Primeiro CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. v.1.
- ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente & Sociedade**, v. 2, n. 5, 1999.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAIS - ABONG. **Repensando sua prática de gestão**. Disponível em: <www.abong.or.br>. Acesso em: 16 maio, 2015.

ÁVILA, V. F. et al. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: UCDB, 2000. p. 68-74.

BAHIA, Mirleide. C. **O Lazer e as relações socioambientais em Belém - Pará**. 2012. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2012.

BALLESTEROS, E. R.; CARRIÓN, D. S. **Turismo comunitario em Ecuador**: desarrollo y sostenibilidad social. Quito: Abya-Yala, 2007.

BARQUERO, A. V. **Política económica local**: la respuesta de las ciudades a los desafíos del ajuste productivo. Madrid: Pirámide, 1993.

BARRIOS, Sônia. A produção do espaço. In: SOUZA, Adélia de; SANTOS, Milton (Org.). **A Construção do Espaço**. São Paulo. Nobel, Coleção Espaços, 1986.

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de base comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. [S.l.]: Letra e Imagem, 2009.

BARRETO, E. O. **Turismo de Base comunitária e uso do território em comunidade ribeirinha da Amazônia paraense**: o caso de Anã no Município de Santarém/Pará. 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2015.

BENATTI, José Helder. Aspectos jurídicos e fundiários da várzea: uma proposta de regularização e gestão dos recursos naturais. In: BENATTI, J.H. et al. **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea**: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos. Manaus: IBAMA, PróVárzea, 2005. p. 77-100.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2000.

_____. **Política e Planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 23-41.

BISSOLI, M. A. M.A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 2002.

BOYER, Marc. **História do Turismo de Massa**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BURGOS. A.; MERTENS. F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13,n 1. p. 57-71. 2015.

BURSZTYN, I. BARTHOLO, R.; DELAMARO M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BURSZTYN, I. **Desatando um nó na rede**: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia. 2012. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Decreto Federal Nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 2000.

BRUNDTLAN, Relatório. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**: Nosso Futuro Comum. 2. ed. Rio de Janeiro. FGV, 1991.

CASTELLS, Manoel. O poder da identidade: In: **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999. v. 2.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec. NUPAU; USP, 2000. p. 165-182.

CASTRO, I. E. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CAÑETE. T. M. R.; CAÑETE. Voyner Ravena. **Populações tradicionais Amazônicas**: revisando conceitos. 2009.

CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. et al. **3. Setor. desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 7-12.

CASTRO, P. F. D. de. **Ciência e gestão em unidades de conservação**: o caso do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), SP. 2004. 115f. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

CIRINO, F. O. **A Produção do espaço geográfico pelo turismo**: um estudo de caso no Litoral da Praia do Morro – Guarapari (ES). 2006. Monografia (Curso de Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, MG. 2006.

COELHO, S. de C. T. **Terceiro setor**: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2000.

CORIOLOANO, L. N. M. T., LIMA, L. C. Turismo e degradação do meio ambiente no litoral do Ceará. In: Lemos, A. (Ed). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo, SP: Hucitec, Brasil, 1999. p. 93-103.

CORIOLOANO, L. N. M. T., LIMA, L. C. (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUCE, 2003.

COSTA, F. L.; CUNHA, A. P. G. Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos. In: CORREA, V. L. A.; VERGARA, S. C. (Org.). **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 69-88.

COSTA NOVO, C. B. M. **Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (AM): caracterização e análise crítica**. 2011. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciências - Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

COSTA PEREIRA, José Verissimo da. Caboclo Amazônico. In: _____. **Tipos e Aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 12-5.

COUTINHO, J. A. **ONGs: caminhos e (des) caminhos**. Lutas Sociais (PUCSP), São Paulo, 2005. v. 13-14. p. 57-65.

CUNHA, Manoela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo; Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

CRUZ, Rita de C. A. **As paisagens artificiais criadas pelo turismo**. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002. p. 107-119.

_____. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005.

_____. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SAN SOLO, D. **Turismo de base comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. [S.l]: Letra e Imagem, 2009.p. 92.

DIAS, R.; CASSAR, M. **Fundamentos do marketing turístico**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DIAS, S. B. Possibilidades e Limites do Turismo de Base Comunitária no Município de Ponta de Pedras, Ilha do Marajó-Pará. In: ENCONTRO SEMINTURJR. .SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL; saberes e fazeres no turismo: Interfaces, 1., 2010. **Anais...**[S.l.], 2010.

DEWAR, E. **Uma demão de verde: os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios**. Tradução de Yára Nogueira Muller; Gildo Magalhães; Geraldo Luís Lino. Rio de Janeiro, Capax Dei, 2007, 528 p.

DIEGUES, A. C. S. Populações tradicionais em Unidades de Conservação. In: VIEIRA, Paulo Freire; MAIMON, Dália (Org.). **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Belém: NAEA; UFPA, 1993.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**, São Paulo: Hucitec, 1996b.

_____. O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras. In: CASTRO, Edna & PINTON, Florence (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP, UFPA-NAEA, 1997.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, DF. Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB; Hucitec, 2008.

_____. **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: Nupaub-USP, 2008, 193 p.

DOUROJEANNI, Marc J. Vontade Política para Estabelecer e Manejar Parques. In: TERBORGH, Jonh [et al] (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 2002. p. 347-362.

DOURADO, S. B. Os conhecimentos tradicionais como objeto de disputas no campo: a diversidade dos sentidos relacionais. **Caderno de debates Nova Cartografia Social**, v. 1, n. 1, 2010.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL - FAS. **Relatório de Atividades**, 2013.

_____. **Relatório de Atividades**, 2015.

_____. **Relatório de Atividades**, 2016.

FARIA, H. H. de. **P. Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de São Paulo. Presidente Prudente, SP. 401 p. 2004.

FARIA, H. H. de.; PIRES. A. S. **Atualidades na Gestão de Unidades de Conservação**. In: ORTH, Dora. DEBETIR, Emiliana (Org.). **Unidades de Conservação-Gestão e Conflitos**. Florianópolis: Insular, 2007. p. 11-42.

FIGUEIREDO, Silvio. J. L. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

_____. Espaços de cultura nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: Silvio Lima Figueiredo. (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA; UFPA, 2008. v. 1, p. 105-121.

FIGUEIREDO, Silvio. J. L.; NOBREGA, W. R. M. Políticas públicas y gestión del turismo en la Amazonía. **Estudios turísticos**, v. 180, p.129-140. 2009.

FIGUEIREDO, Silvio. J. L. Viajar, consumir, desenvolver. O 'manuel d antitourisme' de Rodolphe Christin. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.15, p. 353-361, 2012.

FIGUEIREDO, Silvio. J. L.; [et al.] (Org.). **Turismo em foco**. Belém; NAEA, 2013.

FENZL, N. Estudo de parâmetros capazes de dimensionar a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento. In: XIMENES, T. (Org.). **Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável (uma contribuição para a Amazônia 21)**. Belém: UFPA; NAEA; UNAMAZ. 1997b.

FERREIRA, I. (Org.). **Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades**. Manaus: Universidade do Amazonas, 2001.

FERREIRA, Lúcia C.. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. In: FERREIRA, Leila da C.; VIOLA, E. (Org.). **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996. p. 178-241.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

GARDNER, Katy e LEWIS, David. **Anthropology, development and the post-modern challenge**. London: Pluto Press, 1996.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2008.

GOODWIN, H.; SANTILLI, R. **Community-based tourism: a success?** ICRT Occasional Paper 11. 2009. Disponível em: <<http://www.icrtourism.org/documents/OP11merged.pdf>>. Acesso em: 18 Jan de 2015.

GONTIJO, B. M. **A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha**. 2003. Tese (Doutorado)- Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF., 2003.

GOULDING. M.; CARVALHO M. L.; E. FERREIRA. E. G. **Rio Negro: rich life In poor water: Amazonian diversity and foodchain ecology as seen through fish communities**. The Hague, Netherlands: SPB Academic Publishing. 1988.

GUZMÁN, T. J. L. G.; CAÑIZARES, S. M. S. Turismo comunitario y generación de riqueza en países en vías de desarrollo. Un estudio de caso en El Salvador. **REVESCO**, n. 99, p. 85-103, Tercer Cuatrimestre, 2009.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOLDGATE, M. **Relatório da OECD** citado (mas não defendido). 1990. p. 5. (Wetlands in a Changing World, mimeo).

IPÊ. Instituto de Pesquisas Ecológicas. Plano de Gestão do Parque Estadual do Rio Negro - Setor Sul. **Relatório Parcial**, v. 1, 2008. Versão 2.

IRVING, M. de A. Refletindo sobre o Ecoturismo em Áreas Protegidas – Tendências no Contexto Brasileiro. In: IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Júlia (Org.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. 1. ed. São Paulo: Futura, 2002, p. 47-68.

_____. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Aquários, 2006.

IRVING, M. de A. et al. Construção da governança democrática: interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, Marta de Azevedo. **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de produção editorial Aquarius, 2006. p. 41-76.

KURIHARA, L. P. **Exploração madeireira familiar no rio Cuieiras, baixo rio Negro, Amazônia Central**. Manaus: [s.n.], 2011.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LANDIM, L. e BERES, N. **As organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos**. Rio de Janeiro: Nau. 1999.

LANDIM, L. **A invenção das ONGS: Do serviço invisível à profissão impossível**. Tese (em Antropologia Social do Museu Nacional) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/ONG%27s,%20OSCIP%27S%20e%20Terceiro%20Setor/%20invenE7%E3o%20das%20ONGs.pdf>>. Acesso em 21 Jan 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira; Sérgio Martins (do original: laproduction de l'espace). 4. ed. Paris: Anthropos, 2000. (Primeira versão: fev.2006).

LE PRESTRE, P. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: SENAC, 2000, 518p.

LIMA-AYRES, Deborah de Magalhães. **History, social organization, identity and outsider's social classification of the rural population of an Amazonian region (the middle Solimões)**. 342 f. Dissertation (Mestrado). Department of Social Anthropology, University of Cambridge, Cambridge, 1992.

LOPES. A. O. B.; TINÔCO. D. dos S.; ARAÚJO. R. M. de Turismo como vetor de desenvolvimento local: um olhar através das ideias de Theodor Adorno e Max Horkeimer. **Revista Turismo em Análise (RTA)**, v. 23, n.1, 2012.

MACCANNELL, D. **El turista: una nueva teoria de la clase ociosa**. Madrid: Melusin, 2003.

MACEDO, R. F. et al. **Ecoturismo de base comunitária: uma realidade ou uma utopia**. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural, v. 9, n. 2, p. 437-448, 2011.

MALDONADO, Carlos. O Turismo rural comunitário na América Latina. In: BARTHOLO, Roberto. DELAMARO, Maurício. BURSZTYIN, Ivan. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MAKOWER, Joel. **A economia verde: descubra as oportunidades e os desafios de uma nova era dos negócios**. Trad. Célio Knipel Moreira. São Paulo: Gente, 2009.

MAFFEZOLI, Michel. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.

_____. **Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 205 páginas.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO-MARE. **A crise do Estado e o movimento em direção ao terceiro setor**. 18 fev. 1998a. (Homepage do Mare.).

MARIN. Rosa. E. Acevedo.; CASTRO, Edna. M. R. In: **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Fernandes, M.; GUERRA. Lemuel. (Org.). 2. ed. (rev.). Belém: UFPA; NAEA, 2006. p. 245.

MOREIRA, EIDORFE. Amazônia: paisagem e região. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**, Belém, v. 10, n. 3, p. 569-581, set./dez. 2015.

MURPHY, P. Turismo e Desenvolvimento Sustentado: In: THEOBALD, W. F. **Turismo global**. São Paulo: SENAC. SP, 2002.

NASCIMENTO, V. L. Q. **Políticas públicas de turismo na Amazônia brasileira: sua ascensão às agendas do Amazonas e do Pará**. 2015. 415 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, PA. 2015.

NÓBREGA, Wilker. R. M. **Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do estado do Pará**. 2012. 305 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2012.

OLIVEIRA, F. T. **Ecoturismo no rio Puraquequara: alternativa para inclusão social e proteção ambiental**. UFAM, 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) – Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

OMT. **Apuntes de Metodología de la Investigación en Turismo**. Madrid: OMT, 2002.

_____. **Turismo y atenuación de la pobreza: recomendaciones para la acción**, 2004.

_____. **Pautas metodológicas para el analisis de experiencias de turismo comunitario**. Programa SEED: documento do trabalho num 73. Ginebra, 2005.

_____. **Negocios turísticos con comunidades (NETCOM) Módulo 3:** manual del facilitador. 2006. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2006/106B09_198_span.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. A partir de estudos de caso em diversos países em desenvolvimento, definiu sete maneiras distintas de combater a pobreza por meio do turismo. Para maiores detalhes acesse. Disponível em: <<http://www.world.tourism.org/espanol>>. Acesso 13 maio, 2016.

PENTUR. **Plano Estratégico Nacional de turismo.** Disponível em: <http://www.mincetur.gob.pe/Turismo/Legal/Lineamentos_turismo_rural.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2015. Publicado em 2008.

PENTUR. Plan Estratégico Nacional de Turismo (PENTUR) 2008-2018. In: **Síntesis para la puesta en operación.** (Org.) LOPEZ, Ignacio Sario; SANTILLÁN, Carlos García. [S.l.:sn.], 2008.

PFRIMER, M. **A relação entre o solo e o Estado: O Estado como organismo ligado ao solo** **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 29, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/viewFile/74186/77829>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

PNUMA, **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza: Síntese para Tomadores de Decisão.** 2011. Disponível em: <<https://ww2.itau.com.br/hotsites/.../publi-relatorio-pnuma-politica-trajetoria.html>>. Acesso em: 1 jan. 2015.

PROJETO PNUMA, **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza: Síntese para Tomadores de Decisão BAGAGEM. Referência de Turismo de Base Comunitária no Brasil.** Disponível em: <https://www.projetobagagem.org/>. Acesso em 02 jan. 2015.

PROJETO SAÚDE E ALEGRIA - PSA. **Uma proposta de Desenvolvimento comunitário na Amazônia.** Disponível em: <<http://www.saudeealegria.org.br/>>. Acesso em: 10 de jan. 2016.

RABINOVICI, A. **Organizações não governamentais e turismo sustentável: trilhando conceitos de participação e conflitos.** Campinas, SP: [s. n.], 2009.

REDCLIFT, M. R. Os novos discursos da sustentabilidade. In: **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável.** Fernandes, M.; GUERRA. Lemuel. (Org.). 2. ed. (rev.). Belém: UFPA; NAEA, 2006. p. 245.

REDTURS. **Declaración de San José sobre Turismo Rural Comunitário**, 2003. Disponível em: <www.bizkaia21.eus/.../descargar_documento.asp?> Acesso em: 14 jan. 2014.

REDTURS. Disponível em: <www.redturs.org>. Acesso em: 12 maio, 2017.

RODRIGUES, A. (Org.). **Turismo, modernidade, globalização.** São Paulo: Hucitec, 1997a.

_____. **Turismo e Ambiente**: reflexões e propostas. São Paulo: Hucitec, 1997b.

_____. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997c.

RUIZ-BALLESTEROS, E. Social-ecological resilience and community-based tourism: an approach from Agua Blanca, Ecuador. **Tourism Management**, v. 32, n. 3, p. 655-666, jun. 2011.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SAHLINS, Marshall. Adeus aos tristes tropos: a etnografia no contexto da moderna história mundial". In: _____. **Cultura na prática**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 503-534.

SAMPAIO, C. A. C.; ZECHNER, T. C.; HENRÍQUEZ, C. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL (SITS), 2., 2008, Fortaleza, CE. . **Anais...** Fortaleza, CE, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1. ed. 1985. (Coleção espaços).

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: USP, 2002.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009c.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. (reimpr.). São Paulo: [s.n.], 2012a.

_____. **Da totalidade ao lugar**. (reimp). São Paulo: USP, 2012b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MANAUS. Relatório dos municípios do estado do Amazonas com iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Manaus, 2015.

SEN, Amartya. The economics of life and death. **Scientific American**, p. 18-25, maio, 1993.

SILVA, M. T. R. da.; ARNS, P. C. **Desenvolvimento comunitário**. Projeto BNDES Desenvolvimento Local – Cooperação Técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 1972.

SIMONETTI, S. R. **Turismo no Rio Negro**: pelos caminhos das representações sociais dos comunitários do Lago do Acajatuba e da Vila de Paricatuba (Iranduba-AM). 2015. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim (Org.). **Direito dos povos e comunidades tradicionais no Brasil**. Manaus: PPGSA-UFAM; Fundação Ford.;UEA, 2007. (Coleção Documentos de Bolso, 1).

SOUSA, Roberta Maria de Moura. **Ecoturismo e Desenvolvimento Comunitário em Silves (AM)**: a experiência da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural – ASPAC. UFAM. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) - Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

SOUZA, M. J. (Org.). **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília, DF: UnB, 2002.

SOUZA, M.L. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento Socioespacial**. UFRJ: Revista TERRITÓRIO, 1996.

SVIRSKY, E. ; CAPOBIANCO J. P (Org.). **Ambientalismo no Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997, 111p.

TAVARES, M. G. Políticas, Turismo e Desenvolvimento local na Orla da Ilha de Mosqueiro, Belém-Pará. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3., 2006, Brasília, DF, **Encontro...**, Brasília, DF, 2006.

_____. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas Considerações sobre o arquipélago do Marajó (PA). In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SAN SOLO, D. **Turismo de base comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. [S.l.:]: Letra e Imagem, 2009. p. 249-260.

TAMANINI, E.; BARRETTO, M. **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

TIMOTHY, D. J.; WHITE, K. Community-Based Ecotourism Development on the Periphery of Belize. **Current Issues in Tourism**, v. 2, n. 2 - 3, p: 226-242, 1999.

TODESCO, C. **Estado e produção terceirizada da política pública de turismo para a Amazônia Legal**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia - Geografia Humana) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

_____. **Estado e terceiro setor na organização do espaço para o turismo no Vale do Ribeira**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia - Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

THOMPSON, Andrés. A. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

URBAIN, J. D. **L'envie du monde**. Paris: Bréal, 2011.

ZAOUAL, Hassan. **La socio-économie des ter ritoires. Expériences et Théories**. Paris: L'Harmattan, 1998.

_____. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A; Consulado Geral da França; COPPE; UFRJ, 2006.

_____. **Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? Caderno Virtual de Turismo**, v.8, n. 2, 2008.

ZAMIGNAN, G.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo de Base Comunitária como perspectiva para a preservação da Biodiversidade e de modos de vidas de comunidades tradicionais: a experiência da Micro-Bacia do Rio Sagrado, Morretes (Pr). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., 2010, Florianópolis, SC . **Ancontro...** Florianópolis, SC, 2010.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, DF, UNB, 1972. v. 1.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o Sr. (a), para participar do Projeto de Pesquisa **“RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO NEGRO (AM) E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: PERSPECTIVAS DE GESTÃO LOCAL NA AMAZÔNIA”**, que será realizado nas comunidades da RDS-Rio Negro com o objetivo de avaliar como está sendo desenvolvido o Turismo de Base Comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável - Rio Negro e quais as suas contribuições para desenvolvimento das comunidades locais. A pesquisadora Roberta Maria de Moura Sousa sob a orientação do Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo pede a sua autorização para entrevistá-lo e fazer uso de questionários junto as comunidades. Acreditamos, que possa nos ajudar com a sua colaboração, através, de informações sobre como está sendo gerido o Turismo e permiti-nos a conhecer melhor a realidade local. Será feito entrevistas, questionários, gravações, filmagens, registro fotográfico e observações.

O Sr. (a) poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, não havendo qualquer danos para o mesmo. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas, sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo para sempre. O Sr. (a) não terá qualquer despesa financeira e também não ganhará nada, não havendo necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável. Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica pelo número (091) 99188-0576 ou pelo End. do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS/UFPA) - Complexo de Sala de Aula/ICS - Sala 13 - Campus Universitário, nº 01, Guamá - CEP: 66075-110 - Belém-Pará. Tel/Fax. 3201-7735 - E-mail: cepccs@ufpa.br. Fui informado sobre o que a pesquisadora quer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

_____ ou
Assinatura do Participante
Belém, ____/____/____.



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

Pesquisadora Responsável

APÊNDICE B – Formulário de Pesquisa Aplicado aos Comunitários



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO - PPGDSTU

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Este formulário faz parte do projeto de pesquisa de doutorado intitulado “**RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO NEGRO (AM) E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: Perspectivas de Gestão Local na Amazônia**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Roberta Maria de Moura Sousa.

I – IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE

1. Nome da comunidade: _____
2. Quantas famílias fazem parte da comunidade: _____ Número de pessoas na sede: _____
3. Esta comunidade é constituída por:
 Ribeirinhos Assentamentos
 Indígenas Outros. Qual a procedência? _____

II PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC)

4. Quanto tempo o Sr (a) reside na comunidade?

5. Qual a denominação religiosa?

6. Quais as manifestações culturais existentes na comunidade?

7. Quem são os responsáveis pela organização e gestão do Turismo na localidade?
 Os comunitários ONG. Qual?
 As Agências de Viagens Hotéis. Quais?

8. A comunidade possui Associação?

() Sim () Não Como é o nome? _____

9. São feitas reuniões com frequência?

() Sim () Não Com que frequência? _____

10. Como se dá a participação das comunidades nas atividades turísticas?

11. Há quanto tempo a comunidade recebe turistas?

12. Quantos turistas a comunidade recebe por ano?

13. Qual a procedência dos turistas que visitam a comunidade?

() Nacional () Estrangeiros Qual País? _____

14. A comunidade recebeu treinamentos e ou cursos de capacitação para receber turistas?

() Sim () Não Quais? _____

15. Quem são os responsáveis por levar os turistas na comunidade?

16. É cobrado algum valor do turista para manutenção dos atrativos da comunidade?

() Sim () Não Quanto? _____

17. Como é feita a distribuição da renda com o ganho do turismo?

18. O Sr. (a) percebe alguma diferença no desenvolvimento da localidade com a implantação do Turismo? Quais as mudanças?

19. A comunidade recebe algum apoio do Poder Público Municipal ou Estadual para realização do turismo?

() Sim () Não De que forma? _____

20. Como o Sr (a) avalia a atuação do Governo sobre as políticas públicas de turismo na região?

APÊNDICE C – Diário de Campo

Data: ____/____/ 2013 a 2017	
Local da observação: _____	
Nome da Pesquisadora: Roberta Maria de Moura Sousa	
ATIVIDADE	OBSERVAÇÃO
Caminhada na comunidade	Modo de vida comunitária, conflitos socioambientais, gastronomia e destinação do lixo.
Caminhada nas trilhas	Limpeza, sinalização e os atrativos naturais.
Festas religiosas	Crença, sociabilização entre os comunitários e visitantes.
Campeonatos esportivos	Interações e lazer entre comunitários.
Vivências de Lazer	Práticas, costumes, interação entre as comunidades.
Festas comemorativas	União entre as comunidades da RDS-Rio Negro
Visitas aos atrativos	Conservação, manutenção e impactos ambientais.
Artesanato	Forma de fazer, trabalho em equipe, espécies utilizadas e economia criativa.
Atividades econômicas	Pesca, agricultura familiar e atividade comercial.
Oficina de TBC	Percepção e a relação do TBC nas comunidades, gestão, empoderamento, protagonismo e desenvolvimento local.

APÊNDICE D – Certificado do Curso de Turismo de Base Comunitária (TBC)



ANEXOS

ANEXO A - Parecer de Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Pará – UFPA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO NEGRO (AM) E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: PERSPECTIVAS DE GESTÃO LOCAL NA AMAZÔNIA

Pesquisador: ROBERTA MARIA DE MOURA SOUSA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 52274215.3.0000.0018

Instituição Proponente: Universidade Federal do Pará - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.455.021

Apresentação do Projeto:

O trabalho tem como proposta analisar a prática do Turismo de Base Comunitária e sua contribuição para gestão participativa e o desenvolvimento local na RDS - Rio Negro localizada no estado do Amazonas, o qual surge como uma opção de desenvolvimento em comunidades rurais que mantêm características étnico-culturais

solidificadas, cujo interesse de visitação seja motivado pela cultura. O Turismo de base comunitária vem se consolidando como uma alternativa

socialmente justa e ambientalmente responsável de organização da atividade turística no âmbito local. Diante dessa realidade, nesta pesquisa será

avaliada a gestão adotada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável – Rio Negro e sua relação com o Turismo de Base Comunitária e o

desenvolvimento local. Para tal, será feita pesquisa bibliográfica e de campo com uma investigação sociológica e registro fotográfico que nos dará

respaldo nas informações sobre a localidade. Além, de refletir o lugar a partir da relação existencial de seus moradores. Esta tese contribuirá para

promover uma reflexão a cerca do turismo que não tivesse apenas no viés economicista dessa atividade, servindo de referência para futuros

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.

Bairro: Campus Universitário do Guamá **CEP:** 66.075-110

UF: PA **Município:** BELEM

Telefone: (91)3201-7735

Fax: (91)3201-8028

E-mail: cepccs@ufpa.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



Continuação do Parecer: 1.455.021

trabalhos.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral da pesquisa é Avaliar como está sendo desenvolvido o Turismo de Base Comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável - Rio Negro e quais as suas contribuições para desenvolvimento das comunidades locais. Os objetivos específicos são: Analisar a relação entre o contexto sociocultural e o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária a partir das percepções das comunidades; Verificar como está sendo organizado o TBC nas comunidades da RDS-Rio Negro margem esquerda; Caracterizar as potencialidades das comunidades, bem como os produtos e serviços turísticos oferecidos pelas comunidades; Identificar os impactos socioeconômicos decorrentes das atividades de TBC.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos apresentados são a Sazonalidade local e os benefícios: a Geração de emprego e renda para as comunidades tradicionais locais; os Incentivos à Políticas Públicas; o Desenvolvimento local; as Possibilidades de novas tecnologias para a Amazônia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto aborda tema relevante e apresenta os dados necessários para avaliação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão de acordo com as exigências legais.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado, em que pese poder ter delimitado melhor os riscos da pesquisa e as formas de intervenção.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_471876.pdf	16/11/2015 19:42:23		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJ2.docx	16/11/2015 19:39:15	ROBERTA MARIA DE MOURA SOUSA	Aceito

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.

Bairro: Campus Universitário do Guamá CEP: 66.075-110

UF: PA Município: BELEM

Telefone: (91)3201-7735 Fax: (91)3201-8028 E-mail: cepccs@ufpa.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



Continuação do Parecer: 1.455.021

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLearrumado.docx	16/11/2015 19:35:35	ROBERTA MARIA DE MOURA SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	Dcroberta.pdf	04/09/2015 11:23:43	ROBERTA MARIA DE MOURA SOUSA	Aceito
Outros	DECLARACAODEINSENCIAODEONUS UFPA.pdf	02/09/2015 16:52:34	ROBERTA MARIA DE MOURA SOUSA	Aceito
Outros	TERMODECONSENTIMENTOUFPA.pdf	02/09/2015 16:51:05	ROBERTA MARIA DE MOURA SOUSA	Aceito
Outros	TERMODECOMPROMISSODOPEQUI SADORUFPA.pdf	02/09/2015 16:50:01	ROBERTA MARIA DE MOURA SOUSA	Aceito
Outros	CARTEENCAMINHAMENTOUFPA.pdf	02/09/2015 16:48:55	ROBERTA MARIA DE MOURA SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 17 de Março de 2016

Assinado por:

Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador)

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.

Bairro: Campus Universitário do Guamã **CEP:** 66.075-110

UF: PA **Município:** BELEM

Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

ANEXO B - Parecer de Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação do Estado do Amazonas - DEMUC



AUTORIZAÇÃO Nº. 20/2015 – CEUC/SDS

O Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), no âmbito de sua área de competência e considerando:

A Lei Complementar Nº. 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC/AM);

O artigo 43 do Capítulo VI da Lei do SEUC/AM, que trata das pesquisas científicas em unidades de conservação.

AUTORIZA a PESQUISA em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a saber:

1. UNIDADE(S) DE CONSERVAÇÃO CONTEMPLADA(S)
RDS do Rio Negro

2. CONSIDERAÇÕES

- Uma Reserva do Desenvolvimento Sustentável (RDS) é uma área que abriga populações tradicionais, que vivem basicamente em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. São objetivos básicos dessa área, preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para: a reprodução, melhoria dos modos, da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, assim como, conservar e aperfeiçoar as técnicas de manejo do ambiente desenvolvidas por estas populações (Art. 2 da Lei nº. 53, de 5 de junho de 2007);
- As ações realizadas nas UC estaduais do Amazonas se darão respeitando-se as normas e restrições estabelecidas no Plano de Gestão da UC (quando houver), e as normas estabelecidas pelo órgão gestor;
- O projeto analisado insere-se na linha temática "Uso Público de UC", que irá buscar um modelo de desenvolvimento para Amazônia, que concilie crescimento econômico equidade social e conservação da biodiversidade cofito um importante desafio, no plano nacional e também global, diante de um sistema capitalista de interesses e ações